



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: MOVIMENTOS SOCIAIS, POLÍTICA E EDUCAÇÃO
POPULAR
GRUPO DE PESQUISA EM MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

MAURELIO MENEZES

MOVIMENTOS SOCIAIS@INTERNET
E SUA DIMENSÃO EDUCATIVA

Cuiabá – MT
Julho 2015

MAURELIO MENEZES

**MOVIMENTOS SOCIAIS@INTERNET
E SUA DIMENSÃO EDUCATIVA**

Versão final da Tese apresentada a banca de avaliação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Educação na Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular.

Orientadora: Professora Doutora
Artemis Augusta Mota Torres

**Cuiabá – MT
Julho 2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

M543m MENEZES, MAURELIO.
MOVIMENTOS SOIAIS@INTERNET E SUA
DIMENSÃO EDUCATIVA / MAURELIO MENEZES. -- 2015
174 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: ARTEMS AUGUGUSTA MOTA TORRES.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato
Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação
em Educação, Cuiabá, 2015.
Inclui bibliografia.

1. EDUCAÇÃO. 2. MOVIMENTOS SOCIAIS. 3.
MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS. 4. INTERNET. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT
Tel : 3615-8431/3615-8429 - Email : secppge@ufmt.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "Movimentos Sociais@Internet e sua dimensão educativa"

AUTOR: Doutorando Maurelio Menezes

Tese de Doutorado defendida e aprovada em 23 de julho de 2015.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientadora Doutora Artemis Augusta Mota Torres
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinadora Interna Doutora Maria das Graças Martins da Silva
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Interno Doutor Luiz Augusto Passos
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Externo Doutor Marion Machado Cunha
Instituição : UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO / UNEMAT

Examinador Externo Doutor Henrique Antoun
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/UFRJ

Examinadora Suplente Doutora Márcia Cristina Machado Pasuch
Instituição : UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO/UNEMAT

Examinadora Suplente Doutora Kátia Morosov Alonso
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

CUIABÁ, 23/07/2015.

À **Gaia** e **Caio**, frutos que se transformaram no oxigênio de minha vida, que têm me ensinado a ser pai e me transformar num Ser Humano melhor...

À **Sheila**, companheira de infindáveis momentos...

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora **Eugênia Coelho Paredes**, que primeiro me recebeu neste caminho para o doutoramento, todavia se viu obrigada a afastar-se do PPGE, para o qual tanto contribuiu.

Aos Professores Doutores **Michele Sato, Katia Morosov, Nicanor Palhares e Luiz Augusto Passos**, que acrescentaram luz ao caminho que me propus a trilhar.

À Professora Mestre **Maria Benicio Rodrigues**, *in memoriam*, que fez parte da Banca do concurso por meio do qual ingressei na UFMT, há 19 anos, e que reencontrei primeiro no Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFMT e depois no Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação (GPMSE), pelos momentos de estudo e pela lucidez com que sempre esteve presente em nossas vidas.

Aos colegas do GPMSE, **Solange Pereira, Lola Campos, Rosa Botosso, Mabel Ströebel e Elismar Bezerra Arruda**, que já estavam trilhando este caminho quando cheguei e que muito me ajudaram a conviver com os teóricos que o grupo toma por base para desenvolver seus estudos.

Aos meus colegas do **Departamento de Comunicação Social**, que permitiram o afastamento de minhas atividades didáticas por dois anos para que eu pudesse melhor e mais me dedicar aos estudos que levaram à confecção desta tese de doutoramento.

À Professora Mestre **Lyssa Gonçalves Costa** pela revisão das normas da ABNT e ortográfica.

A minha família que sempre esteve ao meu lado, renovando minhas forças para esta caminhada e, às vezes, participando concretamente dela. A todos que direta ou indiretamente fizeram parte dela, contribuindo para que esta caminhada se dirigisse para um desfecho.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

À Professora Doutora **Artemis Augusta Mota Torres**,
pela paciência no trato com um profissional de outra área...
pela amizade construída ao longo do processo de elaboração deste estudo...
pela disponibilidade sempre presente nos momentos de angústia...
pela parceria que fez dela mais que uma orientadora desta tese.

Aos Professores Doutores **Henrique Antoun, Luiz Augusto Passos, Marion Machado Cunha, Maria das Graças Martins da Silva, Márcia Cristina Machado Pasuch e Katia Morosov Alonso**, pela gentileza em aceitar participar desta banca e pelos conhecimentos acrescentados a pesquisa, tornando-a mais robusta e com visões multifacetadas de vida e da própria história.

A tecnologia não determina a ação social, mas permite um tipo de organização
que sem a internet não existiria.

Manuel Castells (Revista Época, 11/10/2013)

RESUMO

Este texto apresenta resultados de uma pesquisa em que se pretendeu compreender a dimensão educativa de um fenômeno surgido nos dois últimos anos, os *movimentos sociais virtuais*, assim chamados por se utilizarem da internet como instrumento de mobilização. Para isso, foram analisados diversos movimentos que se enquadram neste perfil e, principalmente, o movimento que ficou conhecido como Primavera Árabe e a série de manifestações no Brasil em 2013, aqui adjetivada como “Outono-Inverno Brasileiro”. Serviu, como ponto de partida, a visão do pensador marxista italiano Antônio Gramsci (1891-1937) sobre a educação como promotora de emancipação das massas. Os instrumentos metodológicos utilizados foram a observação participante nas manifestações realizadas em Mato Grosso, o acompanhamento do noticiário local e nacional sobre as demais, ocorridas em outros estados, acompanhamento do noticiário internacional sobre a Primavera Árabe entrevistas além de pesquisa bibliográfica e documental sobre ambas as manifestações. A pesquisa bibliográfica e documental tomou por base um tríptico temário: A) os escritos do e sobre o filósofo italiano publicados ou reproduzidos por meios impressos e digitais, B) os escritos sobre os movimentos sociais desde os anos 1920 quando se restringiam aos movimentos proletário e partidário, passando pelos anos 1960 quando ganharam mais espaço como estudos acadêmicos até os dias de hoje; C) os escritos sobre internet/movimentos sociais virtuais, assim denominados por utilizarem intensamente como ferramenta de mobilização as mídias sociais. A investigação sobre os movimentos tomou, também, por base entrevistas e artigos acadêmicos e jornalísticos, além de pesquisa realizadas por universidades, Institutos e Agências nacionais e internacionais. Conforme mostraram os resultados da pesquisa mesmo antes dos movimentos sociais aqui focalizados, a internet já servira como meio de mobilização e indignação. Contudo, hoje, tanto a Primavera Árabe quanto as manifestações do Outono-Inverno Brasileiro indicaram, claramente, a força mobilizadora das redes internauticas, o que leva a considerações sobre a potencial força organizativa dos movimentos sociais virtuais.

Palavras-chave: Educação. Movimentos sociais. Manifestações públicas. Internet.

ABSTRACT

This paper presents results of a survey in which it was intended to understand the educational dimension of a phenomenon emerged in the last two years, virtual social movements, so-called because they use the internet as a mobilization tool. For this, we analyzed various movements that fit this profile, and especially the movement that became known as the Arab Spring and the series of demonstrations in Brazil in 2013, this adjective as "Fall-Winter Brazilian". He served as a starting point, the view of the Italian Marxist thinker Antonio Gramsci (1891-1937) on education as a promoter of emancipation of the masses. The methodological instruments used were participant observation in the demonstrations held in Mato Grosso, the monitoring of local and national news about the other, occurred in other states, monitoring of international news about the Arab Spring interviews as well as bibliographic and documentary research on both manifestations. The bibliographical and documentary research was based on a threefold agenda: A) the writings of and about the Italian philosopher published or reproduced by print and digital media, B) the writings on the social movements since the 1920s when it restricted the proletarian movement and party, through the 1960s when they won more space as academic study to the present day; C) the writings on internet / virtual social movements, so-called because they use intensively as mobilization tool social media. Research on the movement took also based on interviews and academic and journalistic articles, in addition to research conducted by universities, institutes and national and international agencies. As shown search results even before the social movements focused here, the Internet has served as a means of mobilization and indignation. Today, however, both the Arab Spring as the manifestations of the Fall-Winter Brazilian indicate clearly the driving force of internáutics networks, which leads to consideration of the potential organizational strength of virtual social movements.

Keywords: Education. Social movements. Public manifestations. Internet.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Autoimolação de Mohamed Bouazizi.	11
Figura 2. Khaled Saeed morto.....	11
Figura 3. Confronto entre policiais e estudantes pelo Passe Livre.....	12
Figura 4. Manifestação em Vitória 02/06/2011.....	92
Figura 5. Bouazizi ao vivo e se autoimolando.	101
Figura 6. Khaled Saeed vivo e morto.	102
Figura 7. Manifestação em São Paulo 20/06/2013.....	117
Figura 8. Manifestação na Av. Getúlio Vargas – Rio de Janeiro 20/06/2013.	122
Figura 9. O protesto em Cuiabá 20/06/2013.	125
Figura 10. Manifestação em Cuiabá 20/06/2013.....	131
Figura 11. Estudantes do curso de Direito da UFMT se preparando para a passeata.....	132
Figura 12. Fechamento da Via Dutra no dia 20/06/2013.....	133

LISTA DE SIGLAS

ANDEPOL - Associação Nacional dos Delegados de Polícia
ANPR – Associação Nacional dos Procuradores da República
CSFA – Conselho Superior das Forças Armadas
EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
GPMSE – Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação
LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MIDIA NINJA – Mídia Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação
MPL – Movimento pelo Passe Livre
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MSN – Microsoft Network Messenger
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NASA – Agência Espacial Norte Americana
NMS – Novos Movimentos Sociais
ONG – Organização Não Governamental
PSI – Partido Socialista Italiano
PCI – Partido Comunista Italiano
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PEC 37 – Proposta de Emenda Constitucional 37
RPN – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação
TTs – *Trending Topics*
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	11
2. INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I	
SOBRE A EMANCIPAÇÃO DAS MASSAS	31
1.1 A elevação cultural das massas.....	37
1.2 A educação como meio de elevação cultural das massas.....	39
1.3 A Revolução passiva do fascismo e a escola de Gramsci	45
1.4 Três conceitos de Gramsci aplicáveis à educação	49
1.4.1 <i>Hegemonia</i>	51
1.4.2 <i>Subalternidade</i>	55
1.4.3 <i>Guerra de Movimento e Guerra de Posição</i>	60
CAPÍTULO II	
A DIMENSÃO EDUCATIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	64
2.1 Movimentos sociais “tradicionais”: uma forma de educação.....	73
2.1.1 <i>Um recorte no MST</i>	76
2.2 Os movimentos sociais virtuais	78
2.2.1 <i>A Revolução das Pannelas</i>	87
2.2.2 <i>Los Indignados, da Espanha</i>	88
2.2.3 <i>Occupy Wall Street</i>	90
2.2.4 <i>A vitória em Vitória, no Brasil</i>	92
2.3 A internet como instrumento de indignação pública.....	96
2.4 A internet como meio de veiculação de lutas em favor da educação.....	97
CAPÍTULO III	
A PRIMAVERA ÁRABE E O OUTONO-INVERNO BRASILEIRO	99
3.1 Primavera Árabe	100
3.2 O Outono-Inverno brasileiro	107
3.2.1 <i>As Manifestações em Cuiabá</i>	125
3.2.2 <i>Afinal, o que queriam aqueles manifestantes?</i>	130
3.3 Pesquisas sobre a Mobilização Via Internet	138
3.4 O Olhar de Especialistas.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	164
a) Bibliográficas	164
b) Webgráficas	169

1. APRESENTAÇÃO

Túnis, Tunísia, 17 de dezembro de 2010.



Figura 1. Autoimolação de Mohamed Bouazizi.

Fonte: <<http://devaneiosdobagha.blogspot.com.br/2011/04/onda-de-protestos-e-mobilizacoes.html>>.

Cansado de ser achacado por policiais, Mohamed Bouazizi, o vendedor ambulante de frutas, tentou registrar uma queixa na sede do governo regional. Impedido de entrar no prédio, o ambulante tomou uma decisão trágica: praticou a autoimolação ateando fogo ao próprio corpo.

Sidi Gaber, Alexandria, Egito, 06 de junho de 2010.



Figura 2. Khaled Saeed morto.

Fonte: <http://marcionlinehoje.blogspot.com.br/2011_01_13_archive.html>.

Khaled Mohamed Saeed, um jovem apaixonado por computadores e que estudara Programação de Dados nos Estados Unidos, estava num Ciber Café quando dois policiais entraram e começaram a agredi-lo. A brutalidade continuou do

lado de fora, onde Saeed foi espancado até a morte diante de uma multidão atônita. Um médico tentou se aproximar, mas foi impedido pelos policiais. Quando os policiais pararam de agredi-lo, permitiram que ele fosse levado até um hospital, onde já chegou morto.

São Paulo, São Paulo, Brasil, 06 de junho de 2013.



Figura 3. Confronto entre policiais e estudantes pelo Passe Livre.
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Milhares de estudantes vão às ruas para protestar contra o reajuste na tarifa dos transportes públicos e exigir passe livre para os estudantes paulistanos. A Polícia Militar reprime os protestos com bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, cavalaria e balas de borracha.

Três momentos diferentes, em três países igualmente distintos, com reações semelhantes do poder instituído, que provocaram ondas de protesto que, em número de manifestantes, nunca haviam acontecido nesses países.

Na Tunísia, a morte de Bouazizi teve, como consequência, uma série de manifestações e provocou a queda do ditador Zine El-Abidine Ben Ali, que estava no poder há 24 anos. A vitória popular dos tunisianos funcionou como um estopim para a chamada Primavera Árabe, a onda revolucionária e de manifestações contra governos despóticos e que, como consequência de um efeito dominó, atingiu outros 17 países do Norte da África e Oriente Médio.

No Egito, a reação à violência dos dois agentes policiais evoluiu para protestos contra o autoritarismo do governo de Hosni Mubarak, o qual estava no poder há 30 anos, e teve seu principal momento no dia 1º de fevereiro de 2011 quando um milhão de pessoas, de acordo com a rede de TV árabe Al Jazeera,

tomaram a Praça Tahir, no Cairo, e levaram, 11 dias depois, à renúncia do então presidente.

No Brasil, a reação à força usada pela polícia contra os manifestantes, em sua maioria estudantes ligados ao coletivo Movimento pelo Passe Livre (MPL), teve como consequência a maior onda de manifestações na história recente do país, com protestos quase diários em todas as capitais estaduais, na maioria das cidades de grande e médio porte e em dezenas de cidades de pequeno porte. Brasileiros residentes em outros países também protestaram em cidades como Toronto, Nova Iorque, Lisboa, Londres, Los Angeles, Roma, Paris, entre outras.

Nessas manifestações, as Mídias Sociais, especialmente o *Facebook*, foram, de acordo com estudiosos, fundamentais por não estarem submetidas ao controle hegemônico de governos e grupos de poder. É o que Castells (2013) chama de **meios de autocomunicação de massa**. “Autocomunicação” porque traz autonomia na emissão de mensagens, na seleção da recepção das mensagens, nas organizações das redes sociais próprias. “De massa” porque atinge um número potencialmente incalculável de indivíduos.

No caso do Brasil, as análises ainda são recentes, mas estudiosos, entre eles Levy (2013), Castells (2013), Gohn (2013), Gerbaudo (2013), lembram que os atos eram organizados e convocados pelas Mídias Sociais. Castells é o mais incisivo, afirmando que os *novos* movimentos sociais se estruturam na Internet. De acordo com ele,

Antes, se estavam descontentes, a única coisa que podiam fazer era ir diretamente para uma manifestação de massa, organizada por partidos e sindicatos, que logo negociavam em nome das pessoas. Mas agora, a capacidade de auto-organização é espontânea. Isso é novo e isso são as redes sociais. E o virtual sempre acaba no espaço público. Essa é a novidade. Sem depender das organizações, a sociedade tem a capacidade de se organizar, debater e intervir no espaço público (CASTELLS, 2013b, s/p.).

É importante lembrar aqui que o que Castells chama de “novos movimentos sociais” não se confunde com outros assim designados anteriormente, como o feminista, ambiental e o pacifista, surgidos a partir dos anos 1960 e que se apresentavam como alternativos em relação aos tradicionais movimentos sindicais e partidários. O sentido dado aos “novos movimentos sociais” por Castells também foi usado por Gohn (2013, p. 62-63).

Já no caso da Primavera Árabe, a pesquisa realizada pela *Washington University* analisou cerca de três milhões de mensagens ligadas ao movimento. A conclusão foi que, embora não tenham provocado a revolução em si, **Twitter**, **Facebook**, **Youtube** e **blogs**, nessa ordem, deram aos protestos a velocidade suficiente para culminar na queda dos ditadores Zine Ben Ali, na Tunísia, em janeiro, e Hosni Mubarak, no Egito, em fevereiro, além de mudanças em outros dezesseis países do Oriente Médio e Norte da África.

Embora haja aparentes controvérsias, apresentadas neste estudo sobre a capacidade e a importância das mídias sociais, especialmente no que se convencionou chamar de Primavera Árabe (numa alusão à Primavera de Praga, período em que Alexander Dubcek tentou conceder ao cidadão direitos adicionais aos que lhe eram permitidos pela então União Soviética), para este pesquisador fica claro, tomando por base os movimentos aqui analisados, o papel relevante das mídias sociais, especialmente na mobilização das pessoas e no debate, pela rede mundial, dos temas que levavam às manifestações.

Elevação cultural das massas. Hegemonia. Educação. Movimentos sociais. Temas (embora nem sempre explicitamente) utilizados e reunidos pelo filósofo e político italiano, fundador dos partidos Socialista e Comunista da Itália, António Gramsci (1891-1947) ganham uma nova possibilidade de análise nos dias de hoje com as variações apresentadas pela internet, *arma* utilizada pelos movimentos sociais, como os que ficaram conhecidos por **Primavera Árabe**. Esta mesma “arma” foi utilizada nas manifestações no Brasil, que denomino como **Outono-Inverno Brasileiro** e que a pesquisadora Maria da Gloria Gohn (2013), num primeiro momento, chamou de "**Movimento dos Indignados das Praças, Ruas e Avenidas**". Essas manifestações tiraram o cidadão do estado de alienação, contestando a imagem de apatia do brasileiro.

Somente por este aspecto, o tema merece ser pesquisado, porque introduz, na agenda dos movimentos sociais, novos protagonistas, especialmente jovens que viviam enclausurados na internet/mídias sociais, onde debatiam e apresentavam suas demandas. E, embora haja controvérsias sobre a real importância da internet no sucesso das manifestações realizadas em todo o mundo, vale lembrar o que afirma Vesce, ela mesma utilizando a internet:

Trata-se da mídia mais descentralizada existente atualmente e justamente por esse motivo passa a ser também a mídia mais ameaçadora para os grupos hegemônicos, tanto política como economicamente. As pessoas podem dizer o que quiserem por meio da internet, conversar com quem desejarem, oferecer serviços que considerarem convenientes (VESCE, 2011, s/p.).

Este estudo se justifica, igualmente, porque Gramsci, mesmo sensível ao avanço tecnológico que se anunciava nos Estados Unidos, não previu, e nem tinha como o fazer, o surgimento desses novos meios de comunicação muito mais modernos e que dispunham de tecnologia infinitamente superior ao jornal impresso que ele conheceu antes e depois de ser preso. Para ele, entretanto, o homem, que surgiria transformado, deveria estar preparado para isso. Como afirma Semeraro,

[...] o intelectual orgânico popular, para Gramsci, deve alcançar as fronteiras mais avançadas da tecnologia sem nunca perder a referência às lutas hegemônicas de sua classe. Por outro lado, também, para não estagnar em um marxismo dogmatizado é necessário promover sua “traducibilidade” para um tempo como o nosso que se depara com outras feições de sociedade, com o surgimento de novos atores políticos [...] (SEMERARO, 2006, p. 145).

Os eventos que se transformaram em tema desta pesquisa estão ainda em construção e, por essa razão, o que aqui se apresenta não tem a intenção de ser a palavra final sobre o efetivo papel das mídias sociais no seu desenvolvimento.

O objetivo aqui foi compreender a importância e a evolução do uso das novas mídias sociais na organização e potencialização de movimentos sociais ou de manifestações de rua, que surgiram nos últimos anos, e se tal uso vem reforçando neles uma dimensão educativa a tal ponto de provocar o que Gramsci definia como elevação cultural das massas, única forma realmente capaz, de acordo com ele, de conduzir à transformação da sociedade.

Para Nogueira (2013, p. 199), na medida em que as novas tecnologias digitais “promovem uma revolução na comunicação e, por extensão, nos processos de formação de opinião e na dinâmica democrática [estamos] Estamos em um claro momento de antes e depois”.

A adoção de Gramsci (2006), como ponto partida para se alcançar este objetivo, deve-se ao fato de ele, pela história de vida e pela militância política, ter colocado, como condição para transformação da sociedade, a elevação cultural das

massas, o que deixou claro ao afirmar que a filosofia da práxis exigia o contato entre “intelectuais e os simples”.

Se ela [a filosofia da práxis] afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica para manter a unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual da massa e não apenas de pequenos grupos de intelectuais (GRAMSCI, 2006, p. 103).

Este pensamento do filósofo sardo reforça a ideia segundo a qual todo grupo social tem seus próprios intelectuais orgânicos. Para Gramsci, qualquer um deve ter condições de alcançar o mais alto ponto do conhecimento crítico. Assim entendendo, fez duras críticas à escola que, seletiva e tendenciosamente, busca atender às classes dirigentes para que estas continuassem a ser dirigentes.

Uma lembrança das manifestações das quais participei ou das informações que obtive ao longo da vida, como militante e como profissional de jornalismo, não me trouxe nada parecido ao ocorrido tanto no Brasil quanto no exterior, especialmente em termos de quantidade, mesmo considerando o aumento populacional. A reunião de milhões de manifestantes nos eventos, aqui tomados como exemplo, é uma consequência das novas tecnologias? O poder de mobilização e transformação de mentalidades proporcionado pelo uso “de redes interativas de comunicação distribuída”, como referem Antoun e Malini (2013), pode levar a uma elevação cultural de quem interage por meio desse arsenal tecnológico? Responder a questões como estas fazem parte do objetivo desta pesquisa.

Mas não é apenas isto. O objetivo é, igualmente, a partir de estudiosos do tema e de pesquisas realizadas sobre movimentos, como a Primavera Árabe e o Outono-Inverno Brasileiro, compreender a presente dimensão educativa nas interações que fazem os sujeitos participantes destes movimentos.

Nesta investigação dos movimentos sociais dos dias de hoje, que, por utilizarem intensivamente a internet como meio de mobilização, livremente chamo de *Virtuais*, entendo a educação num sentido amplo, ou seja, como todas as ações que o sujeito, individualmente ou participando de grupos, pratica no sentido de formação e elevação de sua consciência, que podem levá-lo a sair do estado de alienação. E aí fica claro que não me refiro apenas à educação formal, aquela que vem das escolas, institutos, universidades etc. Compreendo, como a maioria quase absoluta

dos autores a quem recorri, que a educação transformadora pode nascer, também, fora destes espaços e, inclusive, nos movimentos sociais, como veremos ao longo deste trabalho.

Há na produção intelectual de Gramsci conceitos como hegemonia, subalternidade e guerra de movimento/guerra de posição, que podem ser aplicados à educação. Sobre eles me deterei no Item 1.4, porque acredito que são fundamentais para se entender como a educação pode ser utilizada como instrumento para a transformação da sociedade. Apresentando estes conceitos, Gramsci analisou os motivos que teriam levado ao fracasso a tentativa de revolução em países ocidentais, como a Alemanha, a Inglaterra, a França e a própria Itália.

A pesquisa foi dividida em três etapas. Na primeira foi desenvolvido um levantamento e revisão bibliográfica na biografia e na literatura de e sobre António Gramsci, levantamento este capaz de embasar o que Gramsci chamou de reforma intelectual e moral das massas e que pretendo cotejar com a dimensão educativa que acredito existir nos movimentos sociais virtuais. Este levantamento é o que Lakatos e Marconi (2003, p. 174) definem como sendo “uma fonte de coleta de dados e documentos, escritos ou não, constituindo o que se chama de fonte primária”.

Gramsci jamais publicou um livro, mas deixou uma das mais densas produções intelectuais do século passado. Nosella (2010, p. 31) se diz convencido de que, para se ter um maior rigor histórico sobre o pensamento de Gramsci, “é urgente, sobretudo, publicar-se no Brasil, pelo menos uma ampla, ordenada e comentada antologia dos escritos anteriores ao cárcere (dos quais quase nada temos)”. Contudo, pude recorrer às antologias, reconhecidamente valiosas, publicadas em outros idiomas e traduzidas para o português, sendo postadas em portais que se propõem a reunir o pensamento de e sobre Gramsci, como **Gramsci e o Brasil**¹ e o **Centro Gramsci di Educazione**².

Os textos anteriores ao cárcere foram selecionados e lidos, especialmente, na internet. A maioria destes textos foi publicada em periódicos, como **Avanti!**, órgão oficial do Partido Socialista Italiano (PSI) e **L'Ordine Nuovo**, revista criada por Gramsci e outros intelectuais como Togliatti, Tasca e Torracini, com o objetivo de ser

¹ Disponível em: <<http://www.gramsci.org>>.

² Disponível em: <<http://www.centrogramsci.it/riviste/riviste.htm>>.

uma resenha semanal da cultura socialista. Todos os volumes originais da revista *L'Ordine Nuovo* podem ser encontrados no portal **Centro Gramsci de Educazione**, citado acima. Gramsci foi seu Secretário de Redação e alguns destes artigos estão reunidos nos dois volumes de **Escritos Políticos**, publicados no Brasil pela Editora Civilização Brasileira, em 2004.

Em “Cadernos do Cárcere”, Gramsci expõe suas teorias, resultados de um mundo vivido e percebido por meio das leituras que fez. Em “Cartas do Cárcere” estão exemplos das teorias que desenvolveu. Para alguns estudiosos, como Lèpre (2001, p. 85), é nas Cartas que Gramsci se desnuda, mostra sua praticidade e o quanto estava consciente “[...] das terríveis dificuldades da construção de uma sociedade que teria que ser completamente diferente daquilo que ele havia vivido até então”.

Gramsci enxergava, na conscientização política, a principal forma de se conseguir a elevação cultural das massas. Ao se referir à nova estrutura de *L'Ordine Nuovo*, propôs uma forma de torná-lo independente economicamente e de fazer com que os mais velhos dessem sua contribuição no tipo de escola que, para ele, poderia ter papel importante nesta elevação cultural, uma escola na qual, de acordo com ele, “os elementos mais antigos e mais práticos devem ser os instrutores nestas escolas, fazendo com que os mais jovens partilhem a experiência deles, contribuindo para elevar o nível político da massa” (GRAMSCI, 2004, p. 251).

Paralelamente a esta revisão bibliográfica e dando um salto no tempo, foram realizadas leituras sobre e com análises dos movimentos sociais virtuais (Primavera Árabe, manifestações no Brasil e em alguns países do mundo). Tanto uma quanto as outras contém aspectos que se correlacionam com o que teorizou Gramsci antes e depois de ser preso. Entre eles, a teoria da guerra de movimento (ataque frontal ao poder) e da guerra de posição (batalhas com o objetivo de se conquistar o consenso e com ele a hegemonia), conceitos que Gramsci utilizara para analisar os motivos que levaram ao fracasso a tentativa de revolução em países ocidentais, como a Alemanha, a Inglaterra, a França e a própria Itália. Gramsci estabeleceu uma correlação

[...] entre guerra de movimento e revolução permanente por um lado e entre guerra de posição e conquista da hegemonia civil por outro: A chave da guerra de posição [...] reside precisamente na conquista da

hegemonia, da direção política, do consenso (COUTINHO, 1981, p. 105).

A queda de sucessivos governos no Oriente Médio e a reação do poder público no Brasil (à época das manifestações no Brasil, o Secretário Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, afirmou “não sabemos com quem dialogar”) parecem ser consequência do que Gramsci chamou de crise da hegemonia, assim definida pelo pensador italiano:

Se a classe dominante perdeu o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, porém unicamente dominante, detentora da pura força coercitiva, isso significa precisamente que as grandes massas se separaram das ideologias tradicionais, que não creem mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste precisamente no fato que o velho morre o novo não pode nascer (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 1981, p. 108).

Gramsci queria dizer que não era necessário se chegar ao poder para ser dirigente, para se ter influência no Estado e na sociedade; era indispensável, todavia, ter o consenso. Se analisarmos a situação da classe subalterna, ela conseguiu direcionar e concretizar vários de seus interesses desde Gramsci. Mas estas conquistas não foram suficientes para se mudar radicalmente a estrutura do poder. Gramsci (2002, p. 195) afirmara que era necessário o velho morrer para nascer o novo (ou o velho se transformar em novo). No caso, o velho morreu, mas o novo não conseguiu nascer.

No caso do Brasil, as queixas foram contra quem detinha o poder político, independentemente de qual partido político estivesse no poder, em última análise, pela criação e implantação de políticas públicas que atendessem aos cidadãos de forma mais ampla possível. Lembrando Hannah Arendt,

o poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades (ARENDR, 2001, p. 212).

No caso dos países do Oriente Médio, a predominância do Estado-coerção exigiu a guerra de movimento para a derrubada do poder e a internet, por meio das

mídias sociais, teria sido de fundamental importância, pois fora usada para convocar as manifestações que, além de divulgar a necessidade de uma guerra de movimento, chamou a atenção do mundo não apenas para o que estava acontecendo, mas pelo que se estava lutando nesses países. Como escrito acima, há controvérsias sobre a importância da internet na Primavera Árabe, as quais serão expostas ao longo deste relatório. Numa segunda etapa da pesquisa, foram desenvolvidas entrevistas, tais como definidas por Paredes:

A entrevista é, para muito além da oportunidade de recolher ideias, opiniões, depoimentos e testemunhos, um contrito e devotado mergulho no outro [...] é uma conversa entre duas pessoas, uma das quais tem objetivos definidos. Um deles é capturar o que a outra pessoa tem a dizer (PAREDES, 2005, p. 132).

Estas entrevistas foram realizadas com atores das manifestações, em Cuiabá e Rio de Janeiro, para uma análise de fatos ligados à educação, movimentos sociais e internet, reunindo, ao final, olhares que se completassem, inclusive com argumentos que exercessem função de contraditório.

A ideia foi de que essas entrevistas propiciassem uma leitura da ação dos movimentos sociais virtuais como processo educativo nos dias de hoje, sua interlocução com teorias de Gramsci e, sobretudo, sua apropriação das modernas tecnologias. Porque, como lembra Semeraro (2006, p. 144-145), “[...] as novas ferramentas à disposição dos intelectuais não devem ser menosprezadas”, com a ressalva que o próprio Semeraro faz, referindo-se a Gramsci: a de que embora fosse aberto ao novo, o pensador italiano não o aceitava acriticamente e indicava que o trabalhador nunca deveria perder de vista as lutas hegemônicas de sua classe.

Durante uma das manifestações em Cuiabá, contra a aprovação da PEC 37, uma proposta de emenda constitucional que pretendia retirar do Ministério Público o poder de investigação, também foram feitas sondagens, definidas por Chizzotti como

[...] tipo de pesquisa que visa obter dados mensuráveis de uma amostra finita de indivíduos, a partir de uma população pré-definida. [...] A sondagem é utilizada, sobretudo [...] para identificar interesses e opiniões atuais de parcelas de uma população (CHIZZOTTI, 2001, p. 63).

Nesta sondagem, foram ouvidos 50 sujeitos, uma amostra escolhida por conveniência, como prevê Bortolossi (2012). De acordo com ele, amostragem por

conveniência é aquela em que a seleção dos sujeitos que serão entrevistados é feita seguindo o que é mais fácil ou barato para o pesquisador, que não tem, assim, preocupação em obter uma amostra representativa. O objetivo era tentar captar o nível de conhecimento sobre o tema da manifestação, a única que teve organizadores definidos, e como eles chegaram a este nível de conhecimento.

Igualmente, foram utilizados extratos de memória da história de vida deste autor que exerce o jornalismo há 40 anos, vinte dos quais passados no Rio de Janeiro, à frente ou participando de equipes das principais redes de TV do país, exercendo cargos como repórter de política e economia dos jornais **Tribuna da Imprensa** e **O Fluminense**, Editor Internacional da **TV Studios**, Diretor do programa “Canal Livre” na **Rede Bandeirantes**, Editor Nacional do **Jornal da Manchete**, Chefe de Redação da **TV Educativa**, Editor Especial **do TJ Brasil** no **SBT**, Editor de Texto na **Rede Globo** e, em Mato Grosso, Chefe de Redação da **TV Gazeta** e Editor Chefe na **TV Centro América**, afiliada da Rede Globo, e que, anteriormente, a partir do final dos anos sessenta do século passado, participou da luta contra a ditadura e a tirania que se instalara no Brasil alguns anos antes e, posteriormente, pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, além dos movimentos surgidos na década de 1980, como as Diretas Já.

Utilizou-se, ainda, como instrumento metodológico, a observação participante que, de acordo com Oliveira (2010, p. 23), “é o instrumento que mais fornece detalhes ao pesquisador, por basear-se na descrição e utilizar-se de todos os sentidos humanos”. É interessante, igualmente, lembrar aqui o que afirmam Lüdke e André (1986, p. 28) sobre a observação participante: “É uma estratégia que envolve, pois, não só a observação direta, mas todo um conjunto de técnicas metodológicas pressupondo um grande envolvimento do pesquisador na situação estudada”.

Durante todas as manifestações realizadas em Cuiabá e Várzea Grande, observei atentamente as reações dos protagonistas, tanto os que estavam na rua, quanto os que se encontravam nos edifícios e respondiam a gritos como “Quem apoia, pisca!” (imediatamente as luzes dos apartamentos começavam a piscar), como também atentei para o tipo e idade das pessoas que ali estavam, tendo conversado informalmente com algumas delas: jovens em grupo, três gerações de uma mesma família. A descrição destas observações encontra-se, principalmente, no subitem “Afinal quem eram aqueles manifestantes?”.

Ao final, na terceira fase desta investigação, apresento o que foram os dois principais movimentos utilizados, como objeto de estudo nesta pesquisa, a Primavera Árabe e o Outono-Inverno Brasileiro, com análises de quem os viveu ou estudou e minhas observações, no que diz respeito às realizadas em Cuiabá e Várzea Grande, das quais participei, além de pesquisas e levantamentos feitos e divulgadas à época e outra ainda inédita. Encerrando esta terceira fase, apresento o olhar de sete jornalistas e acadêmicos que se debruçaram sobre o tema aqui proposto e a quem, por este motivo, chamo de “especialistas”. Em “O Olhar dos Especialistas”, encontrar-se-ão pontos de vistas nem sempre concordantes de estudiosos brasileiros e estrangeiros sobre as manifestações no Norte da África e Oriente Médio e as brasileiras. O critério para escolha levou em consideração, principalmente, a proximidade de cada um deles com o tema aqui proposto. Procurei retirar, de cada um, seus pontos de vista independentemente de que fossem conflitantes ou semelhantes, objetivando, assim, ao final se ter um panorama geral dos estudos até aquele momento empreendidos não apenas dos movimentos sociais virtuais, mas, principalmente, de suas eventuais consequências.

O resultado deste estudo é o que será apresentado nas próximas páginas.

2. INTRODUÇÃO

Dos tempos de Gramsci, quando os movimentos sociais se restringiam ao Movimento Operário e ao Movimento Político Partidário, passaram-se quase cem anos, um século de histórias, teorias, algumas contrastantes e muitas idas e vindas. A escolha de Gramsci, como “ponto de partida”, para a pesquisa se deve ao fato de ele ver a elevação cultural das massas como elemento chave da transformação da sociedade, elevação esta que deveria ser precedida por uma reforma intelectual e moral desta própria sociedade. Cinquenta anos depois, quando os movimentos sociais ganharam espaço na Academia como objeto de estudo científico, e 80 anos depois, quando a internet começou a demonstrar a possibilidade de uma dimensão educativa que parecia inexistir nela, é oportuno indagar sobre o significado desse poder de reformar e de gerar consciência política, dada a força deste novo instrumento, inimaginável na época do pensador italiano.

Há, nas interações produzidas na internet, uma dimensão educativa, o que por si só não é suficiente para se alcançar a transformação da sociedade, mas pode ser um facilitador para isso. Caso entendamos a “transformação da sociedade”, como Gramsci, que há quase cem anos pensava: resultado de um processo árduo de conquista da hegemonia por parte de um de grupo explorado que tem por objetivo a criação de uma sociedade completamente distinta daquela em que vivia. Um dos elementos importantes para isso seria a organização popular e a interação via internet teria condições, hoje, de proporcionar isso. Nos movimentos e manifestações aqui estudados e nos quais ela foi amplamente utilizada, a organização popular foi mais rápida e, de acordo com autores como Castells (2013), mais efetiva.

Quando Gramsci fala em transformação da sociedade, está tomando por base empírica a Itália dos trinta primeiros anos do século passado na qual viveu e militou e, por base teórica, a radical crítica iniciada por Marx relativa à sociedade capitalista. Em todo caso, é válido se fazer uma releitura de sua visão, avaliar a sua pertinência com a devida e necessária tradução em contextos históricos e movimentos sociais de tipos tão diversos.

Para o pensador sardo, a transformação radical da sociedade apresenta-se como a conseqüente substituição de um sistema econômico, o capitalismo, por outro, o socialismo, e deve implicar um longo processo de luta ideológica e política.

A “Reforma Intelectual e Moral da Sociedade”, seria o “coroamento de todo este movimento [...] dialetizado no contraste entre cultura popular e alta cultura” (GRAMSCI, 2011, p. 37).

A transformação da sociedade resultaria de um longo processo de construção hegemônica em que tem lugar intensos debates e embates sociais sobre uma nova visão de mundo. Nos dias de hoje, em que pese sua capacidade de manipulação, a internet – via mídias sociais –, especialmente por ter se transformado num imenso transferidor de conteúdo, numa rede interativa de comunicação distribuída, se apresenta como um ambiente capaz de facilitar este embate.

À época em que Gramsci viveu e militou, os movimentos sociais se resumiam ao sindical e ao partidário e a mídia, à imprensa. Nos dias de hoje, os movimentos sociais são incontáveis e têm sua atuação facilitada pelos novos tipos de mídia que surgiram desde os anos 20 do século passado.

Não se torna necessário apresentar a história dos movimentos sociais, pois ela já está contada por meio de uma extensa bibliografia na qual se destacam autores como Maria da Glória Gohn, Alain Touraine, Roseli Salete Caldart, Ilse Scherer-Warren, Manuel Castells, Giovanni Semeraro, entre muitos outros.

Para rememorar esta história em linhas gerais, utilizar-se-á especialmente o estudo de Maria da Glória Marcondes Gohn, intitulado “Novas teorias dos movimentos sociais”, que teve publicada, por Edições Loyola, sua quarta edição revista e ampliada, em 2012. A escolha se deveu ao fato de ser ela reconhecidamente uma das principais estudiosas do tema. De acordo com Gohn, há três correntes que estudam os movimentos sociais ao longo dos séculos: “A histórico estrutural, a culturalista / identitária e a institucional / organizacional / comportamentalista”.

Na primeira, estão referenciadas às ideias de Marx, Gramsci, Lefebvre, Rosa de Luxemburgo e Lênin, entre outros. Na segunda, segue-se o pensamento de filósofos e cientistas sociais como Kant, Nietzsche, Hegel, os teóricos da Escola de Frankfurt, Adorno, Horkheimer, Marcuse, Habermas e Neumann. Já na terceira corrente, que se desenvolveu basicamente nos Estados Unidos, adotam-se os olhares de Smelser, Wilkinson e Banks.

Gohn (2012, p. 31-32) identifica, também, a construção de teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais, surgidas, especialmente, na Europa, a partir dos anos 60 e 70 do século passado, aos quais se costuma nominar como

Novos Movimentos Sociais (NMS). Nessas teorias, a autora destaca trabalhos de Castells e Borja, fomentadores dos movimentos de cidadãos/moradores. Ela se refere, também, a estudiosos como Touraine, que em anos anteriores havia se debruçado sobre o movimento operário, mas que depois estudou “os estudantes, os terroristas, os grupos de solidariedade, os movimentos latino-americanos, os movimentos de jovens na França (atualmente estuda os movimentos das mulheres)”.

No final dos anos 70 e, principalmente, no início dos anos 80 do século passado, com a fuga – nos então chamados países do Terceiro Mundo (hoje são os “Emergentes”) – do homem do campo para a cidade surgiram os movimentos urbanos especialmente na América Latina. Sobre esta fase, de acordo com Gohn (2012), destacam-se os estudos, em 1987, de Scherer-Warren e Krischke, os quais consideram que esses movimentos realizaram uma “revolução no cotidiano”. Ademais, leva-se em consideração Machado da Silva e Ribeiro (1985), Valladares e Boschi (1981), Barreiro (1992), Singer e Brant (1981), entre outros.

Foi nessa época que surgiram na Europa os movimentos ecológicos, antinucleares, pela paz, de estudantes e pelas mulheres. De acordo com Gohn,

Chegamos, portanto aos anos de 1980 com um panorama mundial das formas de manifestações dos movimentos sociais bastante alterado. Progressivamente as lutas armadas na Ásia, na América Latina e na África e o próprio movimento operário, todos fortemente estruturados segundo a problemática do antagonismo entre as classes sociais, deram lugar a outras problemáticas sociais enquanto eixos centralizadores das lutas sociais (GOHN, 2012, p. 32-33).

Aqui é bom lembrar que esses movimentos surgiram e evoluíram sem o poder da internet para sua mobilização, uma vez que nesta época ela era usada apenas como uma forma de comunicação militar e que somente em 1988 foi criado, por iniciativa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC). No ano seguinte, o ministério da Ciência e Tecnologia, recém-criado, inaugurou a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que interligou universidades em 11 estados. Comercialmente, a internet chegou ao Brasil em dezembro de 1994 para uma parte da população, de uma forma elitizada. Os primeiros computadores comercializados aqui eram os velhos 286, que chegavam a custar o equivalente a 5 mil dólares.

E foi nos anos 1990 que surgiram novos estudos sobre um tipo de organização que estivera em segundo plano nos grandes momentos dos movimentos sociais em todo o mundo: as Organizações Não Governamentais (ONGs). Alguns autores, que estudaram as ONGs, tentaram, sempre de acordo com Gohn, desqualificar os movimentos sociais nomeando-os como “uma manifestação de grupos do passado” (Idem, p. 34).

Igualmente, no final dos anos 1990 e início do século XXI, surgiram novos estudos para explicar a teoria dos movimentos sociais como “a teoria do reconhecimento social”. Aí destacam-se os trabalhos do português Boaventura de Souza Santos, especialmente em “A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência”, no qual ele qualifica os movimentos sociais como sujeitos também presentes no Estado. Ele se baseia em questões como o multiculturalismo e “[...] o progressivo deslocamento na ênfase de suas pesquisas para os movimentos sociais [...] e as novas gramáticas do poder” (GOHN, 2012, p. 38). A partir daí, ele passou a ser referência obrigatória para quem teorizava ou lutava pela anti ou alterglobalização.

Fernández Buey, em suas análises sobre os movimentos sociais alternativos no mundo contemporâneo, valoriza o fenômeno conhecido por “Movimento dos Movimentos”, que no Fórum Mundial de 2001, em Porto Alegre, passou a se chamar movimento antiglobalização e que posteriormente preferiu “*llamarse a si mismo alterglobalizador o altermundialista*” (FERNÁNDEZ BUEY, 2007, p. 21).

Fernández Buey relembra a extrema velocidade com que cresceu este movimento em seus primeiros anos e Torres afirma que “esta capacidade agregadora [do movimento alterglobalizador] tem levado a questionamentos sobre ser o movimento o sujeito coletivo que vem substituir os partidos políticos na tarefa de delineamento e de condução de um projeto alternativo para a sociedade [...]” (TORRES, 2013, p. 110).

Esta hipótese, entretanto, de acordo com Torres (2013), apresenta fragilidades, especialmente, para estudiosos “que se vinculam à tradição marxista”. Para reforçar seu ponto de vista, ela remete a Atilio Boron (2011), o qual assevera que, tanto para a conquista do poder político quanto para a construção de uma nova sociedade, é necessária a criação de um novo bloco histórico hegemonicamente formado pelas camadas mais avançadas das classes e camadas populares.

Fernández Buey afirma que o movimento alterglobalizador tem vários sintomas que trazem em si a esperança. Entre eles está

[...] el crecimiento de la conciencia de que, para hacer frente a los peores efectos de la globalización neoliberal, hay que superar la atomización de los otros movimientos sociales alternativos y su dimensión nacional-estatal para establecer una estrategia global de actuaciones también en un ámbito mundial. Es en este sentido en el que el movimiento alterglobalizador se estructura como un movimiento de movimientos, como una red de redes conectadas en distintos ámbitos geográficos³ (FERNÁNDEZ BUEY, 2007, p. 25).

Assim, Fernández Buey teoriza sobre o movimento alterglobalizador, apontando para uma conexão entre movimentos diferentes que se desenvolvem em locais geograficamente diferentes. Daí, pode-se concluir que, tomando a internet como meio, poder-se-ia criar um novo bloco histórico que assumiria determinadas bandeiras de luta.

A internet poderia ter, sob esta perspectiva, um papel importante pelo seu aspecto de velocidade nas mobilizações, pela capacidade de, por meio das mídias sociais, colocar em debate posicionamentos contrários, pela enorme capacidade de transferência de conteúdos que possui e pela sua capacidade de alcançar pessoas que dela se utilizam em distintos locais por mais distantes que estejam geograficamente.

Antes do movimento alterglobalização, nos anos 90, começaram a surgir estudos que colocavam a internet no centro das discussões. O espanhol Manuel Castells e o francês Pièrre Levy são os principais formuladores destas novas propostas de análise. Castells e alguns outros autores passaram a se dedicar à “sociedade em rede” (este foi, inclusive, o título do primeiro livro de uma trilogia que Castells escreveu sobre o assunto, “A Era da informação, economia, sociedade e cultura”). De acordo com Picolotto (2007), Castells traz em sua teoria uma concepção marxista da sociedade, refez seu pensamento sobre os movimentos sociais, desenvolvido no final dos anos 60 e início dos anos 70 do século passado. Para isso, ele argumentou sobre a existência de processos que não estavam

³ Tradução minha: “[...] o crescimento da consciência de que, para fazer frente aos piores efeitos da globalização neoliberal, precisa superar a atomização de outros movimentos sociais alternativos e sua dimensão nacional-estatal para estabelecer uma estratégia global de atuações também no âmbito mundial. É neste sentido que o movimento alterglobalizador se estrutura como um movimento de movimentos, como uma rede de redes conectadas em distintos espaços geográficos”.

interligados e que convergiam hoje em: a revolução das tecnologias de informação e comunicação (TIC), a crise econômica, tanto do capitalismo quanto do estatismo, e o surgimento de movimentos sociais e culturais.

Levy (2013, s/p.), antes mesmo das manifestações mundo afora com mobilização via redes virtuais, já defendia a ideia de que os movimentos sociais poderiam se organizar pela internet e desafiar o sistema político, qual fosse ele. Para o filósofo francês, a irradiação de sentidos e ideologias fugiu completamente do controle do poder hegemônico. É a partir daí que ele criou o conceito de ciberespaço, como sendo “um local de prática de comunicação interativa, recíproca, comunitária e intercomunitária, como horizonte do mundo virtual vivo, heterogêneo no qual o ser humano pode participar e contribuir” (LEVY, 1999, p. 126). Essa quase premonição de Levy se concretizaria anos depois com alguns movimentos que serão mostrados aqui, como o Zapatista, no México, a Guerra das Panelas, na Finlândia, etc.

O surgimento das mídias sociais deu uma nova dinâmica aos movimentos sociais. A primeira delas foi o antigo *e-mail*, que ainda persiste, mas que em seu início não passava de um instrumento para se trocarem cartas entre amigos e parentes, logo se percebeu que poderia ser utilizado para outros fins, como distribuição de conteúdo, pautas para veículos de comunicação e até para convocação para assembleias, reuniões e manifestações. A pesquisadora brasileira Ivana Bentes de Oliveira analisa de forma crítica a internet e as mídias sociais. De acordo com ela,

[,,] durante algum tempo acreditamos que as redes sociais enterrariam revistas como a *Veja*, pois com uma mídia-multidão as denúncias seriais e campanhas podem ser desconstruídas com a velocidade e sagacidade dos muitos. Mas as redes também podem produzir e reproduzir o mesmo discurso de ódio, racismo, intolerância (BENTES, 2014, s/p.).

Essa discussão é muito antiga quando se trata de jornalismo. E quem se defronta com ela quase sempre se defronta com a seguinte questão: exatamente por ser ela, a internet, uma “mídia multidão” dela fazem uso sujeitos capazes de reproduzir o que Bentes definiu como “ódio jornalismo”. Há, ainda, especialmente nos meios acadêmicos, muitas desconfianças em relação às mídias sociais e a interação que ela proporciona, mas particularmente, não acredito que em algum

momento as mídias sociais tenham sido pensadas como algo que poderia servir a este ou aquele tipo de propósito. Até porque, em frente dos teclados, há internautas com pontos de vista que não são contrários ou conflitantes, da mesma forma que há os que o são e, tanto num caso como noutro, não cedem necessariamente a pressões ou a manipulações. Bentes, ao prefaciar obra de Antoun e Malini, reconhece que

Estamos vendo surgir nas ruas uma multidão capaz de se autogovernar a partir de ações e proposições policêntricas distribuídas, atravessadas por poderes e potências muitas vezes em violento conflito, mas que constituem [...] uma esfera pública em rede, autônoma em relação aos poderes [...], midiáticos e políticos tradicionais e que emergiu e se espalhou num processo de contaminação virótica e afetiva [...]. Processos disruptivos, capazes de passar, de forma inesperada, de um medo ou euforia difusos a uma manifestação massiva, produzida por contágio e processos distributivos do que Felix Guattari chamou de heterogêneses (BENTES, 2013b, p. 16).

Parece claro que mesmo quem, em algum momento, sentiu uma certa decepção com a capacidade de mudanças que as mídias sociais poderiam provocar, rendeu-se ao fato de sua consequência, detectada em pesquisas aqui apresentadas, nas manifestações de rua – não apenas no Brasil, mas também no exterior – sempre com a ressalva que foram manifestações diferentes, em países com realidade política e social igualmente diferente. Bentes (2014) aponta o caminho a ser seguido como forma de se combater o “ódio jornalismo”:

[...] é preciso fazer o embate com uma direita anacrônica que acha que estamos à esquerda demais e para uma esquerda que acha que ainda estamos muito à direita e que está ‘tudo dominado’. É preciso uma virada de imaginário para sair desses dualismos e qualificar a palavra mágica ‘mudança’ que atravessou todos os partidos e candidatos com sentidos distintos (BENTES, 2014, s/p.).

Algumas manifestações, nas quais a internet foi fundamental como instrumento de mobilização, marcaram o Brasil e o mundo nos últimos anos. Não se trata aqui de analisar o resultado destas manifestações, até porque este é um processo muito recente e, por isso, inconcluso; mas sim os fatos que aparentam mostrar a construção dos motivos da manifestação, ou seja, da construção educativa da mobilização, porque quando multidões foram às ruas aqui e no exterior

estavam conscientes do que queriam e essa consciência foi formada em boa parte por causa da interação via mídias sociais.

Estudiosos afirmam, categoricamente, que existe uma dimensão pedagógica nestas manifestações (LESSA, 2013 s/p.), que elas vieram para ficar porque a internet é a “voz das ruas” e o que for postado nela estará sempre à disposição para quem quiser analisar o que ela significava (CASTELLS, 2013). Scherer Warren (2012, p. 21) afirma que os movimentos sociais precisam ser redefinidos porque “com a globalização e a informatização da sociedade [...] muitas das explicações paradigmáticas necessitam revisões face à emergência de novos sujeitos sociais, novas formas de articulação e organização [...]”.

Assim, se é verdade que não se pode, ainda, classificar eventos, assim como Primavera Árabe, Outono-Inverno Brasileiro, *Occupy Wall Street*, entre outros, enquanto movimentos sociais (eles se enquadrariam mais no conceito de “ação coletiva”), não há como negar que tais eventos, potencializados pela internet, trouxeram consequências, positivas e negativas, e que, provavelmente, a mais positiva seja o fato de que na internet assuntos de interesse nacional, relevantes por si sós, vieram à tona, foram e continuam sendo debatidos. E, no caso do Brasil, provocaram mudanças, tais como a supressão da pauta do Congresso da PEC 37 e a reunião da presidente Dilma Rousseff com prefeitos e governadores para debater medidas que melhorassem transportes, saúde e educação. Pautas que foram constantes nas manifestações de rua no país, além da suspensão ou redução em várias cidades e capitais das tarifas do transporte coletivo.

Afinal, com toda a evolução das formas de mobilização e evolução da tecnologia, diga-se de passagem, antevistas por Gramsci, como essas “ações coletivas” que para autores como Castells (2013) são “movimentos sociais contemporâneos” podem agir no sentido de construir o pensamento crítico que o pensador italiano propunha? Para responder esta pergunta, é oportuno conhecer o pensamento de Gramsci, especialmente no que se refere à emancipação das massas, já que ele defendia o pensamento segundo o qual era impossível uma transformação da sociedade se não fosse antecedida por uma mudança de mentalidade. É o que veremos a seguir.

CAPÍTULO I

SOBRE A EMANCIPAÇÃO DAS MASSAS

Para o filósofo italiano Antônio Gramsci, a transformação da sociedade somente seria possível se fosse precedida de uma reforma moral e intelectual das massas,

[...] o que significa de resto criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular no sentido da realização de uma forma superior e total da sociedade moderna (GRAMSCI, 2012, p. 18).

Em outras palavras, e ele retorna a este tema em vários momentos de sua produção no cárcere, especialmente no Vol. 1 dos Cadernos (p.126; 233; 320; 362). Para Gramsci, não haveria transformação da sociedade se ela não viesse precedida por uma mudança de mentalidade. Por este motivo, dei a este capítulo o título acima. No capítulo apresento, igualmente, em subitens não apenas o que seja esta elevação cultural das massas, mas o papel que a educação, entendida, repito, de uma forma ampla, como já definida aqui, procurando mostrar como o pensamento do pensador sardo se manteve atual até os dias de hoje. Caminho, também, pelo conceito que Gramsci tinha de Escola, especialmente em sua ligação com a Educação na forma como a conceituo aqui, concordando com a maioria dos autores a quem recorri, ou seja, que ela é um instrumento fundamental para a “reforma intelectual e moral” que estaria na base da transformação da sociedade. E faço este caminho porque acredito que, por mais que este objetivo ainda esteja longe de ser alcançado, a internet possa se transformar num importante instrumento na realização desta mudança de mentalidade.

Desta forma, antes de se referir a Gramsci e a conceitos que ele criou ou aperfeiçoou, é importante lembrar que ele viveu num período em que, embora tenha antevisto alguns dos fatos que marcariam o mundo décadas depois, nem se imaginava o que viria pela frente em termos de inovações tecnológicas e tantas outras mudanças no mundo. Contra Gramsci havia também o fato de ter ficado, em sua época mais produtiva, preso pelo fascismo, o que lhe impedia de manter diretamente alguns embates e de ter acesso a livros e a correspondência que lhe interessassem, porque na prisão, em Turim,

[...] percebia o vazio que existia ao redor de si pela ausência de relações com o mundo ou por sua extrema precariedade. [...] mesmo quando escrevia ou recebia cartas a linguagem tinha que ser extremamente clara para não levantar suspeita dos censores da prisão em relação a alguma palavra ou frase que soasse misteriosa para eles [...] (LÉPRE, 2001, p. 143).

Não é demais afirmar, como o fez Santucci (1998), na introdução de “Para la reforma moral e intelectual”, que contém textos de Gramsci, organizados por Fernández Buey, em 1988, que houve “dois” Gramscis: o militante comunista, que somente descobriu o que significavam as palavras de Marx três anos antes de ser preso pela polícia fascista, e o outro, o estudioso que passou dez anos nos cárceres fascistas, período no qual se voltou, como se fosse um compromisso, a fazer reflexões sobre os temas que o Gramsci militante defendera. E, historicamente, pela sua antevisão, deve-se fazer justiça a ele, especialmente quando se aprofunda na necessidade de uma reforma intelectual e moral, da qual participem as camadas mais populares da sociedade, o que fora impedido pelo poder hegemônico na época em que ele viveu e o é nos dias de hoje pois, como lembra Santucci,

[...] no es preciso recordar que en Occidente en fechas recientes, se han instalados poderosos laboratorios de manipulación política, basados en el control de los medios de información y comunicación social. Cabe afirmar incluso que se han convertido más que nunca en factores decisivos para el ejercicio de la hegemonía y la captura del consenso⁴ (SANTUCCI, 1988, p. 17-18).

O próprio Gramsci faz uma advertência sobre seus escritos no cárcere, no início do Caderno 11, contido no Volume 1 dos “Cadernos do Cárcere”, editado pela Civilização Brasileira, sob supervisão de Carlos Nelson Coutinho (2006). Nesta advertência, o pensador sardo se refere a sua produção quando preso, o que demonstra sua preocupação de que toda ideia pode e deve ser revista a qualquer momento:

As notas contidas neste caderno, como nos demais, foram escritas ao correr da pena, como rápidos apontamentos para ajudar a

⁴ Tradução minha: “[...] não é preciso recordar que no Ocidente em datas recentes tem se instalado poderosos laboratórios de manipulação política baseados no controle dos meios de informação e comunicação social. Cabe afirmar, inclusive, que eles têm se convertido mais que nunca em fatores decisivos para o exercício da hegemonia e da conquista do consenso”.

memória. Todas devem ser revistas e verificadas minuciosamente, já que certamente contém inexatidões, falsas aproximações, anacronismos. Escritas sem ter presentes os livros a que se referem, é possível que, depois da verificação, tenham que ser radicalmente corrigidas, precisamente porque o contrário do que foi escrito é que é verdadeiro (GRAMSCI, 2006, p. 85).

Ao explicar como organizou a edição brasileira dos Cadernos do Cárcere (utilizando-se da edição de Togliatti e de Gerratana, de sugestões de outros gramscianos como Giovanni Francionni e dos manuscritos de Gramsci), Carlos Nelson Coutinho escreveu “[...] temos a esperança que esta nova edição brasileira dos Cadernos provoque no leitor, seja ele “exigente” ou “iniciante” a certeza de que está diante de uma das mais lucidas reflexões de nosso tempo” (GRAMSCI, 2006, p. 44).

Em que pese a “Advertência” de Gramsci, o ex-presidente da *International Gramsci Society – Itália*, Giorgio Baratta, falecido em 2010, afirma que “a leitura de Gramsci tornou-se como uma bússola para procurar o fio entre passado, presente e futuro. Ler Gramsci para ler a realidade” (BARATTA, 2009, s/p.).

Uma das principais distinções, entre o pensamento de Gramsci e de outros marxistas, residia no fato de ele não acreditar na tomada do poder sem uma anterior mudança das mentalidades. Importantes agentes dessa mudança seriam os intelectuais e a educação. Coutinho (1981, p. 23) lembra que na atividade socialista, desenvolvida por Gramsci até a Revolução de Outubro, um lugar de excepcional importância cabe ao trabalho de educação, à luta para preparar as condições subjetivas da práxis revolucionária. Gramsci está convencido, como disse em janeiro de 1916, que:

Cada revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeabilização de ideias através de agregados de homens primeiro refratários e somente virados para resolver dia a dia, hora a hora, o seu problema econômico e político, sem laços de solidariedade com os outros que se encontram nas mesmas condições (GRAMSCI, 1916b, p. 53).

Ao contrário de outros pensadores, que se detiveram a estudar o pensamento de Marx e que concentraram seus olhares na relação entre política e economia, o pensador sardo, numa das cartas escritas no cárcere, reconhece que só entendeu o que Marx queria dizer quando manteve contato com trabalhadores em Turim. Ademais, dirigiu seu pensamento para o “papel da cultura e dos intelectuais nas

transformações históricas”, até porque para ele a cultura, política e economia constituem uma unidade indivisível (FERRARI, 2002, s/p.). Aí nasce, inclusive, sua proposta de educação, sobre a qual nos deteremos no momento específico.

Baratta (2010, s/p.) também faz uma interessante reflexão sobre a indissociabilidade, para Gramsci, de política, filosofia e educação. Ele relembra duas frases escritas pelo pensador sardo no Caderno 12, “Todos os homens são intelectuais” e “Todos os homens são filósofos”. Com isso, de acordo com Baratta, está sendo preconizada a morte da filosofia e da intelectualidade, como conceitos individuais, já que, como afirmou Gramsci, não existe, portanto, uma história da filosofia dos “filósofos” separada de uma história civil mais ampla das concepções do mundo, que envolve a filosofia dos não filósofos, também dos “subalternos” que vivem “à margem da história”. Note-se, aliás, que algo semelhante precisa ser reclamado, de acordo com Gramsci, a propósito da diferença entre trabalho intelectual e manual: este último, segundo ele, é diferente, mas não separado do trabalho intelectual, no sentido de que “em qualquer trabalho físico, mesmo o mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora” (GRAMSCI, 2006, p. 18).

Semeraro (2011, p. 143), interpretando essa reflexão de Gramsci, afirma que para ele além da política, economia, educação e filosofia, também a cultura, a vida pessoal e social “andam entrelaçadas inseparavelmente, de modo que não seria possível compreender nenhum desses aspectos fora da relação dialética que os fecunda reciprocamente e da personalidade peculiar que os unifica sem formalismos”.

Trazendo para o Brasil estas reflexões, como veremos mais adiante, a educação formal, aquela ministrada nas salas escolares, com frequência se apresenta como um espaço de elevação cultural das massas porque tem sido instrumentalizada, da mesma forma que a mídia para ser utilitarista no sentido de reproduzir as diretrizes da classe dominante, ou seja, dos que detêm nas mãos o capital e os meios de produção, e para manter o *status quo*, uma escola instrumentalizada, pensada e voltada mais para os interesses mercadológicos. Aqui vale lembrar Mészáros, para quem

[...] nunca é demais salientar a importância estratégica da concepção mais ampla de educação, expressa na frase ‘a aprendizagem é a

nossa própria vida' [frase atribuída ao físico Paracelso, falecido em 1541]. Pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições formais. Felizmente, porque esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada [...] (MÉSZÁROS, 2012, p. 53).

Interpretando Mészáros, no caso do Brasil, se é verdade que houve avanço nos últimos 15 anos na queda do analfabetismo, resultado de programas oficiais do Ministério da Educação e demonstrados em levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicado pelo jornal Folha de S. Paulo / Portal UOL⁵ (em 1996, a taxa era de 14,6% e, em 2012, chegou a 8,5%), também é verdade que a educação formal oferecida é eficaz, primordialmente, como reguladora das demandas da sociedade capitalista. Mas aqui é importante lembrar a análise de Snyders (1977) para quem

Contra esta tentação [de deterministicamente abandonar o modelo de escola que regula as demandas do capitalismo] [...] se a escola, pelo peso da sociedade e também pela influência da própria carga, envereda pela opressão dos oprimidos, ela é ao mesmo tempo um dos locais onde o combate existe, onde ele pode, de forma privilegiada, evoluir de tal maneira que os oprimidos adquiram lucidez e força (SNYDERS, 1977, p. 405).

Assim, a escola seria apenas “primordialmente” reguladora das demandas do capitalismo, mas não é um feudo do sistema dominante e sim terreno de luta entre este e a classe explorada ou, como afirma Snyders (1977, p. 105-106), “o terreno onde se defrontam as forças do progresso e as forças conservadoras. O que lá se passa reflete luta entre a exploração e a luta contra a exploração”. Aqui, penso, cabe mais uma vez relembrarmos a “reforma intelectual e moral” que preconizava Gramsci, pois para ele:

[...] que significação tem o fato de uma concepção de mundo, que se enraíza e se difunde desta maneira, tenha continuamente, momentos de renovação e de novo esplendor intelectual? [...] fala-se, frequentemente, que a não existência, em certos países de uma reforma religiosa é a causa da regressão em todos os campos da vida civil e não se observa que precisamente a difusão da filosofia da práxis é a grande reforma dos tempos modernos, é a reforma

⁵ Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/09/27/analfabetismo-volta-a-crescer-no-brasil-apos-mais-de-15-anos-de-queda.htm>>.

intelectual e moral que se realiza em escala nacional e que o liberalismo conseguiu realizar apenas em pequenos estratos da população (GRAMSCI, 2006, p. 362).

Por isso, o pensador sardo, um filósofo que queria entender o mundo para transformá-lo, defendia a criação de meios alternativos que não concorressem com os instrumentais para se difundir a educação escolar, a qual interfere diretamente na formação do cidadão. Afinal, transformar a sociedade moral e intelectualmente implica em transformá-la materialmente, daí o fato de Gramsci dar ênfase à elevação das massas ao nível que permitisse a conscientização e organização política de si mesmas, pois reforma intelectual e moral significa, obrigatoriamente, reformar a concepção de mundo que se tem, a maneira de agir e de se relacionar.

Neste sentido, as mídias sociais podem ser de grande utilidade, uma vez que pela instantaneidade proporcionada pelo seu meio, a internet, podem criar um ambiente que possibilite o que preconizava Gramsci. Mas torna-se necessário que se atente ao fato de que a internet da mesma forma que possui um viés educador tem, ao mesmo tempo, outro não educador, ou “deseducador”.

É inegável que as mídias sociais não sejam à prova da manipulação do sistema dominante, pois é o capitalismo que as utiliza, no dizer de Fernández Buey, como meio de intoxicação de massas (MENEZES, 2013). Mas não há como se negar que as mídias sociais funcionam como um laboratório das liberdades de pensamento que podem se preservar justamente por causa de seu permanente fluxo de informações compartilhadas e não sujeitas a controle de governo e empresas. E o poder de impacto social que possuem, demonstrado nos movimentos virtuais aqui estudados, se apresenta como uma tendência para o futuro, pois a cada dia mais a sociedade acompanha a gestão pública. As mudanças não dependem apenas da evolução da tecnologia, pois as “rebeliões” apresentadas aqui tiveram suas raízes na exploração, opressão, humilhação, indignação, enfim descontentamento com o momento ou com algo específico que serviu de estopim para outras questionamentos e reivindicações. Mas não há como se negar o poder desta ferramenta que já existe há mais de uma década, mas que só agora ganha uma visibilidade mundial. E esse poder tem demonstrado sua capacidade de rever leis, comportamentos e até de derrubar governos e mudar regimes, como será demonstrado no Capítulo III desta pesquisa.

1.1 A elevação cultural das massas

O cientista político Giacomo Marramao, um grande conhecedor de Gramsci e dos desafios da esquerda no mundo, em entrevista ao Blog “Literatura Clandestina Revolucionária”, afirma que as ideias sobre a elevação cultural do homem foi um dos três principais legados do pensador sardo para a história. De acordo com ele, esses três legados seriam:

A noção de “intelectual orgânico”, também definida numa fórmula simples e intensa: “especialista + político”. A ideia da democracia não só como sistema de regras e procedimentos, mas forma de relações — como a *res publica* de Maquiavel — capaz de reunir num conjunto dinâmico e vital uma pluralidade de sujeitos que interagem na base de mútuo reconhecimento. A perspectiva de um novo cosmopolitismo, capaz de promover a libertação dos indivíduos através de uma práxis de transformação baseada no acréscimo de saber e de ciência (MARRAMAIO, 2007, s/p.).

Gramsci argumentava que a escola, juntamente com os intelectuais, teria um papel fundamental na elevação cultural das massas, se ela fosse estruturada de forma que tivesse como alunos os filhos dos trabalhadores e dos burgueses tendo todos igualmente acesso à cultura das classes hegemônicas e se transformariam em cidadãos plenos. Gramsci acreditava que a mudança só viria com uma revolução proletária, mas não acreditava que ela seria possível se ela não fosse precedida por uma revolução na mentalidade. Este posicionamento está muito claro quando ele afirma que:

[...] a filosofia da práxis não busca manter os “simples” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior [...] para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 2006, p 103).

Para Gramsci a elevação cultural das massas assume grande importância no processo de luta pela hegemonia, porque a partir dela as massas poderiam se libertar das classes dirigentes e tornarem-se elas, as massas, dirigentes. Afinal, pode se sair da condição de subalternidade quando, pensava Gramsci, se elabora

um novo tipo de economia, de sociedade, de Estado e de política, capazes de desarticular a hegemonia da classe dominante.

Por isso, logo que foi preso, juntamente com alguns amigos, entre eles: Bórdiga, Conca e Sbaraglini, Gramsci criou uma escola para prisioneiros que, ao mesmo tempo, alfabetizava e transmitia conteúdo dos níveis elementar, médio e até superior. Gramsci se encarregou da área de História e Literatura, Bórdiga, que fora Secretário Geral do Partido Comunista Italiano (PCI) antes de Gramsci, se responsabilizou pela área científica.

Logo ele percebeu o quanto seria difícil se conseguir algo no que ele mesmo chamou de “círculo infernal”. Numa das primeiras cartas que enviou, depois de preso, a sua cunhada, Tania, no dia 19 de dezembro de 1926, ele narrou com detalhes o que era a vida dos prisioneiros comuns:

A mazzetta [dinheiro que lhes era pago pelo governo] é gasta especialmente em vinhos; as refeições se reduzem a um pouco de massa com verdura e a um pouco de pão; a desnutrição leva ao alcoolismo mais depravado em curtíssimo espaço de tempo. [...] são trancafiados em dormitórios especiais das cinco da tarde às sete da manhã, separados dos que estão fora: jogam baralho, perdem algumas vezes a mazzetta de vários dias e assim se veem presos num círculo infernal que dura até o infinito (GRAMSCI, 2005, p. 89).

Pouco tempo depois, ele foi transferido de Ustica, mas manteve contato por meio de cartas com alguns dos companheiros que participavam do projeto da Escola e, nestas cartas, aparecem alguns dos conceitos sobre educação e sua visão de como deveria ser a relação professor aluno, levando-se sempre em conta o ambiente em que viviam.

Em 4 de julho de 1927, respondendo uma carta de Berti (que na realidade tratava-se de Ferruccio Parri, que organizara a fuga de Felippo Turati para a França), Gramsci afirma que o tipo de escola e o tipo de professor que o ambiente (a prisão de Ustica) requeria somente poderia nascer do registro e da coordenação das experiências de cada um. E completou: “penso que a genialidade deve ser ‘enterrada’ e, ao contrário, deve ser aplicado o método das experiências mais minuciosas e da autocrítica mais desapaixionada” (GRAMSCI, 2005, p. 167).

Gramsci insiste, portanto, na divulgação crítica da cultura geral, dando a ela a mesma importância que a organizada enciclopedicamente, porque para ele a mescla das duas era a única forma de se alcançar a elevação intelectual e moral que

impediria, por exemplo, comportamentos comuns aos presos de Ustica e que ele narrara na carta à Tania. O objetivo de sua proposta pedagógica era que o grupo se transformasse no educador dele próprio. Como ele escreveu no Caderno 11,

[...] criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas 'originais'; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, 'socializá-las', por assim dizer; e, portanto, transformá-las em bases de ação vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual ou moral. O fato de que uma multidão de homens seja levada a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é bem mais importante e original que a descoberta feita por um "gênio" de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de um grupo de intelectuais (GRAMSCI, 2006, p. 95-96).

A crítica que, mesmo antes de escrever esta tese, tenho feito à universidade é que grande parte de sua produção intelectual fica entre seus muros. Não há uma aplicação à sociedade. Para confirmar este pensamento basta um levantamento de quantas dissertações e teses, ou até mesmo trabalhos de conclusão de curso, são publicadas ou tem suas conclusões socializadas, para utilizar um termo da citação acima, com grupos de interesse para aquele tema. Aqui, torna-se importante registrar um comentário, feito durante uma das disciplinas do doutorado, pelo professor doutor Luiz Augusto Passos, aos doutorandos que estão concluindo agora sua caminhada: "perguntem-se sempre o porquê e para quem vocês estão pesquisando? "

1.2 A educação como meio de elevação cultural das massas

Gramsci somente amadureceu sua concepção de educação no período em que esteve preso e quando produziu os *Cadernos* e as *Cartas do Cárcere*. Mas bem antes ele já havia se referido à base de seus conceitos em artigos escritos, especialmente para o jornal **Avanti!**, órgão oficial do Partido Socialista Italiano (PSI), quando situou sua concepção de educação como momento de crescimento intelectual e crítico.

No início do século passado, Durkheim (1952, p. 25) afirmava que "a palavra educação tem sido muitas vezes empregada em sentido demasiadamente amplo, para designar o conjunto de influências que sobre a nossa inteligência ou sobre a nossa vontade exercem outros homens [...]"

Grande parte dos regimes totalitários usaram, privilegiadamente, a educação para exercer esse “domínio”. O fascismo, por exemplo, surgido alguns anos depois da publicação de Durkheim, como manipulador de massas, a utilizou como instrumento disseminador de suas ideias e a manutenção da ordem social e política que lhe interessava. O programa do partido definia que a escola deve “[...] promover os melhores elementos de todas as classes para garantir a renovação das camadas dirigentes” (HORTA, 2008, p. 1). Embora em seu programa afirmasse isso, a história mostrou que não foi esta a verdade depois de conquistado o poder na “Marcha sobre Roma”, em outubro de 1922, marcha que foi caracterizada, inclusive, como um golpe de Estado, com Mussolini se transformando em um ditador que não tinha a menor intenção de renovar as classes dirigentes.

Gramsci, no que Coutinho (1981) chama de *obras da maturidade*, *Cartas e Cadernos do Cárcere*, apresenta sua visão de educação, mas não faz uma única referência a Durkheim, considerado o criador da sociologia moderna. Se em termos de sociologia ambos tinham pensamentos até certo ponto conflitantes (SEMERARO, 2006, p. 27), o mesmo não acontecia quando se tratava da educação. Até mesmo quando parece haver discordância, na essência o pensamento de ambos é o mesmo, ou seja, a escola, para muito além de ensinar tem que ter em seu conteúdo uma dimensão pedagógica capaz de formar um sujeito crítico em relação à sua própria realidade.

Durkheim (1952) afirma ser contra o pensamento de uma “educação ideal”, tal como definida por Kant (educação é igual desenvolvimento da perfeição) e James Mill (educação é fazer do indivíduo um instrumento de felicidade para si mesmo e para os outros). Para ele, defender essa posição significava não se vê na educação “um conjunto de atividades e instituições, lentamente organizadas no tempo, solidárias com todas as outras instituições sociais que a educação exprime ou reflete [...]” (1952, p. 27). Mas ao concluir seu pensamento, Durkheim afirma que as instituições que a educação “exprime” não podem ser alteradas a não ser de uma forma: com a mudança da estrutura da sociedade. Durkheim, no final do século XIX e início do XX, tinha consciência de que a educação sempre fora desigual e variava de casta para casta. De acordo com ele,

[...] a dos ‘patrícios’ não era a mesma dos plebeus; a dos brâmanes não era a dos sudras. [...] Na Idade Média, que diferença de cultura

entre a dos pajens e a dos vilões. [...]. Ainda hoje a educação varia com as classes sociais e com as regiões. A da cidade não é a do campo. A do burguês não é a do operário (DURKHEIM, 1952, p. 29-30).

É, em outras palavras, o que viveu anos depois Gramsci e que o levou a propor uma Escola Unitária, que tinha como ponto central o caráter de formação do indivíduo, ou seja, alguém com discernimento crítico sobre as informações que recebe e com capacidade para analisá-las criticamente sem se deixar levar pelas diferenças de intenções historicamente presentes na sociedade.

No Brasil, de acordo com Bello (2001), a história da educação pode ser contada como uma história de rupturas. As rupturas identificadas por Bello, nos 500 anos da história da Educação no Brasil, traziam implícitas igualmente o objetivo de manutenção de uma ordem estabelecida pelas classes dominantes à época de cada uma dessas rupturas. Estas rupturas podem ser identificadas, de acordo com ele, em vários momentos: com a chegada dos portugueses que trouxeram uma educação típica da Europa e repressiva para os padrões dos povos originários. Em seguida, vieram os jesuítas e uma nova ruptura se deu com a expulsão destes, pelo Marques de Pombal, que implantou um ensino disperso e fragmentado. Para ele, a terceira ruptura se deu com a vinda da Família Real, quando foram criadas condições para a corte, que a acompanhou, estudar. Foi neste período que foram criados os Colégios Militares, o Jardim Botânico, ou seja, a educação continuou a servir apenas aos interesses do estado. Com a proclamação da República, não houve nenhuma mudança substancial na educação. E nos anos seguintes até os dias de hoje, de acordo com ele, a educação vem sendo pensada como um método de domínio, status e poder.

No Brasil, um dos principais teóricos da educação a defender o pensamento de escola, como princípio transformador, foi Paulo Freire. Apesar da importância de sua obra, ao morrer, em 1997, havia mais textos publicados no exterior do que aqui. Entre estes textos havia a crítica à educação *bancária* (FREIRE, 1977, p. 66; 1979, p. 38) vigente nas escolas brasileiras, na qual o professor era caracterizado como um depositário do conhecimento e o aluno, alguém que diária ou semanalmente fazia retirada deste conhecimento. O ideal para ele é que o encontro professor/aluno fosse uma oportunidade de construção de conhecimento, o qual seria utilizado para a transformação da sociedade.

Francesc Ferrer (1859-1909) foi o criador da Escola Moderna, um movimento que acabou ganhando o mundo e que se resumia no apoio dos trabalhadores à educação anticapitalista e antiestatal. A escola, para Ferrer, deveria ser um espaço de criação de homens e mulheres capazes de construir, destruir e reconstruir a realidade constantemente.

O pensamento de Ferrer, sob alguns aspectos, foi compartilhado alguns anos depois por Gramsci, numa crítica clara e objetiva ao que ele chamava de escola oligárquica e que estava na base do pensamento fascista. No Caderno 12, o pensador italiano registra que este tipo de escola, oligárquica, era construída para a “[...] nova geração dos grupos dirigentes, destinada por sua vez a tornar-se dirigente [...]” (GRAMSCI, 2011, p. 49). Em outras palavras, a escola tradicional tinha o objetivo de preparar os estudantes para servirem ao sistema estabelecido.

Joseph Buttigieg abriu sua participação num debate, promovido pela *International Gramsci Society*, sobre educação e pedagogia tendo como base o olhar de Gramsci, citando uma das notas que ele escrevera com o título de “Observações sobre a escola: para a investigação do princípio educativo” e que consta no Caderno 12:

Na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvado como democrático, quando, na realidade, não só é destinado a perpetuar diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las (GRAMSCI, 2011, p. 49).

Este posicionamento de Gramsci foi claramente uma crítica à reforma Gentile, implantada na Itália pelo fascismo em 1923. A crítica de Gramsci se referia à Itália em que ele viveu e ele não ignorava que o problema era estrutural típico da luta de classes. No combate à reforma Gentile, Gramsci apresentara um antídoto, que começara a ser construído alguns anos antes de sua prisão e que ganhou corpo mais maduro após a prisão. Para ele,

[...] a marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental. Se se quer

destruir esta trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária - média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige (GRAMSCI, 2011, p. 49).

No período pré-carcerário, quando seu pensamento sobre educação ainda não estava maduro, num artigo escrito para a revista *Avanti!*, Gramsci já havia feito uma crítica ao próprio partido, por ele nunca ter se definido por um programa escolar preciso que se diferenciasse dos programas da época, que rompesse o velho padrão. Para o pensador sardo, na “Itália, a escola continuou sendo um organismo estritamente burguês, no pior sentido da palavra”, porque os mais altos graus somente podiam ser frequentados pelos filhos da burguesia, já que os filhos dos trabalhadores, desde cedo, eram obrigados a trabalhar para ajudar no sustento da família.

O próprio Gramsci passara por isso quando criança já que, apesar de ter as melhores notas, não conseguiu, naquele momento, chegar aos graus superiores (o que seria hoje o Ensino Médio), porque, com a prisão do pai, acusado de corrupção, foi obrigado a interromper os estudos para trabalhar ajudando no sustento da família (LÈPRE, 2011, p. 13). Esta vivência teve grande importância na construção de um de seus pensamentos sobre a escola. Para ele,

[...] todos os jovens deveriam ser iguais diante da cultura. O Estado não deve pagar a escola, com o dinheiro de todos, também para os filhos medíocres e deficientes dos ricos, enquanto deixa de fora os jovens proletários inteligentes e capazes. A escola média e a superior devem ser dirigidas apenas aos que sabem demonstrar que são dignos dela. Se é do interesse geral que ela exista, e que sejam mantidas com e regulamentadas pelo Estado, é também do interesse geral que possam ter acesso a ela todos os que são inteligentes, qualquer que seja sua condição econômica (GRAMSCI, *apud* COUTINHO, 2011, p. 57).

Gramsci, em uma das cartas enviadas a sua cunhada Tatiana, confessara que não perdoava o fato de, apesar de ter tirado as melhores notas, ter sido proibido de seguir adiante em seus estudos, tinha desde cedo muito claro em seu pensamento que o homem simples sentia, mas nem sempre compreendia o que estava se passando e o intelectual sabia, mas quase nunca compreendia e muito

menos sentia porque se mantinha distante da realidade, como escreveu no parágrafo 67 do Caderno 11 reproduzido por Coutinho:

O erro do intelectual consiste em acreditar que possa *saber* sem compreender e principalmente sem sentir e estar apaixonado [...], isto é, acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante), mesmo quando destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2011, p. 202).

Por isso, num artigo escrito, sem sua assinatura, para a revista *Avanti!*, em 24 de outubro de 1916, citado por Coutinho (2011), Gramsci afirmara categoricamente que o proletariado precisava de uma escola desinteressada no sentido de não obrigar a criança a aceitar passivamente o que lhe é ensinado. No artigo, ele fala de uma escola

[...] na qual seja dada à criança a possibilidade de ter uma formação de tornar-se homem, de adquirir aqueles critérios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter. Em suma, uma escola humanista tal como a entendiam os antigos e mais recentemente, os homens do Renascimento (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2011).

Não há como se negar que esta postulação do pensador sardo também se aplica aos dias de hoje. E ele confirma isso ao afirmar que o filho do proletariado deveria ter diante de si todas as possibilidades para definir as suas próprias, realizando como melhor lhe aprouvesse toda sua individualidade em benefício próprio ou de seu grupo.

No citado artigo da revista *Avanti!*, Gramsci usa o termo “incubadora” quando se refere à escola profissional, sinônimo de outro, usado por Leonardo Boff, em 2014, num encontro com pesquisadores e representantes de movimentos sociais em Cuiabá, referindo-se à educação formal, Gramsci chamava atenção para o perigo da escola profissional se tornar uma “incubadora” (Boff usou o termo “chocadeira”) de pequenos monstros

[...] aridamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, mas só com o olho certo e mão firme. Mesmo através da cultura profissional é possível se fazer com que surja da criança o homem, contanto que se trate de cultura educativa e não

só informativa, ou não só pratica manual (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2011, p. 58-59).

Esses “pequenos monstros”, acredito, estão às dezenas no mercado. Com as devidas e honrosas exceções, saem das universidades com o objetivo de atender o que solicita o mercado, até mesmo para garantir seus empregos. Não se importam com o receptor de seu trabalho. Toda profissão tem uma filosofia e outra prática. Ao mercado interessa que a opção seja pela “outra prática” e a “filosofia” é sempre estigmatizada como uma utopia, no sentido de algo que não pode ser praticado, que jamais será alcançado. Felizmente, há os que ainda julgam ser necessário ter no horizonte a utopia.

Por “utopia”, entenda-se aqui o sentido compartilhado por Fernández Buey (2002), para quem não se pode dizer que tenha havido ou haverá uma filosofia moral sem utopias, nem a prefiguração de sociedades imaginárias mais justas, igualitárias e livres do que a que habitamos e que temos conhecido ao longo dos anos. Fernández Buey afirma que o “utópico”, como o homem verdadeiro e bondoso, sempre indicará, por meio de seu comportamento, qual o caminho que seria conveniente que se seguisse para se construir esta sociedade.

1.3 A Revolução passiva do fascismo e a escola de Gramsci

Ao assumir o poder na Itália, em 1922, para garantir o apoio dos idealistas, Mussolini entregou o *Ministerio della Pubblica Istruzione* a Giovanni Gentile, filósofo siciliano, que no ano seguinte apresentou e realizou uma reforma no sistema educacional italiano. O fascismo não tinha um projeto claro de escola e, para os idealistas, essa “fatia do bolo” parece ter sido suficiente para apoiá-lo, pois a aceitaram e passaram a fazer parte deste governo fascista. Aos olhos da população, o fascismo, apesar de ter sido um governo que nascera de ações violentas, como ataques de milícias conhecidas como “Camisas Negras” a sindicatos, jornais e comícios dos partidos socialista e comunista da Itália, tinha boas intenções porque conquistara o apoio de intelectuais, sabidamente preocupados com a construção de um projeto educacional de formação de cidadãos. A presença dos idealistas no governo foi, igualmente, uma forma de agradar a burguesia e os demais setores conservadores, que não queriam nem socialistas nem comunistas no poder.

Estabelecia-se, assim, o que Gramsci chamou de revolução passiva, termo que tomou emprestado de Vincenzo Cuoco (que o utilizara no livro *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*), para significar, de forma objetiva, as concessões que, para se estabelecer ou manter o espaço conquistado, o poder faz a opositores como se aquelas concessões fossem conquistas desses opositores.

À época, se repetiu um cenário que se vê até hoje nos mais diversos regimes de governo. No caso da Itália, Mussolini, ao se aproximar dos idealistas, pretendia usar a imagem que eles tinham, como intelectuais, principalmente, junto a seus pares. Os idealistas, por sua vez, pretendiam colocar em prática sua proposta pedagógica. Mas em pouco tempo esta relação, de acordo com Horta (2008), se mostrou equivocada, entre outros motivos, porque “ao mesmo tempo que defende a liberdade didática do professor e procura suprimir toda interferência exterior em sua ação dentro da sala de aula, Gentile reforça a estrutura autoritária da escola, ampliando o poder do **preside** e do **diretor didático**”.

A visão de educação e de escola de Gramsci era absolutamente oposta a apresentada por Gentile, que vetava as classes mais baixas o acesso à cultura. Sinteticamente, a Reforma Gentile previa três graus na escola: um primeiro a que todos teriam acesso; um segundo que seria profissionalizante; um terceiro ao qual apenas os “escolhidos” teriam acesso.

Uma das críticas de Gramsci à escola proposta por Gentile era sua característica de dualidade: de um lado, uma escola humanista e, de outro, um sistema particular de diferentes níveis, aos quais apenas o filho do burguês tinha acesso. O objetivo da escola era, portanto, formar dirigentes para manter a hegemonia e a condição de subalternidade dos filhos dos não burgueses.

Foi no período carcerário que o pensador italiano mais amadureceu seu conceito de educação e dos caminhos que ela deveria seguir para ser transformadora do homem. Afinal, como já explicitado aqui, Gramsci defendia uma escola em que o aluno tivesse condições de alcançar o ponto mais alto do conhecimento crítico. Ao escrever sobre seu modelo de educação, ele trouxe à discussão pedagógica a conquista da cidadania como sendo um dos objetivos da escola.

Torres e Passos (2002, p. 20) identificaram que a relação íntima entre poder, cidadania e educação “exige a retomada do sentido da educação como *locus* de construção e reconstrução da humanidade”. Para isso, seria necessário que se

levasse em conta a educação desenvolvida não apenas nas escolas públicas ou privadas de ensino fundamental, médio ou universitário, mas igualmente a criada e praticada em espaços como os movimentos sociais diversos, como os sindicais, ecológicos, étnico-raciais etc.

Eles seguem a mesma linha de Fernández Buey (2006), para quem existe uma espécie de acordo tácito entre os analistas de movimentos sociais sobre o papel que estes desempenham no educar o indivíduo como cidadão. Por isso eles sempre distinguem e isto é fundamental entre o ensino institucionalizado, seja ele público ou privado, e o educar como cidadão, o que “inclui a consciência cívica e a autoconsciência que é um aspecto da formação dos indivíduos e dos coletivos que não se adquire só ou exclusivamente nos centros de ensino regular ou institucional” (FERNÁNDEZ BUEY, 2013, p. 211-212).

Para Gramsci os subalternos têm uma visão de mundo que não é própria e muito menos consciente, já que baseada em preconceitos e tabus criados exatamente para mantê-los em sua posição de dominados e que os leva a interiorizar de forma acrítica o pensamento da classe hegemônica. E, também aí a mídia assumia uma grande importância, já que era, e eu diria que ainda hoje é, uma das “armas” utilizadas pelo poder hegemônico para se manter como tal.

A concepção de escola em Gramsci nasce de seus estudos e olhares sobre o Estado Capitalista. A Escola Unitária, proposta por ele, unia alguns princípios básicos. O principal deles é o do trabalho, concebido numa ligação íntima com a escola humanista e com sua perspectiva de formar dirigentes. Mas é importante que se deixe claro que “o princípio do trabalho”, em Gramsci, não tem ligação com o que apresentara a reforma Gentile. Em Gramsci, o objetivo era formar um dirigente que fosse especialista e político com capacidade de discernimento sobre a sociedade e as transformações que ela necessitava.

Em termos de organização, a Escola Unitária de Gramsci previa um grau elementar onde seriam mescladas as primeiras noções de como escrever, ler, fazer contas, além de ter os primeiros contatos com a história e a geografia. Durante todo o tempo seriam incentivados métodos de ensino que privilegiassem a aprendizagem. Até o final do curso, que seria concluído por volta dos dezesseis anos, o posicionamento seria autoritário, no sentido de impositivo ao aluno. Esta fase não duraria menos de três nem mais de quatro anos. A partir daí, entretanto, passar-se-

ia a uma fase de estudo com disciplina do trabalho profissional, em que a autodisciplina e autonomia seriam ilimitadas.

Nas Escolas Unitárias de Gramsci, a última fase teria que, necessariamente, dar ao aluno as condições de se definir por uma especialização intelectual ou profissional, no primeiro caso, entendido como uma especialização científica por meios de estudos universitários e, no segundo, por um trabalho na indústria, em sua organização. Como resultado, os alunos estariam mais livres da manipulação presente nos meios de comunicação, que hoje, além do impresso, agregaram o Rádio, a TV e a internet.

Tanto no período pré-carcerário quanto quando esteve preso, Gramsci teve muito claro o papel da educação na formação da criança e não abriu mão da presença da família no educar (NOSELA, 2010). Para ele, na fase de educação elementar (que ele estabeleceu como sendo de zero a seis anos), os pais devem estar presentes. Censura os adultos pela sua omissão quanto à educação de seus filhos. Ele não poupa nem mesmo seus familiares, quando se refere à sobrinha Edmea, numa carta escrita em 27 de junho de 1927 para sua mãe. Ele havia enviado à sobrinha uma moeda de prata para que fosse transformada numa colherzinha, forma de ativar nela a criatividade que julgava necessária à uma criança de sua idade. Mas, ao receber uma foto de “Mea”, como a chamavam, acusa a mãe, a irmã Teresina e a cunhada, Grazietta, de terem-na “estragado”:

Nunca vou esquecer que a primeira vez em que Edmea passeou comigo, depois de lhe perguntar se queria chocolate, ela me respondeu que eu desse o dinheiro para botar na caderneta. Você acha este é um bom modo de se educar as crianças? [...] lhe ensinaram que o dinheiro vale por si só pelo que pode comprar. Quero que Mea tenha mesmo uma colherzinha e me escreva se isso foi feito (GRAMSCI, 2005, p. 165).

Numa outra carta, em que se refere a Mea, escrita em dezembro do mesmo ano, Gramsci foi mais crítico ainda:

[...] me parece que, embora ela redija bastante bem e saiba colocar seus sentimentos em frases espontâneas e vivas, comete um número muito grande de erros de ortografia, até mesmo para uma estudante que está na terceira série. [...] deve-se ter o cuidado de **mandá-la** fazer os deveres com muita aplicação e disciplina. [...] Ora, a ortografia é justamente a pedra no caminho desta inteligência. Se Mea não estuda bem e não corrige esta deficiência, o que é que se

pode pensar? Pode-se pensar que se trata de uma daquelas muitas meninas que têm fitinhas no cabelo, vestidinhos bem passados, etc., mas, vai se ver, usam calcinhas sujas (GRAMSCI, 2005, p. 308, grifo meu).

Nestas duas cartas, o pensador sardo acaba por dar exemplos de hegemonia (os pais obrigando os filhos a estudarem de determinada forma, porque ele, Gramsci, acreditava que se a família renunciasse a intervir e a guiar de forma rígida, porém afetuosa, a formação espiritual e crítica que deveria compor sua personalidade seria consequência não do ambiente familiar, mas dos estímulos do ambiente que ela, Edmea, vivia fora de casa) e de subalternidade (Mea andando como a classe dominante quer, mas, no fundo comportando-se como uma subalterna que usa “calcinha suja”).

A base do conceito de educação, em Gramsci, encontra-se na formação de um sujeito autônomo, porque crítico e capaz de intervir na reformulação da sociedade. Ele “não acredita na autonomia do educador [que, repete diversas vezes, deve ser também educado], e do processo educativo, pois esses são educacionalmente articulados com o Estado, seu macro educador. Estado e mestres devem ser reeducados” (NOSELLA, 2010, p. 140).

Scherer-Warren (2002, p. 140) faz uma ligação deste conceito do pensador sardo com os movimentos sociais. Para ela, não há como se falar em movimentos sociais de outra forma que não seja “a partir da luta pela cidadania, da luta pelas transformações sociais, que vão mais além das reivindicações específicas das organizações”. E essas lutas podem ser desenvolvidas em diversas frentes: na família, na própria escola e na sociedade civil, incluindo aí os movimentos sociais. A educação, portanto, seria um caminho para se realizar uma reforma moral e intelectual da sociedade. E hoje, mais do que no passado, a difusão deste princípio torna-se mais fácil com a tecnologia à disposição da população.

1.4 Três conceitos de Gramsci aplicáveis à educação

Numa carta escrita à cunhada, Tatiana Schucht, no dia 7 de setembro de 1931, Gramsci afirma que o que escreveu, antes de ser preso, o fez para determinado momento e, portanto, não poderia ser retomado numa outra situação. Ele sempre se recusou a fazer coletâneas de seus textos, como jornalista e ativista,

e que o que escrevia era escrito “para o dia a dia e ao meu ver deveriam morrer no fim do dia” (GRAMSCI, 2005, p. 82). Na mesma carta, o pensador sardo lembra um caso em que autorizou a publicação de uma pequena coletânea, mas se arrependeu e pagou ao professor Giuseppe Prezzolini, dono da editora e que o convencera a fazer a publicação, os custos, recolhendo em seguida os manuscritos.

Esta afirmação de Gramsci, em absoluto, não significava que ele julgava frágeis argumentos e textos escritos por ele. A comprovação é que, de acordo com Coutinho (2011, p. 19), alguns destes textos foram fundamentais para o estabelecimento de conceitos que ele aprofundaria nos Cadernos, como o de “Oriente” e “Ocidente”, bem como a clara afirmação da necessidade de elaborar uma nova teoria da revolução socialista.

Algumas teorias propostas, aprofundadas ou transformadas por ele, são ainda hoje de extrema utilidade para se entender a sociedade e como ela funciona ou deveria funcionar. Da mesma forma, alguns destes conceitos são fundamentais para se entender como a educação pode se transformar num instrumento para a transformação da sociedade.

Neste estudo, escolhi três destes conceitos – os de hegemonia, subalternidade e guerra de movimento/guerra de posição – os quais apresentarei na essência para demonstrar como seu entendimento é importante na formação de uma visão de educação como instrumento transformador. Aqui acredito ser necessário, ainda mais uma vez, lembrar que, ao me referir a educação, estou entendendo-a de forma ampla e geral, presente em diversos espaços, como os movimentos sociais, e defendo como estudioso da área de Comunicação, igualmente na internet.

A escolha destes três conceitos deveu-se ao fato de eles estarem sempre presentes na obra do pensador italiano e, principalmente, pela possibilidade de seu uso nos eventos aqui utilizados como exemplo para demonstrar não apenas a capacidade de mobilização da internet, mas a dimensão educativa que ela tem. Afirmação esta que faço tomando por base a evolução deste não tão novo meio de comunicação como transferidor de conteúdo de qualidade e de mobilizador de multidões, não apenas para lutas políticas, mas, também, sociais e de solidariedade, o que não era muito comum em seus primórdios, em meados da década de 90 do século passado.

1.4.1 Hegemonia

Em vários momentos de seus escritos pré e carcerários, Gramsci se refere a Lênin como o teórico da hegemonia. No entanto, como afirma Ana Di Biaggio (2010), uma estudiosa de Lênin, chega-se à conclusão de que hegemonia não era um termo habitual para ele, embora não se possa afirmar que o termo fosse totalmente estranho a Lênin. Portanto, não há como se tratar de hegemonia em Gramsci sem antes se fazer algumas referências a este conceito em Lênin.

Antes da Revolução bolchevique, Lênin concluiu que uma classe que aspirasse ao poder, no caso o proletariado urbano, teria que criar condições para isso, fazendo uso do domínio (*gospodstvo*) sobre as classes exploradoras, usando, para isso, a força e a hegemonia, conquistando as supostamente neutras, mas igualmente vítimas das classes dominantes, usando o consenso e a persuasão (Di Biaggio, 2010, p. 90).

Lênin chegou a esse conceito ao comparar a sociedade russa, onde a sociedade civil era desorganizada, e os países europeus ocidentais, nos quais a sociedade civil “constituía o lugar onde se formava e se desenvolvia a hegemonia” (Idem, *ibidem*). O conceito de Lênin (Idem, p. 89) abrangia tanto o sentido de “direção política” quanto um sentido amplificado de influência, “entendido como o objetivo que uma classe dominante é capaz de alcançar graças também à sua capacidade de direção intelectual e moral”.

Di Biaggio (2010, p. 93), analisando os escritos de Gramsci no Cárcere, chega à conclusão de que o conceito de hegemonia não ganha corpo como algo imposto pela força, “mas como direção política e até cultural, a ser exercida adotando-se uma abordagem funcional à busca de aliados [...]”.

A função desses aliados, depois de serem convencidos de que o proletariado poderia conduzir a luta que levaria às transformações da sociedade, seria transmitir essa posição ao restante do povo.

Manuel Almeida (2014) acredita que o pensamento de Gramsci sobre Estado, poder e hegemonia possui riqueza e profundidade teórica, mas também um completo reconhecimento do desenvolvimento da realidade em seu tempo. O autor relembra a relação de Mussolini com a Igreja Católica, como um dos pontos que devem ter levado Gramsci a refletir sobre a relação da hegemonia com o Estado moderno. De acordo com ele, a Confederação dos Trabalhadores e a Ação Católica

tinham por trás a Igreja que as utilizava como forma de se manter como um poderoso centro de influência. A igreja católica deu legitimidade a Mussolini (da mesma forma que os idealistas o fizeram ao associar-se ao líder fascista), que deu soberania ao Vaticano e pagou grande quantia em dinheiro como compensação pela perda dos territórios papais quase um século antes. Assim, a partir de 1929, o sistema escolar italiano passou a ter aulas de religião e, frequentemente, Mussolini usou a igreja para conseguir aprovação entre as massas.

Gramsci teve uma preocupação especial com o estudo do que seja hegemonia. Nos seis volumes dos Cadernos do Cárcere, há mais de uma centena de referências diretas ou indiretas a este processo, que o próprio pensador sardo entende como idealizado por Lênin. E, não raro, tanto este quanto Gramsci, apontam a mídia de então como a transmissora dos posicionamentos do poder hegemônico. Não há muita diferença em relação ao que acontece hoje, mesmo levando-se em consideração o status de “Quarto Poder”, que ela recebeu no século XVIII, como se a imprensa fosse um poder do povo para fazer contraponto ao Executivo, Legislativo e Judiciário, como Montesquieu dividira o Estado, em sua “Teoria da Divisão dos Poderes”.

Gramsci acreditava, também, que o homem tinha uma espécie de consciência contraditória em si mesmo: de um lado, estava seu modo de agir, firme e consciente da necessidade de mudanças, num processo que envolvia outras pessoas para transformar a realidade; mas, ao mesmo tempo, havia posicionamentos que ele assumia e que fora herdado passivamente e sem espírito crítico algum por meio dos aparelhos que a sociedade civil utilizava para difundir o posicionamento da classe dominante, como a mídia, religião, sindicatos, etc.

Trazendo este pensamento para as mídias sociais vamos encontrar exatamente a mesma coisa, ou seja, ela é um aparelho que envolve grupos de pessoas com posicionamentos herdados passivamente e sem espírito crítico algum. Mas, ao mesmo tempo, elas, as mídias sociais, podem ser importantes em algo de fundamental relevância: que se rompa com a visão que se acostumou a aceitar e entender como verdadeira pelo fato de se pertencer a um determinado grupo social, de se compartilhar um determinado modo de agir ou pensar. Neste sentido, a mudança exigiria uma crítica da própria concepção de mundo que se tem, ou seja, a consciência da própria historicidade.

Para o pensador sardo,

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, por uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção de real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática se unificam. Portanto também a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devenir histórico, que tem sua fase elementar e primitiva no senso de “distinção”, de “separação”, de independência apenas instintiva, e progride até a posse real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária (GRAMSCI, 2006, p. 103).

Por isso, Gramsci defendia a tese segundo a qual um estudo

[...] como o *Ensaio Popular* [‘Teoria do materialismo histórico. Ensaio popular sobre o marxismo’, publicado por Bukharin em 1921] destinado essencialmente a uma comunidade de leitores que não são intelectuais de profissão, deveria partir da análise crítica da filosofia do senso comum, que é “a filosofia dos não filósofos”, isto é, a concepção de mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade do homem médio; o conhecimento que ele absorveu ou herdou acriticamente (GRAMSCI, 2006, p. 114).

Na realidade, estudos, como o *Ensaio Popular* a que Gramsci se refere, publicados na França pretendiam criar uma filosofia das massas populares a partir da visão de mundo dos intelectuais e do alto clero, sistemas desconhecidos pelas multidões e que acabariam influenciando as massas populares

[...] como força política externa, como elemento de força coesiva das classes dirigentes, e, portanto, como elemento de subordinação a uma hegemonia exterior, que limita o pensamento original das massas populares de uma maneira negativa, sem influir positivamente sobre elas, como fermento vital de transformação interna do que as massas pensam, embrionária e caoticamente sobre o mundo e a vida (GRAMSCI, 2006, p. 114-115).

No parágrafo 20, do Caderno 11 (p. 137-138), Gramsci esclarece mais ainda seu conceito de hegemonia, ao apresentar a divisão do mundo em Leste/Oeste, como uma imposição da “classe culta” europeia que incutiu essa divisão na cabeça de todos.

O filósofo italiano inicia o parágrafo 12, do Caderno 11, escrevendo sobre a necessidade de destruir o preconceito de que a filosofia era uma disciplina difícil por

ser um tema exclusivo de intelectuais e filósofos profissionais (GRAMSCI, 2006, p. 93). Daí nasce a conhecida posição dele de que “todos – ainda que inconscientemente – são filósofos”. Pois é, contra estes filósofos inconscientes, que lutam os intelectuais de ofício, “o vigário ´é na atividade intelectual do vigário ou no velho patriarca, cuja sabedoria dita leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas [...]” (Idem, p. 94). Estes intelectuais usavam a instrução que transmitiam para inculcar na cabeça do subalterno o que interessava à classe dominante.

Para Gramsci, a saída seria fazer uso de um processo desenvolvido por intelectuais orgânicos nascidos na própria classe subalterna por meio da difusão de uma concepção própria de mundo elaborada

[...] de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente [o que lhe é imposto] (GRAMSCI, 2006, p. 94).

Este processo foi denominado por estudiosos de Gramsci, como os brasileiros Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, de “contra hegemonia”, termo não utilizado por Gramsci à época em que viveu. Desta forma, se a escola servia para difusão dos interesses do poder hegemônico, poderia igualmente servir para combater as ações hegemônicas. Em outras palavras, Gramsci defendia uma escola que formasse o homem como sujeitos, tornando-os independentes, esclarecidos, críticos e combatentes, papel que deveria ser compartilhado com o Partido e com o Sindicatos.

Se formos trazer este pensamento para os dias de hoje, da mesma forma que no tempo em que Gramsci viveu e produziu intelectualmente, a função de educar caberia a muitos outros agentes que surgiram posteriormente e mesmo aos meios de comunicação, como a imprensa, o Rádio, a TV e a internet. Luiz Beltrão (1992, p. 66), por exemplo, afirmava que o jornalismo tem uma função educativa com o objetivo de esclarecer a opinião pública para que ela aja com discernimento. Traduzindo, ele teria a função de buscar o bem comum. Aqui é importante esclarecer que ele usava o termo “bem comum”, como estudioso de Comunicação, no sentido de ações que atendem a interesses da maior parte de uma comunidade. Diferentemente, para Gramsci, que tinha uma visão classista da sociedade, o termo “bem comum” era mera retórica.

Com certeza, o jornalismo, como busca do “bem comum”, não é o que temos visto ao longo dos anos, com constantes questionamentos sobre sua atuação, o que levou Fernández Buey (1995, s/p.) a afirmar que os meios de comunicação de massa se transformaram em meios de intoxicação das massas, fugindo, assim, completamente do que preconiza sua filosofia.

1.4.2 Subalternidade

Gramsci desenvolve seu conceito de subalternidade a partir de uma questão própria da Itália, a “questão meridional” que começara a estudar antes de ser preso pela polícia fascista de Mussolini. Gramsci defendia que a aliança realizada nas fábricas também o fosse no campo, ou seja, uma aliança entre campo e cidade ou ainda entre os camponeses do Sul e os proletários do Norte, como única forma de afastar a burguesia do poder. Essa conclusão viera ao perceber que desde o *Risorgimento*, a unificação italiana, no século XIX, houvera uma divisão muito clara entre as classes subalternas e as classes dominantes.

De acordo com Diana (2011), Gramsci defendia que uma aliança operário-camponesa seria um agente de luta para desarticular a ação do intelectual e agregá-lo a uma outra forma de poder. A análise de Diana toma por base o fato de, à época, os intelectuais ocuparem grande parte dos cargos da burocracia estatal. Assim, somente a união entre camponeses, proletários e intelectuais poderia levar os dirigidos a se tornarem dirigentes.

A quebra da submissão do subalterno às ideias e aos ideais do grupo hegemônico seria o caminho mais correto de se alcançar a elevação cultural das massas. Gramsci trata do tema “subalternidade”, principalmente, no final do Caderno 25, quando no parágrafo 2 desenvolve o pensamento e, nos seguintes, usando Roma como exemplo, o torna ainda mais claro. Para Gramsci,

[...] a história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que na história destes grupos existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pelos grupos dominantes, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. [...] só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação (GRAMSCI, 2011, p. 135).

Para o pensador italiano, a vitória para os grupos subalternos é, quase sempre, apenas aparente. A Primavera Árabe pode ser citada como exemplo desta observação de Gramsci. Afinal, quatro anos depois da deposição dos ditadores, a região ainda vive em permanente tensão, os governos eleitos foram contestados pela população com novas manifestações e deposições. Para o professor tunisiano M'Rad (2014),

[...] até agora houve somente uma Primavera, a da Tunísia. Todos os outros países atravessam revoluções ou estão enredados em guerras civis. Mais: não têm um mínimo de cultura política, partidos políticos críveis, ou uma sociedade civil robusta, como a existente na Tunísia (M'RAD, 2014).

A médica Qanta Ahmed, filha de paquistaneses, muçulmana devota, que morava na Arábia Saudita, quando as Torres Gêmeas foram destruídas em 2001, em entrevista às “Páginas Amarelas” da Revista Veja de 04/03/2015, segue uma linha parecida com a de M'Rad:

Para algo assim surgir [nascimento de democracias a partir de movimentos como a Primavera Árabe] é preciso haver universidades, jornais e tribunais independentes. São esses os requisitos que poderiam trazer uma mudança cultural necessária para uma democracia plena. Quando morei na Arábia Saudita, entre 1999 e 2001, a internet havia acabado de entrar no país e os celulares começaram a ser vendidos. Tentava me informar pela rede, mas havia tantos sites bloqueados que era frustrante. A população, é claro, fica menos capaz, menos preparada, infantil até [...] e quando surge uma oportunidade como a Primavera Árabe, ela não sabe o que fazer. [...] O fracasso era o único desfecho possível (AHMED, 2015, p. 17).

Para Gramsci (2011, p. 135), “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a ‘vitória permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação”. Ele completa que “na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta [...]” (Idem. Ibidem). É este “estado de defesa”, este “alerta” que torna, para o historiador integral, muito importante qualquer iniciativa dos grupos subalternos. Para Gramsci, o historiador integral é aquele capaz de entender que realidade e compreensão da realidade se completam

e este mecanismo os obriga a reformar seu pensamento a cada momento que se fizer necessário.

Ainda no Caderno 25, Gramsci (2011, p. 137) faz menção a algumas das estratégias dos grupos subalternos, tomando, como exemplo, o que acontecera na Comuna de Bolonha em 1270 (antes, portanto, do *Risorgimento*), onde o povo se constituiu cada vez mais em um Partido Político, atribuindo a um chefe o título de “Capitão do Povo”. Gramsci lembra que

[...] o povo, que, várias vezes, mas esporadicamente, já se armara, organizara e tomara deliberações distintas, se constitui como uma instância à parte, que também se dá leis próprias. [...] Quando o povo não consegue das autoridades comunais as reformas pretendidas fazem a secessão com o apoio de homens iminentes da Comuna e, constituído em assembleia independente, começa a criar magistraturas próprias à imagem das magistraturas gerais da Comuna, a atribuir uma jurisdição própria ao ‘Capitão do Povo’ e [...] deliberar por autoridade própria (GRAMSCI, 2011, p. 137).

Em alguns momentos, o povo chega a dominar a Comuna, mas, ao contrário do que acontecia na Idade Média, no Estado Moderno os grupos sociais que conseguiram fazer a secessão acabam por se subordinar aos grupos dirigentes e dominantes. Gramsci (Idem, p. 139) acreditava que “as classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil [...]”.

Assim, para se ter uma visão mais completa do que são os grupos subalternos, Gramsci acreditava ser necessário compreender alguns “fenômenos”: como a formação desses grupos, em consequência de transformações no mundo da produção econômica; compreender a adesão dos subalternos de forma ativa ou passiva aos grupos dominantes (hegemônicos), como forma de introduzir nestes grupos as formas de transformação que desejavam; o nascimento de novos partidos criados pelo grupo dominante com o objetivo de se manter o controle sobre os subalternos (nos dias de hoje poderíamos citar, como exemplo, os partidos religiosos que geralmente dão sustentabilidade ao poder de plantão).

As classes dominadas, regra geral, segundo Gramsci, validam a ação das classes dominantes, na medida em que reconhecem nessa ação pontos de interesses gerais, sem se dar conta de que tudo não passa de manipulação e que, na verdade, o que está havendo é uma subordinação social, o que somente vai

acabar quando se der o que Gramsci chama de “catarse”, o momento em que o proletariado deixa de ser classe em si e se transforma em classe para si, não se subordinando mais às classes dominantes e atingindo a elevação cultural. De acordo com Gramsci,

[...] pode-se empregar a expressão ‘catarse’ para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico passional) ao momento ético político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa também a passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à “liberdade”. A estrutura, de força exterior [classe dominante] que esmaga o homem, assimilando-o e tornando-o passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas (GRAMSCI, 2006, p. 314).

Não seria demais afirmar que se a educação, formal ou informal, levasse a criança ao mais alto ponto do conhecimento crítico, nada do que foi referido acima aconteceria, porque haveria o discernimento e a manipulação não seria uma regra, como tem sido na sociedade capitalista desde os tempos de Gramsci, que a identificava nas ações do grupo dominante com sua estrutura organizada, que incluía a mídia, a cada dia mais organizada para isso.

Por isso mesmo, em um de seus artigos, conclamava os operários a não renovarem suas assinaturas com os grandes jornais, já que eles apenas serviam para iludir a classe trabalhadora, mantendo-a como subalterna. No artigo “Os Jornais e os Operários”, de 1916, que faz parte dos *Marxists Internet Archive*⁶, ele é ferino. Começa afirmando que está na época de renovação de assinatura dos jornais burgueses, que ele chama de mercadoria.

A mercadoria é aquela folha de quatro ou seis páginas que todas as manhãs ou todas as tardes vai injetar no espírito do leitor os modos de sentir e de julgar os fatos da atualidade política que mais convém aos produtores e vendedores de papel impresso. Estamos dispostos a discorrer, com os operários especialmente, sobre a importância e a gravidade daquele ato aparentemente tão inocente que consiste em escolher o jornal que se pretende assinar? (GRAMSCI, 1916, s/p.).

E segue conclamando o operário a negar qualquer apoio àquele tipo de imprensa que há muito o iludia. Para Gramsci, se alguém perguntasse a um

⁶ Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>>.

operário, que encontrasse no elétrico (bonde) ou na rua com um jornal burguês dobrado debaixo do braço, o porquê que ele lia aquilo, a resposta seria: “porque preciso saber o que há de novo”. O pensador sardo lembra que a burguesia boicotava a imprensa operária e, mesmo assim, ao proletário “[...] não lhe passa sequer pela cabeça que as notícias e os ingredientes com as quais são cozinhadas podem ser expostos com uma arte que dirija o seu pensamento e influa no seu espírito em determinado sentido” (GRAMSCI, 1916, s/p.). Gramsci termina o artigo quase gritando: “Boicotem! Boicotem! Boicotem! ”.

Embora não haja, hoje, nenhuma campanha neste sentido no Brasil, se houvesse não seria nada fora do comum, já que desde que Gramsci se dedicou ao jornalismo, em 1915, quando abandonou o curso de Letras, sempre criticou os grandes jornais, ou “jornais burgueses” como ele os chamava, por terem se alinhado ao poder hegemônico para, além de rentabilidade, obterem influência. Esta crítica é feita até hoje, não apenas por acadêmicos, mas também por jornalistas, alguns dos quais deixaram o fazer jornalismo para se dedicar à academia. Entre eles está o francês Serge Halime, professor da Universidade de Paris, que define o jornalismo como sendo:

Un sacerdote que les americains on ramassé en une formule: reconforter ceux qui vivent dans l'affliction et affliger ceux qui vivent dans le confort. Le contre pouvoir s'est assoupi. Et il a retourné contre ceux qu'il devait servir, pour servir c'est que il devait surveiller⁷ (HALIME, 1998, p. 9).

Também é possível se perceber nas entrelinhas, da vasta produção acadêmica e jornalística de Fernández Buey, críticas aos meios de comunicação. Um dos “pecados”, apontado pelo pensador espanhol, é a generalização de termos, o que mais serve para deseducar e manipular do que para informar (ele se refere especificamente aos termos “populismo” e “antissistema”). Outro grande erro da mídia tradicional é a superficialidade com que trata os temas de interesse do receptor.

A mídia, de acordo com Fernández Buey, tem obrigação de usar os termos corretos e se aprofundar neles para comunicar e explicar os movimentos, quaisquer

⁷ Tradução minha: “Um sacerdócio que os norte-americanos resumem em uma fórmula: confortar aqueles que vivem na aflição e afligir aqueles que vivem no conforto. O contra poder prevaleceu. E eles [os jornalistas] se voltaram contra aqueles que deveriam servir, para servir aqueles a quem deveriam vigiar”.

que sejam eles. Se o fizer, analisa o filósofo espanhol, prestará não apenas um favor à língua, mas evitará a generalização, que é a pior forma de se falar não apenas de movimentos sociais, mas de informar qualquer notícia relevante para a população (MENEZES, 2013, p. 135-145).

1.4.3 Guerra de Movimento e Guerra de Posição

A base para a criação dos conceitos de Guerra de Movimento e Guerra de Posição, em Gramsci, é a teoria do Estado Ampliado (COUTINHO, 1981). Para o pensador sardo, a grande descoberta de Marx, Engels e Lênin foi que o Estado existe para conservar e reproduzir a divisão de classes, garantindo, desta forma, que os interesses da classe dominante fossem impostos e aceitos como o interesse geral da sociedade. Este “novo” Estado, o Estado Ampliado, seria composto, basicamente, de dois núcleos: a *sociedade política*, que Gramsci chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado coerção”, por meio do qual a classe dominante detém o monopólio legal de repressão e violência (especialmente, o sistema policial); e a *sociedade civil*, por meio da qual se elaboram e difundem as ideologias (igreja, partidos políticos, sistema escolar, sindicatos, jornais, revistas, meios de comunicação de massa em geral etc).

O filósofo italiano acreditava que, para se criar blocos homogêneos, sem as sempre presentes contradições internas, era necessário ou uma série de compromissos ou a força das armas, de coerção pura e simples, ou o plano de alianças. No primeiro caso, a guerra seria de posição e, no segundo, de movimento. Traduzindo: ou se enfrentava o “inimigo” negociando ou se “digladiando” fisicamente com ele.

Gramsci defendia a ideia de que, em países com uma sociedade mais avançada, a batalha para se implantar uma sociedade justa, de novo tipo, deveria começar pela Guerra de Posição (conquista da hegemonia a partir de estratégias que tivessem por objetivo a conquista de espaços e posições), uma vez que neles haveria um equilíbrio maior entre a Sociedade Civil e a Sociedade Política. Já em outros países, a Guerra de Movimento (ataque frontal ao poder) seria suficiente. Ele citou, especificamente, os casos de países do Oriente, inclusive, a Rússia Czarista, que tinha como característica principal a debilidade da sociedade civil e se mantinham no poder exclusivamente por meio do Estado coerção.

O pensador sardo reforçou seu pensamento, no parágrafo 16, do Caderno 7 do Volume 3 da tradução brasileira, ao afirmar que

[...] parece-me que Illitch [Lênin] havia compreendido que havia ocorrido uma mudança da guerra manobrada, [de movimento] vitoriosamente aplicada no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente. [...] No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia uma justa relação entre Estado e sociedade civil e, diante dos abalos do Estado, podia-se divisar imediatamente uma robusta estrutura de sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; isso se podia ver, mais ou menos, de Estado para Estado, mas esta observação exigia um acurado reconhecimento de carácter nacional (GRAMSCI, 2012, p. 265-266).

Aqui, de acordo com Coutinho,

[...] cabe observar a relação que Gramsci estabelece entre “guerra de movimento” e “revolução permanente”, por um lado e “guerra de posição” e conquista da “hegemonia civil” por outro: a chave da “guerra de posição”, da estratégia adequada aos países ocidentais ou que se “ocidentalizaram”, reside precisamente na luta pela conquista da hegemonia (COUTINHO, 1981, p. 105).

Também, na famosa carta enviada a Togliatti, em 1924, quando ainda estava em Viena, Gramsci reafirmou que, no caso das sociedades ocidentais, nas quais o capitalismo era mais evoluído e os cidadãos tinham acesso a uma série de “benefícios”, tornava-se necessário uma mudança na estratégia para a conquista da hegemonia. Enquanto no Oriente, com países mais atrasados, porque a sociedade civil era mais frágil, a estratégia correta era o ataque frontal (Guerra de Movimento); no Ocidente, dever-se-ia se usar a estratégia da Guerra de Posição – conquista de espaços no poder até se conseguir o apoio das massas para a tomada definitiva do poder. Pois, sem o consenso ativo das massas, não haveria como se chegar ao poder.

Ao se questionar se havia uma correlação entre Guerra de Posição e revolução passiva, Gramsci (2011) chega à conclusão de que se num determinado momento do *Risorgimento* houvesse uma compreensão maior sobre este tema, a Itália unificada teria sido construída em bases menos atrasadas e mais sólidas. Na batalha, dois dos grandes responsáveis pela unificação, Giuseppe Mazzini e Conde de Cavour tinham posições opostas. O primeiro era apoiado pela iniciativa popular (e

por Garibaldi, aquele mesmo que depois veio participar da Revolução dos Farroupilhas, no Brasil) e, o segundo, era partidário da revolução passiva. Para Gramsci, Cavour, pelo menos em certa medida, estava consciente do que estava fazendo e de seus objetivos o que não acontecia com Mazzini.

Outra questão, posta por Gramsci, sobre a opção de se empregar a força ou o consenso, situa-se no pós-guerra (COUTINHO, 2011), quando os aparelhos hegemônicos foram completamente desarticulados pelas consequências naturais da Primeira Grande Guerra em todo o mundo e de forma mecânica. De acordo com Gramsci, a desarticulação ocorrera porque a classe média, que tivera na guerra funções de comando, não as tinha mais, porque grandes massas passivas no período anterior à guerra tiveram participação ativa na guerra e, agora, se movimentavam, mas sem uma direção política coletiva e, finalmente, porque as forças antagônicas se mostraram incompetentes em organizar a desordem que se instalou no pós-guerra.

Quase setenta anos depois, no Brasil, com a queda do muro de Berlim e, especialmente, com a unificação da Alemanha, difundiu-se a ideia de que o socialismo morrera. Nascia a política do voluntarismo, do empreendedorismo e, na área de serviços, do pensamento segundo o qual o cidadão se responsabilizasse por serviços que eram obrigação do Estado lhe oferecer. Era como se a classe dominante estivesse criando uma nova forma de se manter hegemônica. Para isso usava as mesmas armas que utilizara sempre, todas alienadoras como, para usar mais uma vez o termo de Fernández Buey, seus “meios de intoxicação de massas”.

Gramsci afirmava que a conquista do consenso era necessária para se manter a direção política, o que seria possível pelos aparelhos privados de hegemonia, incluídos aí a igreja, a escola, os meios de comunicação de massa “que a cada dia estão mais organizados” e por meio dos quais a classe dominante divulga sua ideologia e manipula os “de abajos”, como se refere Fernández Buey.

Trazendo esse posicionamento para os dias de hoje e isto parece ser possível em todos os setores, inclusive, no da educação no sentido lato, seria possível se inferir que é possível superar a educação como “chocadeira do sistema” (BOFF, 2013) e fazer dela um instrumento transformador? Um utopista diria que sim, desde que se compreendesse a realidade e se utilizasse os instrumentos necessários e corretos que desembocassem num tipo de educação que levasse ao conhecimento crítico, hoje, teoricamente, presente em aparelhos de educação informal, como os

movimentos sociais e em manifestações, como a Primavera Árabe e o Outono-Inverno Brasileiro.

Mas não há utopismo que resista à mais simples análise: o processo de superação do sistema não se desenvolve como num golpe de mágica. A realidade é bem mais complexa de que o utopista possa imaginar. Ajustes no sistema escolar melhorariam, sem dúvida, esta realidade, mas não a transformariam na cura de todos os males. Da mesma forma, analisar simplesmente que os movimentos sociais e manifestações, como a Primavera Árabe e o Outono-Inverno Brasileiro, proporcionam o conhecimento crítico necessário à mudança que se preconiza é ingenuidade. Eles lutam por uma causa que não é necessariamente a educação, embora sejam um instrumento de educação no sentido de, por meio da luta, ajudarem na transformação da mentalidade do sujeito.

A “escola marginalizante” que temos, adjetivação criada por Saviani (1986) para criticar um determinado tipo de escola, presta um serviço à sociedade capitalista e torna-se necessário uma estratégia definida para denunciar este serviço prestado à sociedade capitalista como um desserviço.

Como afirma Saviani (1986), o educar deve partir da realidade social do educando. Quando escreveu o livro “Escola e Educação”, hoje com mais de 40 edições, ele enxergava uma marginalização da criança pela escola que teria que ser transformada numa escola inclusiva para evitar que esta criança fosse “cooptada” pela marginalidade. Desta forma, para Saviani, que considera, pessoalmente, a escola como um lugar de luta e de construção da contra hegemonia, a saída seria trabalhar a realidade da criança em sala de aula, por meio de uma ação interativa entre aluno e professor, de forma que o aluno pudesse analisar sua própria realidade de forma crítica, um pensamento que remete ao posicionamento de Gramsci em relação à função da escola no processo de criação de uma nova hegemonia.

CAPÍTULO II

A DIMENSÃO EDUCATIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Neste segundo capítulo, o foco, como deixa transparecer o título, são os movimentos sociais, cujas particularidades, sua dimensão educativa e seu lugar como processo da luta que ajuda a formar o sujeito político, analiso desde os tempos de Gramsci, quando eles ainda não eram conhecidos por este nome, até os dias de hoje com o surgimento de alguns movimentos que, livremente, chamo de *virtuais*, porque tiveram na internet sua principal forma de mobilização.

O critério para escolha destes movimentos foi a visibilidade conseguida à época em que ganharam manchetes e em que foram amplamente debatidos nas mídias sociais, mas, especialmente, no *Twitter* e *Facebook*: as duas mais poderosas do início da segunda década do século XXI. Também pesaram, no critério, os resultados alcançados por estes movimentos virtuais.

Desde a década de 60 do século passado, quando os movimentos sociais passaram a ser objeto de pesquisas acadêmicas muitas transformações ocorreram com a globalização, um dos processos de aprofundamento internacional da integração cultural, econômica e social e política entre os países, e a informatização da sociedade, a profissionalização da mídia e o surgimento da internet com suas mídias sociais e distribuição instantânea de conteúdo; o crescimento populacional mundial que dá um salto de 3 bilhões de habitantes em 1963 para 7 bilhões em 2011; no caso do Brasil, a superação dos anos de chumbo, como ficou conhecido o período da ditadura militar, o surgimento de novos movimentos sociais em que despontam, como atores principais, os povos originários e a educação ambiental. Para Scherer-Warren (2012), depois de tantas transformações pelos quais a sociedade passou, torna-se necessário até mesmo uma redefinição do que seja movimento social.

Para isso, a autora retoma o conceito de ação coletiva e chega aos modernos movimentos sociais que se conectam em rede. Ela considera a interação em rede de diversos atores e organizações da sociedade civil como algo constitutivo dos movimentos sociais, motivo pelo qual afirma que “a rede de movimentos sociais se refere, pois, a uma comunidade de sentido que visa a algum tipo de transformação social e que agrega atores coletivos diversificados, constitutivos do campo da sociedade civil organizada [...]” (SCHERER-WARREN, 2012, p. 26).

Apesar destas mudanças, um ponto que talvez até seja o mais importante, não se alterou quando se trata deste tema: todo movimento social tem uma dimensão educativa na medida em que, por meio deles, os sujeitos se articulam, debatem, reafirmam seu pensamento; transformam-no, enfim, conseguem ou não assumir uma posição crítica diante do que se debate e pelo que se luta. O que as novas tecnologias fizeram, especialmente as mídias sociais, foi dar velocidade a estas articulações, à convocação para ações, sejam elas quais foram.

No período em que Gramsci viveu, produzindo intelectualmente, os movimentos sociais se resumiam, basicamente, como já foi ressaltado aqui, ao dos trabalhadores, ou seja, do proletariado, e ao político partidário. Para o pensador sardo, eles traziam em si uma dimensão educativa, porque toda classe que entra no processo de luta política tem como desafio a formação de seus intelectuais orgânicos, a quem caberia educar, orientar, organizar, dando coerência ao pensamento que a classe tem sobre si mesma. Em outras palavras, aos intelectuais orgânicos surgidos nas classes subalternas realizar a tarefa de levar os “de abaixo” a conceberem uma nova visão de mundo elevando sua própria concepção de mundo ao nível crítico e consciente de sua posição na sociedade.

Gramsci acreditava que na luta dos trabalhadores havia, potencialmente, características próprias do socialismo. Nos escritos anteriores ao cárcere, encontra-se um artigo escrito por ele em parceria com Palmiro Togliatti para o *L'Ordine Nuovo*, em 11 de junho de 1919, em que os dois afirmam:

O Estado socialista já existe em potência nas instituições da vida social características da classe trabalhadora explorada. Interligar estas instituições, coordená-las e subordiná-las numa hierarquia de competências e poderes altamente centralizados, respeitando, porém, as indispensáveis autonomias e articulações, significa criar aqui e agora uma verdadeira e representativa democracia operária, eficaz e efetivamente oposta ao Estado burguês, e já preparada para o substituir em todas as suas funções essenciais de gestão e controle do patrimônio nacional (GRAMSCI, 1976, p. 30).

Gramsci defendia a tese na qual o partido político fosse o “Príncipe” coletivo, capaz de concentrar a vontade coletiva, mas criticava os Sindicatos que, de acordo com ele, haviam falhado na tentativa de uma revolução proletária, porque sua ação propiciara a morte do ânimo para a ação efetiva. Isso acontecera porque houvera, de acordo com ele, num dos artigos escritos no *L'Ordine Nuovo*, uma acomodação

às ofertas do capitalismo, fazendo surgir o que ele definiu como “psicologia parasitaria de pequena e média burguesia”, exatamente o contrário do que deveria ser um sindicato: recrutador de toda a massa. “Deve-se concluir – escreveu Gramsci – que o sindicalismo não é um momento da revolução proletária, não é a revolução que se realiza, que se faz: o sindicalismo não é revolucionário senão pela possibilidade gramatical de acoplar as duas expressões” (GRAMSCI, 1976, p. 47-48).

Gohn (2007), citando o clássico “*The power in movement: social: movements and contentions politics*”, de Sidney Tarrow, publicado em 1994, lembra que, em Gramsci, o autor norte-americano recupera a necessidade de se elevar a consciência do trabalhador. Gramsci aceitara a posição de Lênin para quem o partido revolucionário teria que ser um partido de vanguarda, mas acrescentou dois postulados. O primeiro era que o partido criasse um bloco histórico dentro de si mesmo, o que somente seria possível se intelectuais fossem formados pelos próprios partidos, tendo como base a classe trabalhadora. Esses intelectuais teriam o papel de contribuir para com os intelectuais orgânicos, já existentes no partido, com conceitos e histórias de vida que eles, os intelectuais já existentes no partido, não possuíam.

Desta forma, o partido passa a ser uma espécie de intelectual coletivo e não apenas um instrumento organizacional de determinado movimento (no caso dos Movimentos Proletário e Político Partidário). Para Gohn (2007, p. 103), Tarrow entendeu que “Gramsci viu a necessidade de múltiplos níveis de liderança e de iniciativa porque se deve construir um amplo consenso em torno das metas do Partido, e o consenso é tão importante quanto o conflito”.

Parece-me correta a visão de Tarrow, porque o consenso no pensamento de Gramsci ganha uma importância muito grande e, quanto mais líderes houver mais difícil será a obtenção deste consenso, logo o resultado dos debates sairá de um número muito maior de cabeças. Como o próprio Gramsci afirma, se um

[...] pretendo grupo de excelências, apesar das infundáveis forças materiais que possui, não obtém o consenso da maioria, deve ser julgado inepto ou não representante dos interesses ‘nacionais’, que não podem deixar de prevalecer quando se trata de induzir a vontade nacional num sentido e não noutro (GRAMSCI, 2012, p. 83).

Não há como separar a visão de Gramsci sobre os movimentos sociais de sua concepção, idêntica à de Marx, sobre o capitalismo: um modo de produção essencialmente “internacionalizante”, em que se destacam o fato em si e a imagem que se faz do fato está influenciada pelas estruturas à disposição de quem tem o poder econômico e político. Mais uma vez, se percebe o conceito de hegemonia, que perpassa toda a obra do pensador sardo, já que ela é formada por uma visão de mundo solidificada pelos meios construídos pela indústria cultural que, como já me referi, estava a serviço da classe hegemônica (ao tempo de Gramsci, apenas o jornal impresso, já que, ao ser preso, o Rádio estava dando seus primeiros passos como meio de comunicação de massa e não imaginava ainda a TV e muito menos a internet).

Nos escritos pré-carcerários, Gramsci se aventura, em *L'Ordine Nuovo*, no artigo “Democracia Operária”, um daqueles que deveriam morrer com o dia, mas que são atuais até hoje, a conclamar os operários mais conscientes a que se dispusessem a refletir e, cada um em sua esfera de atuação, a colaborar para a solução de um problema que se apresentara no pós-guerra:

Como dominar as imensas forças sociais que a guerra desencadeou? Como discipliná-las e dar-lhes uma forma política que tenha em si virtude de desenvolver-se normalmente, de completar-se continuamente, até tornar-se a ossatura do Estado socialista no qual se encarnará a ditadura do proletariado? Como ligar presente e futuro, satisfazendo as urgentes necessidades do presente e trabalhando de modo útil para criar e antecipar o futuro? (GRAMSCI, 1919, p. 1).

É que ele acreditava que, conforme escreveu no artigo, somente do trabalho conjunto e solidário de esclarecimento de persuasão e de educação recíproca é que nascerá a ação concreta de construção. Ele reconhecia, no mesmo artigo, que o movimento operário era dirigido na Itália pelo Partido Socialista, do qual ele ainda fazia parte, e pela Confederação do Trabalho, mas reconhecia também que nenhuma das duas organizações agia de forma a dar ao movimento uma direção concreta e organizada, estabelecendo uma disciplina permanente para o grupo, que agia de forma caótica. É preciso

[...] absorvê-las, articulá-las e potencializá-las; é preciso fazer da classe proletária e semiproletária uma sociedade organizada que se eduque, que tenha experiência, que adquira uma consciência

responsável dos deveres que incumbem às classes que chegam ao poder de Estado (GRAMSCI, 1919).

Era a dimensão educativa que Gramsci reconhecia como atributo num dos movimentos sociais de seu tempo. Sobre o movimento Político Partidário, Gramsci foi mais cético ao escrever, na mesma *L'Ordine Nuovo*, em 1º de janeiro de 1921, primeiro definindo o que uma associação precisa para aspirar a condição de “Partido”: ter uma doutrina constitucional própria, por meio da qual divulga sua noção de Estado, seu programa de governo capaz de organizar um Estado.

O Partido Socialista Italiano (PSI), de acordo com ele, não construiu nada disso, apesar de ter se apresentado, ao povo italiano, como o Partido das massas trabalhadoras, um Partido absolutamente revolucionário. E as eleições, dois anos antes, tinham demonstrado que havia condições práticas para isso. O Parlamento saíra dividido das urnas. Era como se houvesse dois governos. “Toda a classe operária e amplos estratos camponeses declararam-se explicitamente a favor do Partido Socialista” (GRAMSCI, 1921).

Na época, tudo demonstrava que até as mais amplas massas atrasadas, do povo trabalhador, eram favoráveis a uma completa mudança de regime. Mas, o PSI não conseguiu organizar a situação que havia criado, “não conseguiu consolidar e pôr em funcionamento permanente o aparelho de governo que se havia formado logo após o Congresso de Bolonha [em 1919]”.

Para Gramsci, o que se viu, de 1919 até o momento em que escrevia, era uma demonstração de incapacidade do PSI “[...] de organizar a vida política do povo italiano, de dar-lhe uma direção, de orientar a vanguarda da revolução popular de modo a infundir-lhe uma precisa consciência de suas tarefas particulares, de suas específicas responsabilidades” (Idem).

O Partido Socialista Italiano demonstrara simplesmente que não possuía uma noção própria de Estado, que ignorou os movimentos das massas populares, fossem elas do proletariado ou do campesinato, e fez exatamente o que não se deve fazer num movimento social: desprezar a dimensão educativa que ele traz em si e que, se não for utilizada, acaba por transformá-lo numa causa perdida. Torres (2005) trouxe este debate para os dias atuais, afirmando que a concepção de educação vigente

[...] fazia uso de categorias como eficiência, competitividade, descentralização, privatização, qualidade total, avaliação de desempenho, que são categorias incapazes de elevar a educação a um patamar de 'validade ética e de relevância política e cultural'. Ao contrário, levam a uma valorização maior dos meios e não dos fins, assim fazendo submergir a educação em um lodaçal burocrático e instrumental (TORRES, 2005, p. 156).

De pleno acordo com o chamamento a um “enfrentamento coletivo”, feito por Benno Sander, em 2001, em conferência proferida em reunião da Associação Nacional de Política e Administração da Educação, ela transcreve as palavras finais deste educador, fazendo menção à necessidade de se “recuperar a dimensão crítica da educação”, no sentido de que seja politicamente efetiva e culturalmente pertinente, socialmente significativa e eticamente válida para os cidadãos” (TORRES, 2005, p. 156).

O filósofo espanhol Francisco Fernández Buey, um dos principais estudiosos de Gramsci no final do século XX e início do século XXI, também trouxe para os dias atuais a conexão entre movimentos sociais e educação. Em 2006, numa das vezes que esteve no Brasil, a convite do Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação (GPMSE), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o filósofo espanhol participou de dois eventos: o Seminário de Educação, organizado anualmente pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT, no qual foi responsável pela conferência “O Estado educador” e o evento paralelo “1ª Jornada Internacional de Movimentos Sociais e Educação: estado da arte na América Latina”, no qual participou da mesa redonda “Educação e Movimentos Sociais: Estado da Arte na América Latina”. Ao final, ele entregou a Artemis Torres, sua ex-orientanda de Doutorado e uma das coordenadoras do evento, um texto que resumia seu pensamento a respeito destes dois temas, dando-lhe liberdade para usá-lo como melhor lhe aprouvesse.

O referido texto faz parte do livro “Encontros com Paco Buey” (2013), escrito por 22 estudiosos, amigos e pesquisadores de Fernández Buey, como parte das homenagens ao pensador espanhol, um ano depois de sua morte. Para este, não apenas nesse texto, mas em boa parte de sua produção intelectual, os “Movimentos sociais e alternativos” tanto na América Latina quanto na Europa sempre se preocuparam com a questão da educação e é impossível não se perceber os vínculos existentes entre um e outro.

O texto, que encerra o livro, organizado por Torres e Pasuch (2013, p. 209-225), serve de diretriz para se apresentar aqui o pensamento deste filósofo, ensaísta e homem do mundo no que diz respeito, especialmente, a educação em sua relação com os movimentos sociais.

Para ele, os movimentos sociais são os principais formadores do animal político, uma vez que tem sido ao longo da história formadores de cidadania (FERNÁNDEZ BUEY, 2013). Hoje, o ensino é obrigatório na maioria dos países e esta obrigatoriedade se desenvolve de acordo com seu sistema. Para o filósofo espanhol, conforme os países foram adotando esta obrigatoriedade, foram surgindo movimentos sociais de educadores e trabalhadores, exigindo mudanças no ensino e acesso dos setores sociais desfavorecidos da sociedade.

No Brasil, por exemplo, quando foi escrita a Constituição de 1988, a primeira após o regime ditatorial militar, conseguiu-se inserir nela dez Artigos (do 205 ao 214), dedicados especificamente à educação, além de outros cinco que tratam do esporte, da cultura e da ciência e tecnologia. Infelizmente, alguns destes Artigos têm sido desrespeitados por sucessivos governos. As mudanças realizadas até agora ainda não produziram o efeito que se exigia, quando da elaboração da “Constituição Cidadã”, como ela ficou conhecida.

Um dos exemplos é o Artigo 207, que reza que as Universidades Federais gozam de autonomia didático científica, administrativa, gerencial e patrimonial, o que na prática nunca existiu. Nenhuma delas pode até hoje, por exemplo, contratar técnicos, nem mesmo professores, sem autorização da autoridade superior, no caso das Universidades Federais, o Ministério da Educação. Os argumentos variam de época para época: necessidade de cortes no orçamento, como aconteceu recentemente: contingenciamento de verbas; e até mesmo impossibilidade de se realizar concurso para se cobrir vagas abertas por aposentados ou professores falecidos. Outro exemplo foi que, recentemente, as administrações superiores das Universidades Federais receberam uma determinação do Ministério da Educação de se cortar 50 por cento do número de estagiários.

Para Fernández Buey (2013, p. 210), não há como se estudar a relação entre educação e movimentos sociais sem se atentar para três aspectos: “educação para cidadania; melhoria do ensino institucionalmente existente; e inovação dos meios técnicos e instrumentos didáticos para a reforma pedagógica”. Um dos problemas,

para o pensador espanhol, é que nem sempre os movimentos sociais atuam conjuntamente ao avaliarem estes aspectos.

Isto se deve às distintas urgências dos movimentos, e, às vezes, aos interesses distintos dos movimentos, derivados de sua distinta composição social. Tem havido momentos em que as reivindicações de professores ou trabalhadores da educação coincidem ou se sobrepõem ao que, no âmbito da educação, reivindicam outros movimentos sociais. E também tem havido momentos em que as reivindicações de um e outro entram em conflito (FERNÁNDEZ BUEY, 2006, p. 211).

Fernández Buey (2006, p. 211) define como essencial a relação dos movimentos sociais com o poder público, seja ele municipal, estadual ou federal. Para ele, dessa relação depende a atuação deles como uma espécie de contra poder, “como coletivos de pressão ou como organizações que praticam a crítica construtiva dos governos no tema educação”.

Essa posição, do pensador espanhol, nos remete a Hamilton Garcia, para quem os movimentos sociais nascidos das manifestações de junho/julho no Brasil, com uma linguagem franca, atacam a

[...] decrepitude do Estado e seu sistema clientelista de representação que perverte e corrói a democracia brasileira, parecem [os movimentos sociais surgidos com as manifestações de junho/julho de 2013] ser o anticorpo contra a cooptação dos organismos sociais [...] A nova geração política, ainda tateando o campo em busca de um partido para chamar de *seu*, inicia seu protagonismo com agências próprias ainda de caráter antipartidário. Isto, ao contrário do que pensam muitos analistas e jovens, está longe de significar a despolitização desta geração, sendo antes uma nova forma de começo em meio a um ambiente político *salinizado*, saturado de ideias anacrônicas e mentalidade oportunista (GARCIA, 2013, p. 52).

Fernández Buey (2013, p. 215-216), nos dois eventos de que participou na UFMT, defendeu a preparação de cidadãos críticos, autônomos, criativos e politicamente responsáveis,

[...] porque não há dúvida de que a participação ativa desempenha um papel fundamental [...] Nem a escola, nem as instituições de ensino secundário regular, nem as universidades têm hoje em dia um papel comparável ao dos movimentos sociais na formação de

cidadãos com espírito crítico, autoconsciência e politicamente responsáveis (FERNÁNDEZ BUEY, 2013, p. 215-216).

De acordo com Fernández Buey (2013, p. 213), o fato de os movimentos sociais, como as instituições formais, também educarem não é novidade. Na Europa isto estava claro desde as revoluções de 1848. Esta série de revoluções abalaram as monarquias europeias e eclodiram na Europa Central e Oriental em função de regimes autocráticos, da falta de representação política das classes média, de crises econômicas e do nacionalismo despertado nas minorias europeias e trouxeram como consequência alguns resultados interessantes, como “o trabalhador autodidata que não tinha acesso ao ensino médio e superior, até a organização autônoma do ‘intelectual coletivo’, para usar um termo de Gramsci”.

Fernández Buey defendia a ideia de que a educação não poderia ficar restrita aos espaços oficiais ou institucionais e privilegiava os movimentos sociais como um dos locais para esta ação. O primeiro passo, para ele, seria definir que tipo de educação os movimentos sociais querem para o país, aliás, é o que foi feito pelo MST no Brasil quando conseguiu a implantação nos acampamentos de um sistema de educação como direito constitucional, o que foi o primeiro passo para construir a educação que seus integrantes queriam para o movimento, o que veremos em outro momento.

Referindo-se ao comentário de Torres (2005), segundo o qual “devemos aspirar à preparação de cidadãos críticos, autônomos, criativos e politicamente responsáveis”, Fernández Buey afirma que para ele não há, hoje, como se pensar em educação sem se pensar na atuação ativa dos movimentos sociais na construção das políticas pedagógicas que serão levadas adiante. Assim, Fernández Buey afirma:

Penso, sim, que estamos numa fase histórica em que o papel educativo tradicional do “intelectual coletivo”, para continuar a fórmula de Gramsci, se debilitou e esse papel o compartilham hoje em dia os partidos políticos e os movimentos sociais. Ou, dito de outra forma, partido e movimentos sociais se complementam, apesar das tensões latentes ou existentes (FERNÁNDEZ BUEY, 2013, p. 217).

Não custa lembrar aqui que o próprio Fernández Buey, numa outra passagem citada nesta tese, lembra, igualmente, que muitas vezes os movimentos sociais se

dissociam da vontade popular ou por interesses individuais ou por interesses coletivos. Por isso, se justifica plenamente o “apesar das tensões latentes ou existentes” que ele, sempre cuidadoso, registra na citação acima.

2.1 Movimentos sociais “tradicionais”: uma forma de educação

Como já foi dito aqui, todo movimento social tem uma dimensão educativa na medida em que aproxima os indivíduos que se formam naquela luta. Alguns, como o MST, têm, inclusive, um projeto pedagógico próprio, surgido de um amplo debate entre seus integrantes. Os “tradicionais”, adjetivo que aqui se utiliza para referir aos Novos Movimentos Sociais (NMS), surgidos desde a década de 60 do século passado, como o feminista, o pacifista, étnico racial etc., a concentração é na causa em torno da qual giram suas ações. Mas também eles possuem esta dimensão educativa, que é uma das características do processo de luta.

Em novembro de 2013, Leonardo Boff esteve em Cuiabá para fazer uma palestra, a convite da UNIMED. Na época, fez questão de articular uma reunião com representantes e estudiosos dos movimentos sociais, alguns dos quais conhecia de longa data. A reunião foi realizada numa quinta-feira, no salão paroquial da Igreja do Rosário e de São Benedito. Boff falou pouco para que sobrasse mais tempo para as interlocuções que, na verdade, era o que ele queria.

No pouco tempo que falou, fez críticas ao ex-Presidente Lula, “de quem privo além da amizade, os bastidores de sua vida”, falou sobre a “malfadada *Carta aos Brasileiros*”, em que o ex-presidente se comprometia com o neoliberalismo, fez críticas à Chavez, cujo único mérito “foi enfrentar o Império que compra da Venezuela 25% do petróleo que importa”. E terminou afirmando que “os governos Lula e Dilma são governos de transição para que se criem as condições para o governo de bem-estar social que a maioria sonha e mostrou nas ruas”.

Boff, em sua fala, não deixou de referir-se à educação, lembrando Paulo Freire para quem a “educação não transforma a sociedade, mas transforma o homem que tem condições de transformar a sociedade”, um pensamento baseado em Marx que, embora tenha dedicado pouco espaço para a Educação em sua obra, criou conceitos que serviram para a criação de uma teoria marxista para tal.

Enquanto ele falava, vieram-me à memória posicionamentos de pessoas que, como ele, privavam da amizade do ex-presidente, como o Coordenador de seu

programa de Governo em 1989, o economista e professor da PUC-SP, Carlos Eduardo Carvalho, para quem o governo Lula significava o triunfo do neoliberalismo. De acordo com ele,

[...] a adesão do governo Lula e de seu governo ao neoliberalismo não se resume à continuidade da política econômica, sua face mais visível. Envolve questões mais profundas e mais duradouras, envolve a essência da ideologia neoliberal. [...] o governo aprovou a reforma da Previdência e a reforma tributária nos mesmos termos propostos, anos atrás, pelo PSDB e pelo Banco Mundial. Na área tributária, a proposta do governo se limitou à medidas para aumentar a competitividade externa da economia e para concentrar poder no governo central. Nada de redesenhar a estrutura tributária para reduzir a desigualdade social e para reduzir o caráter concentrador de renda que sempre a caracterizou no Brasil (CARVALHO, 2004, p. 128).

Baseando-me em Carvalho (2004), levantei o questionamento a Leonardo Boff, partindo da citação que ele fizera de Paulo Freire: como transformar o homem, que transformaria a sociedade, se quem determina as bases do projeto político pedagógico é o governo; e o atual, mesmo levando-se em consideração a inquestionável melhora em alguns indicadores sociais, está comprometido com o neoliberalismo, construído para manter as coisas como estão? Boff foi objetivo na resposta:

Não há como, porque nossas universidades, a começar pelas Pontifícias Universidades Católicas, são chocadeiras do sistema. Nossos jovens saem da universidade prontos para atender ao mercado. Nada mais que isso. Mas não são apenas elas, mas também as escolas públicas e particulares de todos os níveis que são 'chocadeiras do sistema' (BOFF, Depoimento Pessoal).

Amigos de Leonardo Boff, como o Professor Doutor Luiz Augusto Passos, acreditam que ele é, às vezes, passional, em suas afirmações e que, se alguns minutos depois fosse feita a mesma pergunta sobre Chavez ou mesmo o sistema de ensino brasileiro, ele provavelmente pensaria um pouco mais e daria uma resposta menos contundente. É bem possível isso, já que a referência que ele fez à educação foi exatamente para lembrar Paulo Freire, um defensor da educação como ação transformadora do homem que poderia transformar a sociedade.

Por isso, provavelmente seja o caso de se questionar: não há mesmo como se transformar o homem? Particularmente, acredito que há caminhos nada fáceis a

serem seguidos. E, mesmo estes caminhos, não significarão a certeza da transformação do homem. Um deles é o questionamento, como classe trabalhadora, sobre determinações feitas por gestores (ministros, secretários de educação e até diretores de escolas e universidades), que pouco conhecem das peculiaridades de cada curso de uma escola ou universidade, por exemplo. No caso específico da Universidade Federal de Mato Grosso, são mais de 60 cursos e para dar condições a eles de funcionarem, como deveriam, seria necessário que se conhecesse em detalhes cada um deles, o que não é feito. Se por um lado é compreensível que faltam recursos, também, para os gestores, falta inclusive um grande debate sobre a universidade que queremos, algo como o feito pelo MST sobre “A educação que queremos”.

E, muito mais que isso, torna-se necessária uma reforma geral do ensino formal, de alguma forma aproximando-o do não formal, aquele desenvolvido nos movimentos sociais. Esta reformulação não pode se dar apenas no Ensino Médio, como divulgado sem maiores detalhes no início do atual mandato da presidente Dilma, pelo ex-Ministro da Educação, Cid Gomes. Se não houver esta reforma, surgida de um amplo debate com a sociedade, que responda qual a educação que queremos, iremos patinar ainda por muitos anos no mesmo do mesmo. E com um detalhe: mesmo que haja esta reforma (e tem havido tentativas), por si só, isso não garante uma transformação. Porque, como deixou claro Gramsci, ao criticar a sociedade capitalista, nela as margens de manobra são bem restritas e há questões que podem interessar a educadores, mas não a ela, sociedade capitalista, como a formação de sujeitos críticos e independentes.

No Seminário Temático, A Educação em Diálogo com os Movimentos Sociais, coordenado pelas Professoras Doutoras Maria da Anunciação Barros Neta e Suely Dulce de Castilho na UFMT, realizado nos dias 03 e 04 de dezembro de 2013, Jolenil Vasconcelos, a representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), admitiu que eles não têm um projeto próprio, seguem o do Governo do Estado e, pior, quando há enchentes, não há aula porque nem o professor nem os alunos conseguem chegar ao local destinado às aulas. Ademais, quando questionada sobre se o grupo tinha um projeto para criar uma proposta pedagógica própria, a resposta foi negativa.

2.1.1 Um recorte no MST

A exceção parece mesmo ser o MST e algumas conclusões tiradas de estudos e entrevistas pessoais sobre ele, as quais apresentaremos a seguir, e que podem ser aplicadas aos demais movimentos sociais.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra apresentado na mídia, quase sempre, é o que destrói laboratórios, plantações, bloqueia estradas. Em 1997, o então Diretor Responsável do Jornalismo da Rede Globo, Evandro Carlos de Andrade, na abertura do IV Seminário Internacional de Jornalismo em Salvador, ao fazer uma análise crítica do jornalismo que se praticava na época, afirmou que o MST era um movimento social que surgiu legitimamente, com ideias claras sobre seus propósitos, o de fomentar a reforma agrária no país, mas acabou se transformando num dos braços políticos de um partido político. Para Andrade,

Há maniqueísmo [dos jornalistas] no tratamento da questão agrária. Decidiu-se que os mocinhos são os militantes do MST e os Sem Terra, enquanto os bandidos são os fazendeiros. Com uso esperto do tom, do estilo e da hierarquização dos fatos, a violência dos mocinhos sempre é legitimada e a dos bandidos invariavelmente execrada. Caso típico de patrulhamento, atitude das mais indignas da profissão (ANDRADE, IV Seminário, 1997).

Para alguns defensores do MST, o que de melhor ele possui e criou não é moda e muito menos mostrado na mídia, isto é, a dimensão educativa que o movimento traz em si. Um destes defensores é a Professora Doutora Roseli Salette Caldart, cuja tese de doutoramento, em 1999, na UFRGS, “Escola é mais do que escola na pedagogia do Movimento Sem Terra”, trata da possibilidade da escola funcionar como algo diferente de que tradicionalmente funciona.

Pesquisadora participante/militante, ela se transformou numa referência quando se trata de MST e, por mais que seu envolvimento em tempo integral com o tema possa torná-la “suspeita”, suas conclusões, não apenas na tese de doutoramento e artigos que escreveu, são lógicas e claras.

Para ela, é no movimento que os sem-terra se humanizam. Eles se formam, como sujeitos sociais, no próprio movimento da luta que desencadeiam. A própria

unidade escolar no MST, para ela, é construída de forma a se preocupar com a formação humana e com o movimento da história.

Primeiro, a luta pela escola no MST surgiu como um direito previsto na Constituição e, depois, se desenvolveu como um local de formação do sem-terra, tomando mais corpo ainda quando um professor designado pelo Estado chegou em um dos acampamentos criticando o MST. Neste momento, surgiu a pergunta: “Que tipo de educação queremos? ”. Num amplo debate com integrantes do movimento, a decisão foi por seguir as ideias de Pistrak e Makarenko, dois teóricos que tiveram participação fundamental no projeto de construção da Escola na Rússia logo após a Revolução de 1917. O primeiro defendia que a escola deveria oferecer uma educação que formasse cidadãos ativos e participantes da vida social. E o segundo via, na escola, uma coletividade capaz de integrar a criança à vida escolar, permitindo sua participação nos debates e decisões sobre suas próprias vidas e, inclusive, na escola.

Uma das coordenadoras regionais do MST em Mato Grosso, Lucinéia Freitas, ao participar do Seminário Temático acima referido, deu alguns exemplos da pedagogia do movimento. Freitas afirmou que, no MST, a luta é da família; dela participam o pai, a mãe e o filho. No início desta luta, mãe e filho ficavam excluídos, porque se os pais iam para uma reunião ou mesmo para outro tipo de ação, as mães tinham que ficar em casa tomando conta dos filhos.

Foi aí que veio a ideia da criação da “Ciranda da Criança” e a “Ciranda da Mulher”. Em toda ação, há um local para a criança participar de acordo com a capacidade e a necessidade dela. Numa reunião de diretoria, por exemplo, é criado este espaço especial. Como, também, é criado durante o trancamento de uma rodovia ou num acampamento. Na “Ciranda da Mulher”, quem fica em casa é o homem e a mulher vai à luta para, igualmente, se formar como “sujeito político”, como afirma Caldart. E é aí que reside uma das expressões da dimensão educativa do MST.

Outra criação do MST, esta em parceria com a Via Campesina, a Escola Itinerante. O Rio Grande do Sul e Paraná já a reconheceram oficialmente. Posteriormente, no governo Yeda Crusius (RS), o reconhecimento foi revogado, mas continua a funcionar no Paraná.

O MST ainda enfrenta problemas quando se trata de curso superior. Freitas, em entrevista pessoal, informou que “o MST fez um convênio com a Universidade de

Goiás, para formação em Direito de cinquenta Sem Terra. O curso funcionou, mas um grupo de professores entrou na Justiça contra sua realização e foi preciso antecipar a colação de grau em três dias para não correr o risco do STF impedir a conclusão do curso. Com a colação de grau, a ação dos professores perdeu o objeto da causa e foi arquivada.

Foi realizado na UFMT um curso de Especialização, formatado por coordenadores do MST, do Curso de Economia que o ofereceu e professores de outras áreas, como Geografia e Engenharia Florestal. E, no momento em que esta pesquisa estava sendo desenvolvida, tramitava na UFMT a oferta de uma turma de Psicologia, nos mesmos moldes que o curso ofertado pela Economia.

Ao final do Seminário Temático “A Educação em diálogo com os movimentos sociais”, um dos participantes questionou Freitas sobre o fato de eles terem um projeto educativo próprio, mas na hora de estudar na universidade acabarem entrando mesmo é nas universidades oficiais, aquelas que funcionam sob as ordens do Ministério da Educação e as quais Boff chamara de “chocadeiras do sistema”. Ela também foi bem objetiva: “Nós julgamos que é importante conquistarmos outros espaços, inclusive para difundir nossa visão de sociedade ideal. Essa é nossa Guerra de Posição”.

2.2 Os movimentos sociais virtuais

Em 1999, em *Crônicas de um fim de século*, Zuenir Ventura reproduziu textos publicados por ele no *Jornal do Brasil*, em *O Globo* e na revista *Época* entre 1995 e 1999. A ideia foi relembrar temas que ocuparam a vida do homem no final do século passado. Numa dessas crônicas, *A Tribo que mais cresceu entre nós* (VENTURA, 1999, p. 56-58), ele citou uma defesa apaixonada do computador feita por Humberto Eco. O autor, de *Obra Aberta*, abraçava a ideia segundo a qual a internet veio salvar a escrita, condenada desde o surgimento da TV. Para Eco, “agora, na tela do computador, há palavras, o que não havia na tela da TV”.

Ventura afirmou que “Eco acha, por experiência própria, que o computador é masturbatório. Sua fascinação é tal que ele explica: ‘Me acontece às vezes de escrever só pelo prazer de empregar a máquina’”. Eco, aparentemente, estava antevendo o que aconteceria com a sociedade dos anos seguintes, porque grande parte dos movimentos, acontecimentos e práticas políticas, do início deste século,

estão relacionados às novas tecnologias. E os movimentos sociais, ao se apropriarem destas novas tecnologias, estão usando-as para criar novas formas de ativismo.

Seis anos antes da publicação do livro de Ventura, em 1993, Howard Reinhold criara o conceito de “comunidades virtuais” que, de acordo com ele, eram as comunidades nascidas das mídias sociais. A partir deste conceito, seguiu-se um grande debate sobre quais as consequências que elas teriam na sociedade contemporânea e se trariam algum tipo de contribuição para o desenvolvimento da democracia ou mesmo para a transformação da sociedade.

Dois anos depois, Jan Fernback e Brad Thompson afirmaram que “a comunicação medida por computadores (CMC) não era capaz de criar verdadeiras comunidades” (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 63). Desta forma, as comunidades criadas por meio das mídias sociais seriam falsas e não teriam, de acordo com Fernback e Thompson, capacidade de criar a cidadania verdadeira, pois “seria incapaz de resolver os problemas da representação democrática e da renovação da vida ativa de uma verdadeira cidadania, construída na esfera pública real das nações” (Idem, 2013). Naquela época, em 1995, os dois afirmavam que a CMC sempre geraria exclusão da maior parte da sociedade, podendo

[...] quando muito ter um papel catártico gerando para um público um sentimento de envolvimento e participação, que não evoluiria na direção da participação atual em ações comuns, na vida de nossos vizinhos ou na vida cívica que as comunidades verdadeiras exigem (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 63-64).

Antoun e Malini, que se utilizam do termo “redes interativas de comunicação distribuídas”, usam o exemplo da Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), do México, para jogar por terra as afirmações de Fernback e Thompson. O objetivo inicial do EZLN era derrubar o governo, mas mudou sua linha de ação para atrair outros coletivos e ONGs, dessa forma, suas principais metas passaram a ser os direitos da população indígena, direitos da mulher e da sociedade, meio ambiente e os direitos humanos. Assim, de acordo com Antoun e Malini,

[...] analisada na perspectiva de construção social, o movimento Zapatista é uma comunidade nômade montada na esfera pública do ciberespaço [...] o que afasta as objeções de Fernback e Thompson

quanto à realidade das comunidades virtuais (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 84).

E foi o que se viu nos anos seguintes, tanto no Brasil quanto no exterior, com a internet exercendo papel fundamental na mobilização e na criação de comunidades virtuais, deixando transparecer que, de alguma forma, os internautas acabavam se informando e criando suas próprias visões sobre o que estava acontecendo.

Hoje, quinze anos depois da publicação do livro de Ventura, a internet, que à época estava pouco mais que engatinhando, se transformou no principal meio interativo de comunicação em todo o mundo. De acordo com pesquisa realizada pela empresa de consultoria inglesa *Interbrand*, no início do século, apenas o Google estava entre as cinco marcas mais influentes do mundo. Quatro anos depois, o site de busca ganhara a companhia do *Youtube*, *Wikipédia* e da *Apple*. A estranha no ninho foi a *Starbucks*, uma gigante americana do ramo do café, com representações em todos os continentes.

Quando as manifestações já tomavam a Avenida Paulista em São Paulo, o sociólogo espanhol Manuel Castells esteve no Brasil e participou, no dia 11 de junho, do programa “Fronteiras do Pensamento” do Canal+, uma parceria da TV Cultura de São Paulo, Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESPTV), TV Rá-Tim-Bum e as rádios Cultura Brasil e Cultura FM.

Foi ali que ele cunhou o termo “autocomunicação de massa”, já explicado anteriormente, e foi ali, também, que ele falou sobre a importância dos meios digitais de comunicação para os novos movimentos sociais, que, de acordo com ele, vivem um paradigma: o de transformação real da sociedade, ou seja, uma transformação diferente das conseguidas pelos movimentos sociais “tradicionais”. De acordo com ele,

[...] os agentes das mudanças sempre foram os movimentos sociais. São eles que mudam a sociedade. O que há de diferente nestes movimentos [os virtuais] é que eles se baseiam na tecnologia de comunicação em rede. Não é a tecnologia que determina os movimentos sociais. Eles surgem sempre de um sentimento de injustiça, de luta contra a desigualdade, contra a pobreza, contra a opressão. Sempre foi assim na história. O que há de diferente agora é que antes para se lutar contra estas causas dos males humanos era necessário que se organizasse em instituições formais, lideranças, com programas. Então, dentro dos movimentos tornava-

se a reproduzir a estrutura de dominação que havia na sociedade. [...] O que é novo é que a internet e as redes móveis permitem que as pessoas se organizem concretamente. Ou seja, estávamos diante de uma nova forma de movimento social (CASTELLS, 2013b, s/p.).

Para o filósofo espanhol, antes mesmo da Primavera Árabe e das manifestações que estavam começando no Brasil, houvera outros movimentos que cresceram na internet e que tinham o mesmo mote da indignação: “não são movimentos por uma reivindicação concreta, são movimentos para defender a minha dignidade, porque eu não sou reconhecido como pessoa, não sou reconhecido como cidadão” (Idem).

Para Castells, diferentemente dos meios de comunicação de massa, a internet dá voz ao receptor (no meio de comunicação de massa jornal, por exemplo, a voz ao receptor é garantida apenas através da velha e ultrapassada “Carta dos Leitores”, que são selecionadas ao sabor do editor). Com isso, a mídia deixou de ser privilégio de uma elite ou de grupos que representam o poder dominante, já que qualquer cidadão, desde que tenha quebrado a barreira do acesso, pode produzir, armazenar e recuperar informações em diversas plataformas.

Castells (2013a) é o defensor mais enfático de que as mídias sociais foram fundamentais na articulação do movimento. Especialmente com as redes móveis de comunicação (smartphones), driblando a manipulação dos cartéis midiáticos. Após a veiculação, na internet, de inúmeras imagens registradas em aparelhos celulares, percebeu-se uma nova forma de narrativa dos acontecimentos, com pontos de vistas diversos

[...] compartilhando suas dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais. ‘Uniram-se’, como escreveu ele em seu mais recente livro ‘Redes de Indignação e Esperança’ (CASTELLS, 2013a, p. 7-8).

Para Castells, os movimentos que haviam surgido pouco tempo antes, como Os Indignados e o *Occupy*, não desapareceram. Porque agora, com as redes, os movimentos sociais nunca desaparecem. Também, as manifestações no Brasil jamais desaparecerão. Estarão sempre nas redes sociais. E podem ressurgir a qualquer momento. Embora possa parecer uma afirmação messiânica pelos verbos que o autor usa, a internet tem essa característica: o que é postado nela fica

armazenado e a disposição de quem quiser ter acesso ao conteúdo por um tempo indefinido. E, quando esses conteúdos forem acessados, poderão servir de inspiração para outros movimentos e manifestações.

No Brasil, a internet, como todo meio de comunicação, nasceu elitista. Fora assim com o jornal, em 1808, quando a maioria absoluta da população era analfabeta, logo não tinha acesso às publicações. Fora assim com o Rádio, na década de 20 do século passado, quando pouquíssimas pessoas tinham acesso ao invento de Marconi e à maravilha criada por Roquete Pinto. Fora assim com a TV que, em 18 de setembro de 1950, teve sua primeira transmissão veiculada por apenas 150 aparelhos, sendo que até dias antes da inauguração, Assis Chateaubriand parecia ter se esquecido de que não bastava apenas produzir uma programação, alguém precisava assisti-la. Alertado para esse “pequeno” detalhe, Chatô importou rapidamente 150 aparelhos RCA Victor dos Estados Unidos, alguns inclusive usados, e os distribuiu a amigos, na maioria, publicitários, ou seja, formadores de opinião e pertencentes à classe hegemônica.

No caso da internet, ela entrou no mercado pelas Universidades e, aos poucos, foi ganhando espaço nas empresas de comunicação, **Jornal do Brasil** à frente, nas empresas privadas e nas necessidades do cidadão comum. Os preços caíram e a potência dos aparelhos aumentou, hoje, quem não tem um computador pessoal, tem acesso a ele ou na escola em que estuda ou no local de trabalho. Além disso, a internet pode ser acessada pelos diversos tipos de *smartphones*, com o destaque de que o Brasil é um dos países com maior média de aparelhos celulares por habitante. De acordo com reportagem do jornal **Folha de S. Paulo**, de 16/04 de 2013, no Brasil havia 264 milhões de celulares, ou seja, uma média de 1,3 por habitante, sendo que em 68,2 milhões de aparelhos havia internet móvel. Com esse “arsenal tecnológico”, seria o caso de se seguir o caminho proposto, por Semeraro, para quem

[...] trata-se, agora, de fazer com que a circulação das informações e a criação do conhecimento não emanem de centros monopolizados e exclusivos, mas sejam construídos democraticamente por todos, local e mundialmente, no trabalho, nas escolas, nas organizações políticas, nos centros culturais, na diversidade de grupos e de etnias (SEMERARO, 2006, p.147).

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, que realiza anualmente uma pesquisa sobre o uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), até 2017, no Brasil haverá um computador por habitante. Há dois anos, se vendia no país um computador por segundo. Isso sem contar a interação que se faz por outros meios, especialmente *l pads* e *smartphones*. Embora em suas previsões Fernback e Thompson se referissem à qualidade e não à quantidade das relações internauticas, acredito que quanto mais pessoas tivessem acesso a este novo meio de comunicação, maior a possibilidade de se melhorar igualmente a qualidade destas relações. Por isso, acredito que estes números no mínimo colocam em cheque as previsões de Fernback e Thompson.

Esta troca de informações, a cada dia mais constante, provoca a formação de opinião e de um espírito crítico, às vezes a favor, às vezes contra, em relação aos fatos que incomodam.

Scherer-Warren (2002) identifica duas formas de organização dos movimentos sociais na era da informação. Afirma que a primeira é simbólica, traduzida nas grandes manifestações, citando, como exemplo, as marchas de trabalhadores desempregados ou precários. A marcha realizada cinco anos antes pelos trabalhadores Sem Terra, de vários pontos do país, convergindo para Brasília, onde todos se uniram para lembrar o que ficou conhecido como “O Massacre de Eldorado dos Carajás”, quando, em 17 de abril de 1996, houve confronto entre integrantes do MST e a polícia do Pará, resultando na morte de 17 trabalhadores.

A segunda forma de organização, de acordo com ela, seriam as nascidas das comunidades virtuais, em que os atores se reconhecem mutuamente e se fortalecem por meio do apoio solidarístico. À época, em que ela fez essa afirmação, a internet estava em seus primórdios (as comunicações pessoais tinham pouco mais de sete anos) e, hoje, passados 12 anos, conclui-se que ela foi profética, já que com o fortalecimento das mídias sociais (especialmente, o *Orkut*, que já existia e que encerrou suas atividades, em 2014, o *Twitter* que surgiu quatro anos depois e o *Facebook*, hoje, a principal delas), a capacidade de mobilização e de troca de informações aumentou enormemente, sendo, inclusive, impossível se detectar o quanto, porque enquanto se está fazendo o levantamento, os números vão se multiplicando em proporção geométrica.

Gohn (2013) lembra que hoje as marchas, manifestações, ocupações são realizadas a partir de convocações *online* e que de “convocados” os sujeitos podem

se transformar em ativistas, não apenas digitais, mas também presenciais formando um novo movimento social. Ela concorda que, sem exceção, o elemento agregador é um fato, uma causa vista como um problema social e, a partir daí, “[...] o movimento ganha novos ativistas. As pedagogias alternativas utilizadas também se recriam, se reinventam porque a conjuntura sócio-política, econômica, cultural, tecnológica é outra” (GOHN, 2013, p. 21).

A pesquisadora brasileira afirma que nas modernas manifestações há também encenações e representações visuais capazes de atrair a grande mídia e também há uma dimensão pedagógica “de aprendizagens, de construção de saberes e o desenvolvimento de mídias próprias nos blogs e mensagens” (Idem, p. 21-22).

Ela não concorda com estudiosos, como Zizek e Mike Davis, que criticaram a falta de um direcionamento a estes movimentos. Para ela, é preciso se levar em consideração pelo menos quatro pontos para se entender o que significam esses novos movimentos sociais. O primeiro é que os críticos estão tomando como parâmetro países antes considerados desenvolvidos e do “Primeiro Mundo”, quando a luta das classes sociais em países latino americanos é absolutamente diferente.

O segundo é que os movimentos sociais contemporâneos se inspiram mais nos ideais anarquistas do que na ótica teórica das esquerdas e da luta de classes. O terceiro diz respeito à afirmação de Immanuel Wallerstein, num artigo sobre as esquerdas, a partir de 2011, no qual afirma que

[...] o Occupy Wall Street, a Primavera Árabe e os Indignados não alcançaram tudo o que esperavam. Mas, sim, conseguiram alterar o discurso mundial, levando-o para longe dos mantras ideológicos do neoliberalismo – para temas como desigualdade, justiça e descolonização. Pela primeira vez em muito tempo, pessoas comuns passaram a discutir natureza do sistema no qual vivem. Já não o veem como natural ou inevitável (WALLERSTEIN, 2012, s/p.).

E o quarto é que o campo de luta dos atuais movimentos é diferenciado, quer se trate dos *Occupy*, nos Estados Unidos, de *Los Indignados* na Espanha e da Primavera Árabe. Acredito ser possível incluir aí, neste quarto ponto apresentado por Gohn, o que denomino Outono-Inverno Brasileiro. Para Gohn (2013, p. 25), “confundir ou tratá-los sem distinções significa ignorar a conjuntura política de cada

país: alguns tem a democracia como regra do jogo político; outros estão lutando contra o autoritarismo, buscando a democracia”.

Mas Zizek, autor de “2011, o ano em que sonhamos perigosamente”, não foi tão descrente assim em relação aos novos movimentos sociais como parece. Embora, para ele, um ano depois do auge dos movimentos, como o *Occupy Wall Street*, a Primavera Árabe (e certamente incluiria o Brasil se estivesse escrevendo hoje), tenham perdido energia, afirma:

[...] a primeira coisa a dizer é que o trabalho subterrâneo do descontentamento está em andamento: a fúria está crescendo e haverá uma nova onda de revoltas. [...] Eventos como os protestos do movimento Occupy Wall Street, a Primavera Árabe, as manifestações na Grécia e na Espanha, etc. devem ser lidos como sinais do futuro (ZIZEK, 2012, p. 129-130).

Semeraro (2006, p. 139) se refere à internet como, supostamente, delineadora de “um outro perfil de intelectual [no sentido gramsciano] que acabou prevalecendo em nossa sociedade”. Para ele, a revolução digital teve como consequência imediata o “encolhimento” das organizações de massa. Essa reflexão o faz perguntar:

Estaríamos assistindo à decadência dos intelectuais político-pedagógicos que de militantes, críticos e pesquisadores estariam passando a intérpretes, gerentes, divulgadores? Faz sentido, então, ainda falarmos em intelectual orgânico às classes trabalhadoras em uma sociedade onde as organizações de classe, os próprios partidos e os sindicatos costumam a se justificar? [...]. Será que o novo intelectual desenhado por Marx e Gramsci estaria vencido pela produção cada vez mais virtual da produção e do conhecimento? (SEMERARO, 2006, p. 143).

O próprio Semeraro responde a essas questões lembrando que tanto Marx quanto Gramsci não eram defensores da estagnação e contra os avanços científicos e tecnológicos. Assim, os novos intelectuais não devem menosprezar as ferramentas que surgem dessas inovações, mas devem tomar o devido cuidado para não se deixarem “comprar” por elas, que sempre trazem em si uma revolução passiva, ou seja, cedem, em parte, na forma de facilitação de trabalho, mas mantêm o domínio sobre as principais ideias, prendendo-o às formas hegemônicas de poder.

Pesquisa realizada pelo Instituto Gallup, no final de junho de 2014, concluiu que as mídias sociais não influenciam o consumidor. O fato gerou grande polêmica entre estudiosos do setor, com a maioria afirmando que o consumo é diferente dos relacionamentos.

Mas, na própria pesquisa, um dado chamou a atenção, o que reforçou a importância do consumidor no meio de comunicação, especialmente, das mídias sociais. Diariamente, de cada cem adultos, setenta participam de pelo menos uma rede social, que faz do volume de postagem algo fora do comum: cerca de 11 bilhões de acessos diários. São 4,75 bilhões de atualizações no *Facebook*, a principal mídia social dos dias de hoje, 400 milhões de tuitos no *Twitter*, 4 bilhões de vídeos assistidos no *Youtube*, mídia que mais divulga conteúdo acadêmico, e o *Instagram*, que publica apenas fotos e pequenos comentários, registra 1,2 bilhões de curtidas todos os dias. A mencionada pesquisa não levou em consideração o *WhatsApp*, que surgiu depois, como também não avaliou o tipo de informação que circula e nem sua suposta criticidade.

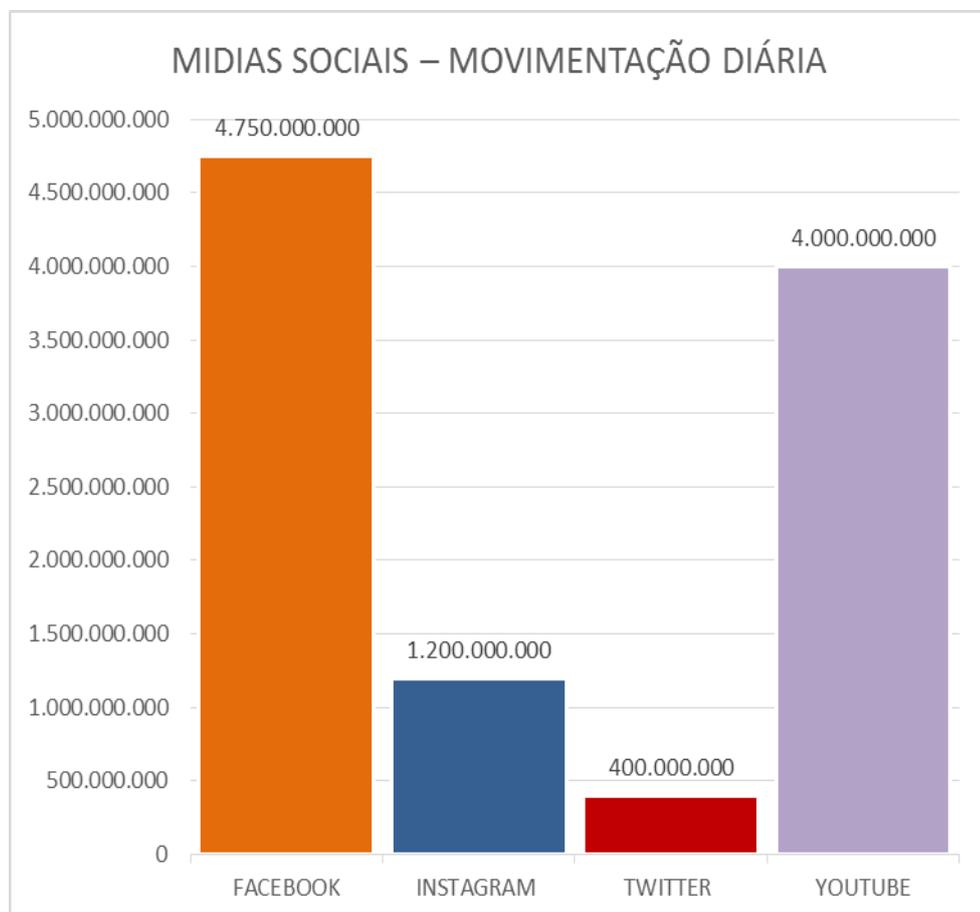


Gráfico 1. Mídias Sociais – Movimentação Diária.
Fonte: Instituto Gallup, Junho/2014.

2.2.1 A Revolução das Painelas

Os exemplos da capacidade de mobilização da internet são muitos. A Primavera Árabe e o Outono-Inverno brasileiro são apenas dois deles. Em 2008-2009, a Islândia passou por uma grande turbulência financeira, que provocou o que ficou conhecido como “A revolução das painelas”, porque além de objetos de percussão, os manifestantes usavam painelas e frigideiras nos protestos. Até 2007, a renda no país era a quinta mais alta do mundo e os islandeses ganhavam 160 por cento a mais que os americanos (CASTELLS, 2013a).

Esses números eram frutos de esquemas fraudulentos criados por três bancos, que tiveram rápido crescimento financeiro no início da expansão do capitalismo especulativo. Eles persuadiam seus clientes a aumentar seus débitos, convertendo-os, com juros menores, em paraísos fiscais como ilhas de Mann, Virgens, Cuba e Luxemburgo (Idem).

O crédito ilimitado tinha, como consequência, um consumo igualmente ilimitado, o que gerava um crescimento artificial da economia. Quando a bolha estourou, os bancos se socorreram do Banco Central que os ajudou a não entrarem em bancarrota, comprando grande parte de suas ações, o que em última instância significava a estatização dos bancos. Isso provocou uma queda livre na credibilidade do sistema financeiro islandês, com o PIB despencando.

No dia 11 de outubro de 2008, um roqueiro local, Hordour Torfason, sentou-se com sua guitarra em frente ao prédio do Althing, onde funcionava o Parlamento Islandês, em Reykjavík e “num canto de fúria” fez seu protesto contra os banqueiros e os políticos pela sua subserviência. Poucas pessoas pararam para ouvi-lo, mas uma delas gravou o protesto e o divulgou pela internet.

Em alguns dias centenas e depois milhares de pessoas protestavam na histórica praça de Austurvöllur. [...] De acordo com observadores desse processo de mobilização social, o papel da internet e das redes sociais foi absolutamente fundamental, em parte porque 94% dos islandeses estão conectados à internet e dois terços são usuários do Facebook (CASTELLS, 2013a, p. 35).

O resultado, ao final, foi a antecipação das eleições, a vitória de uma coalização de esquerda com a derrota dos dois partidos conservadores, que estavam no poder desde 1927, uma nova Constituição, escrita a partir de sugestões

da população, mudança do modelo econômico, fortalecimento das instituições de fiscalização, compensação aos islandeses pela perda de suas poupanças e punição aos que participaram do esquema montado em conluio com o governo. O resultado é que em dois anos o país se recuperou, com queda do desemprego de 10% em 2009 para 5,9% em 2012, alta do PIB e inflação reduzida de 18% ao ano em 2008 para 4% em 2012. Os últimos números divulgados pela mídia internacional sobre a inflação referem-se ao mês de janeiro de 2015: 0,818%. Se não bastassem os números da economia, há também outros como o fato de o país ter se tornado num dos menos violentos do mundo, com uma queda de quase 25%, após a “revolução”.

2.2.2 *Los Indignados, da Espanha*

Nenhuma manifestação ou movimento social nasce do nada. *Los Indignados*, da Espanha (ou M15, como foram chamados em alguns meios de comunicação), não tinham um programa específico, mas, ao contrário das manifestações no Brasil, por exemplo, sempre tomaram decisões em assembleias realizadas em locais ocupados pelo grupo de participantes. Lá, as mídias sociais foram igualmente utilizadas para manter as pessoas informadas, que não permaneciam nos acampamentos montados pelos manifestantes, e estas articulavam e mobilizavam mais apoiadores.

Não havia dúvida alguma que era um movimento contra os banqueiros e especuladores imobiliários e não aceitavam que a população arcasse com as consequências de uma crise financeira que não fora ela quem criara. A nacionalização dos bancos, realizada na Islândia e narrada acima, era uma referência para eles que não aceitavam os cortes no orçamento, realizados pelo governo espanhol como forma de resolver a crise. E, no meio disso tudo, havia a desesperança de milhões de jovens que não encontravam emprego num país em que a produção caía a cada mês. Havia nos protestos, igualmente, uma clara aversão a partidos que, de acordo com os manifestantes, não os representavam. Eram os cidadãos exigindo a reconstrução da política que se praticava no país ou, em outras palavras, um movimento que lutava por justiça social.

Em abril de 2011, o coletivo “Jovens sem Futuro”, surgido na Espanha, deu início pela internet a uma campanha em que exigiam saúde, educação e moradia de qualidade, além de defender essas exigências como direito de todos os cidadãos. A

partir daí os protestos de *Los Indignados* ganharam corpo, especialmente, ao tratar de hipotecas executadas com o despejo de jovens, idosos e famílias pobres que não tinham como pagar os bancos.

Los Indignados, que sempre se identificou como um movimento pacífico de cidadãos, teve um momento peculiar, no dia 27 de maio, na *Plaza Catalunya*, em Barcelona. A polícia expulsou os manifestantes, usando como argumento “questões de salubridade” e a ocorrência naquele dia do jogo entre o Barcelona e o *Manchester United*, pela Liga dos Campeões. Imagens da violência policial foram divulgadas na edição digital do jornal *El País* e os manifestantes, mais uma vez com apoio da internet, puderam voltar à praça. O porta voz do grupo, então, para demonstrar que o movimento era pacífico, informou que decidiram deixar parte da praça livre para que nela fossem instaladas televisões e os torcedores assistissem ao jogo. Castells (2013a) que viveu o antes, o durante e o depois do movimento, afirma ter convicção de que

[...] parlamentares e governos foram cúmplices dos banqueiros, cujos interesses defenderam mais do que os daqueles que os elegeram. [...] o movimento foi essencialmente político. Foi um movimento pela transformação de uma pseudodemocracia numa democracia autêntica. [...] A opinião geral era que os políticos viviam num mundo à parte, fechado, privilegiado, indiferentes às necessidades das pessoas, manipulando as eleições e a lei eleitoral para perpetuar seu poder como classe política (CASTELLS, 2013a, p. 98).

Campos Rebollar (2011) relembra que os primeiros escritos do grupo deixavam claro que seus membros eram cidadãos comuns iguais àqueles que estavam sofrendo o mesmo que eles. O primeiro destes escritos foi o *E-book* (livro virtual) “Indignados15M⁸”, postado na internet com opiniões de cerca de 20 pessoas, entre acadêmicos, estudantes e cidadãos comuns e identificava o grupo:

[...] somos pessoas normais e comuns. Somos como você: pessoas que acordam de manhã para estudar, trabalhar ou buscar trabalho, pessoas que têm famílias e amigos. Pessoas que trabalham duro todos os dias para viver e construir um futuro melhor. Uns nos consideramos mais progressistas, outros mais conservadores. Uns somos religiosos outros não. Uns temos ideologias bem definidas, outros nos consideramos apolíticos. Mas, muitos estamos

⁸ Disponível em: <www.mandalaedicoes.com>.

preocupados e indignados com o cenário político, econômico e social que vemos em volta (Indignados 15M, 27/05/2011).

Para a pesquisadora, estas palavras deixavam clara a intenção de se

[...] criar um movimento na sociedade civil de ampla base social, que abra espaço para todo tipo de pessoas, sem diferenciá-las por idade, classe social, crenças ou posições partidárias. Este amplo leque de participantes tenta confluír, através da indignação e do diálogo, em direção a alternativas possíveis e concretas que mudem o sistema. Por meio das assembleias desenham propostas para eliminar os privilégios da classe política, lutar contra o desemprego, para garantir o direito à moradia e o direito a serviços públicos de qualidade (saúde, educação), para que exista um controle das entidades bancárias, para garantir as liberdades cidadãos e uma democracia participativa (CAMPOS REBOLLAR, 2011, s/p.).

Os slogans de *Los Indignados* expressavam um sonho de liberdade. Entre eles estavam: “Uma outra política é possível”; “Não nos faltam dinheiro, sobram ladrões”; “Desliga a TV, liga o pensamento”; “Sem casa, sem trabalho, sem aposentadoria, sem MEDO!”; “Não, não nos representam”; e “Não sou contra o sistema. O sistema que é contra mim”; este retratando a realidade de outros países, como o Brasil, por exemplo.

2.2.3 *Occupy Wall Street*

Nos Estados Unidos, a culpa pela crise não era de ninguém. A bolha imobiliária estourou e, de uma hora para outra, milhões de pessoas ficaram sem casas porque não poderiam pagar as hipotecas e, simplesmente, as entregavam aos bancos que não tinham como vendê-las. A situação vinha se configurando há muitos anos e os dois principais partidos que dividem o poder desde a Guerra Civil Americana participaram de sua “confecção”. Milhões de empregos foram cortados e o presidente Barack Obama preferiu socorrer primeiro os bancos. Números, divulgados à época, demonstravam que o salário de um executivo crescera, em 20 anos, 300 vezes mais do que o de um trabalhador comum.

Houve aí um embate político partidário com todas as artimanhas que estes embates escondem. Foi quando, estimulados pelas notícias que vinham do Oriente Médio e Norte da África, um pequeno grupo achou que não se podia perder a fé no poder do povo. Rebatizaram a praça *Lower Manhattan*, no centro de Nova York, de

Praça Tahir, numa alusão à praça da resistência do Egito, e ao estilo dos Indignados da Espanha, que julgavam ser possível novas formas de mobilização e de organização; foram convocados, igualmente, pelas mídias sociais, montaram suas barracas, fizeram barricadas e divulgaram via internet o slogan que ganhou o mundo: “*Occupy Wall Street*”.

A reação da polícia foi proporcional ao entusiasmo dos ativistas. E isso fez com que, no dia seguinte, os acampados na praça Tahir americana se multiplicassem aos milhares, enfrentando a polícia, ocupando outras praças e se manifestando nas principais cidades americanas, entre as quais Washington (inclusive em frente à Casa Branca), Chicago, São Francisco, Fort Lauderdale, Cleveland, Los Angeles, Las Vegas, Seattle, Salt Lake City etc. De acordo com números divulgados pela mídia, houve manifestações em mais de mil cidades norte americanas.

Um estudo realizado por Christopher Chase Dunn, da Universidade de Califórnia, e citado por Castells (2013a), das 482 cidades da Califórnia, 143 tinham Grupos de *Occupy* no *Facebook*, que foi a mídia social mais utilizada durante o tempo em que houve manifestações. De acordo com Castells,

O *Occupy* nasceu digital. O grito de indignação e o apelo à ocupação vieram de vários blogs [...] e foram postados no *Facebook* e difundidos pelo *Twitter* [...]. Em muitos casos a ameaça de ação policial foi informada por tuítes e sua mobilização instantânea desempenhou destacado papel na proteção dos ocupantes. Usando seus celulares, os manifestantes conseguiram constantemente divulgar informações, fotos, vídeos e comentários, construindo uma rede de comunicação em tempo real que cobria o espaço ocupado (CASTELLS, 2013a, p. 131).

Quando chegou o inverno, entretanto, os manifestantes do *Occupy* não resistiram ao frio, desmontaram suas barracas e voltaram para casa. Uma derrota à Napoleão? Com certeza que não. Porque a causa permaneceu e tem servido de “mote” para outras ocupações. De acordo com o site *Occupy.com*, criado para difundir os movimentos em todo o mundo, estas ocupações foram realizadas em pelo menos 16 países, entre eles a Alemanha, a Escócia, a Inglaterra, a Nigéria e a Austrália, onde várias cidades aderiram ao movimento. As principais foram a capital Camberra e outras grandes cidades, como Melbourne, Sidney, Adelaide e Wollongong.

Além disso, o *Occupy Wall Street* ganhou espaço na mídia tradicional, como o jornal britânico *The Guardian*, que abriu espaço criando a seção “*Occupy News Movement*”, para destacar notícias de ocupações em outros países, como Hong Kong e, especialmente, nos países do Reino Unido, como Escócia e a própria Inglaterra.

2.2.4 A vitória em Vitória, no Brasil

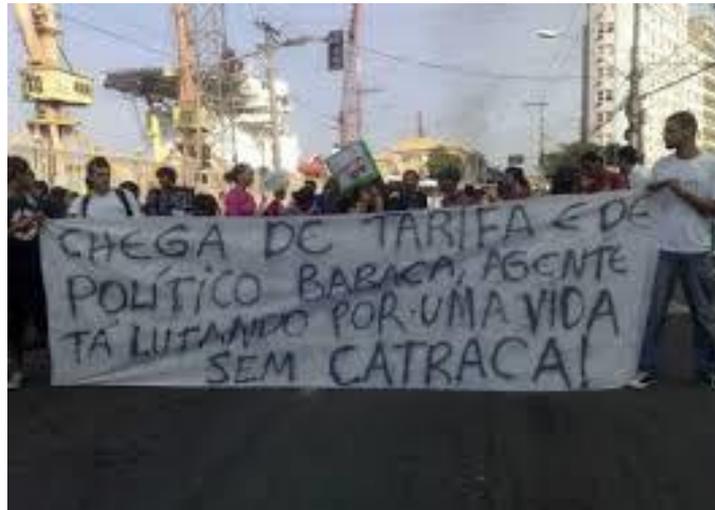


Figura 4. Manifestação em Vitória – ES – Brasil 02/06/2011.
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Numa das primeiras manifestações, que tiveram o apoio de ferramentas virtuais no Brasil, a grande arma dos estudantes que a coordenaram, foram o *Youtube*, o *Twitter* e o *Facebook*. Em maio de 2011, na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, no Brasil, muitos muros foram pichados com os dizeres “Dia 02 de Junho Vitória vai parar”. E de fato parou. Um grupo de manifestantes fez uma barricada com pneus queimados em frente à sede do governo estadual na principal avenida da cidade. Ninguém sabia quem eram, nem como tinham se organizado. Sabiam apenas o motivo do protesto: queriam o passe livre para estudantes e a redução da tarifa para o trabalhador comum. Ao meio dia as negociações não haviam avançado e o trânsito no lado sul da ilha estava imóvel. O Governador deu a ordem e o Batalhão de Missões Especiais dispersou os manifestantes em segundos, usando balas de borracha, cassetetes e bombas, além do tradicional gás lacrimogêneo. Um dos manifestantes “transmitiu”, via *Twitter*, a ação policial, que incluía chute nos rostos de um sindicalista, tiros contra todos que por ali estavam,

inclusive, os que não participavam da manifestação, como profissionais de jornalismo.

Embora a dispersão tenha acontecido em segundos, menos de meia hora depois já havia postagens, no *Facebook* e no *Twitter*, convocando para outra manifestação às 3 horas da tarde em frente à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Desta vez, ir-se-ia protestar contra a violência e a “força excessiva” utilizada pela Polícia Militar.

A manifestação na UFES também foi rechaçada violentamente pela polícia, que chegou a invadir o campus para agredir estudantes. Milhares de fotos, vídeos e testemunhos invadiram as mídias sociais. À noite, os principais telejornais do país não tiveram outra alternativa a não ser mostrar o que acontecera. Maquiaram até onde puderam, noticiando o fato com pequenas notas lidas pelos apresentadores, mas não puderam esconder os acontecimentos, como era costume em outras ocasiões nas ações dos movimentos sociais. Isso porque nas Mídias Sociais as imagens reais estavam circulando e sendo compartilhadas por milhões de internautas.

Há uma série de explicações para não apenas este, mas também outros protestos de jovens. A primeira delas é que hoje há, de acordo com o IBGE, em levantamento de 2012, muito mais universitários do que havia antes: eles passaram de 15% da população brasileira, em 2002, para quase 30% em 2011. Portanto, hipoteticamente, os jovens estão mais instruídos. “Hipoteticamente”, porque há um grande debate, neste sentido, de que estaria havendo uma priorização da quantidade em relação à qualidade do ensino, especialmente, no público. Além disso, como lembra Castells,

As multidões têm hoje instrumentos para se organizar e se reunir quase instantaneamente, pelas mídias sociais como o Twitter e o Facebook [...] O novo espaço público, formado pela intersecção do universo com o local gerou um contra poder. Pela primeira vez na história, as forças de mudança reúnem força e condições de encurralar o poder (CASTELLS, 2013b, s/p.).

Na edição de 24 de junho de 2013, a Revista *Época* registrou:

O universitário brasileiro Lucas Brito, de 22 anos, usou o alcance das redes sociais para organizar uma manifestação contra a apresentação do projeto de lei que autorizava o tratamento médico

da homossexualidade. A ideia surgiu entre Brito e seus colegas da Assembleia Nacional de Estudantes, que postaram uma convocação no Facebook. Em apenas quatro dias dizem ter reunido 9 mil jovens diante do Congresso Nacional para protestar com “beijaços” contra a “cura gay”. Graças à manifestação conseguiram entregar uma carta ao presidente da Assembleia, Henrique Alves. “É impensável mobilizar milhares de pessoas sem o Facebook” – disse ele. Por causa da pressão desta e de outras manifestações, o deputado responsável pelo projeto, João Campos, pediu que o projeto fosse arquivado (REVISTA ÉPOCA, 24/06/2013, s/p.).

Um dos cuidados, que se deve tomar com essa mídia, que Vesce (2011, s/p.) aponta, como a mais promissora desde o surgimento da televisão em 1950, é que há muita informação disponível nela. Ao contrário do jornal, do Rádio e da TV, que têm espaços limitados para veiculação de informação, na internet é ilimitada, uma vez que pode ser armazenada de forma que todos tenham acesso a ela quando quiserem. Com esse excesso de informação, há uma tendência a se dedicar menos tempo para análise do conteúdo veiculado, o que tem, ao longo dos tempos, sido responsável por diversos erros de informação e também de interpretação por parte dos receptores.

Há muitos destes exemplos, alguns pouco divulgados, como o fato de recentemente o governo americano ter sido obrigado a vir a público duas vezes em consequência de e-mails enviados à Casa Branca e histórias que circularam em sites de relacionamento em tal quantidade que o Pentágono achou por bem desmentir publicamente. A primeira delas foi para garantir que as pesquisas da NASA, a agência espacial americana, não haviam encontrado vida fora da Terra. E a segunda, na primeira semana de 2012, para garantir que não existe a menor possibilidade de um planeta ou asteroide gigante se chocar com a Terra, a principal versão para o fim do mundo que estaria marcado para ocorrer em dezembro de 2012.

O poder da Internet é tão grande hoje que, em vários momentos, podemos observar veículos poderosos e instituições se rendendo a ela. Além dos casos já citados, há outros dois ocorridos, um nacionalmente e outro regionalmente. Durante a Copa, a apresentadora Patrícia Poeta, sem saber que estava no ar, apareceu “pigarreando”. O vídeo, do que a Globo chamou de “aquecimento de cordas vocais”, algo comum entre apresentadores, circulou em portais como UOL e TERRA e, principalmente, em mídias sociais como *Youtube* e *Facebook*, sendo assistido por cerca de cinco milhões de pessoas. Isso levou William Bonner a usar três minutos do Jornal Nacional, no dia seguinte, para conversar ao vivo com ela e Galvão Bueno para explicar ao telespectador o que acontecera.

Em Mato Grosso, as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde negaram, por um tempo, que existiam casos de mortes em consequência da Gripe H1N1, em Cuiabá e no Estado. Nas Mídias Sociais, a versão era outra. Os casos eram contados com detalhes e, às vezes, até com o nome da vítima. Pressupõe-se que as informações eram passadas por profissionais que trabalham dentro de hospitais e postos de saúde que atendiam aos casos. Em razão disso, depois de alguns dias a Secretaria Estadual de Saúde divulgou uma nota oficial, reconhecendo os casos e as mortes e, também, informando que providências estavam sendo tomadas.

Há também a questão da confiabilidade. Após o acidente com um avião da Gol, em Mato Grosso, uma TV boliviana em um de seus telejornais⁹ veiculou duas fotos como se fossem as primeiras obtidas pela equipe de resgate e que teriam sido conseguidas da máquina fotográfica de um dos passageiros. A primeira foto, absolutamente fantástica, mostrava o avião partido ao meio, ainda no ar, com o pânico instalado a bordo. A outra foto mostrava um passageiro sendo sugado para fora do que restava do avião. Na realidade, as fotos eram promocionais da primeira temporada do seriado de TV “*Lost*” e mostravam o acidente que aconteceu no início do primeiro capítulo, quando parte do avião caiu numa ilha deserta.

Em entrevista ao Programa do Jô, o cronista e escritor Luiz Fernando Veríssimo, comentou que cerca de 90% dos textos que circulam pela internet como se fossem de autoria dele não o são. São os chamados **fakes**, textos atribuídos a determinados autores, mas que na verdade foram escritos por outros internautas.

Essa prática é antiga. Há seis anos, no mesmo Programa do Jô, a jornalista Cora Rónai, editora de tecnologia do jornal O Globo, à época casada com o também jornalista Millor Fernandes, comentou que a maioria das frases que circulavam pela internet atribuídas ao marido, não eram de autoria dele. Para Vesce (Idem), “cabe ao professor orientar o aluno no sentido de que é preciso filtrar as informações e verificar quem está escrevendo, a que instituição está vinculada e a partir de que visão de mundo faz isso”.

Provavelmente, imaginando que no futuro seriam criados meios de comunicação, como a TV e a Internet, com essa capacidade de aglutinação e divulgação de pensamentos hegemônicos, Gramsci advertia que essas inovações tecnológicas não poderiam ser aceitas acriticamente, como já nos referimos ao citar Semeraro (2006).

⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W4PGTcaqoNs>>.

2.3 A internet como instrumento de indignação pública

Muito antes dos movimentos virtuais ganharem espaço no debate e nas análises acadêmicas, a internet já era considerada o mais moderno instrumento de indignação pública, pelo alcance que tinha, pela rapidez com que propagava as reivindicações dos internautas e pela facilidade com que atingia todas as idades e classes sociais por meio dos sites de relacionamentos, sobre os quais não havia domínio de nenhum poder hegemônico.

Um dos casos mais famosos envolveu a nigeriana Amina Lawal Kuramani, em 22 de outubro de 2002, considerada adúltera porque confessara que mantivera relações sexuais e tivera uma filha quando não estava casada, foi condenada por um Tribunal do país à morte por apedrejamento.

A Anistia Internacional iniciou uma campanha, a primeira via e-mail, convocando os internautas a enviarem mensagens ao presidente nigeriano Olusegun Obasanjo. O texto da Anistia dizia o seguinte: “Você pode ajudar a salvar Amina enviando mensagens ao presidente da Nigéria. Isto não é um desses abaixo assinados que circulam pela internet”. E acrescentavam o e-mail de Obasanjo. Em meados de agosto do ano seguinte, 8,6 milhões de mensagens haviam sido enviadas ao Presidente. Um mês depois a sentença, baseada numa lei islâmica, a Sharia, que determina o que pode ou não ser feito pelos muçulmanos dos países que a adotam, foi revogada.

No Brasil, quando a internet, como instrumento de aglutinação e mobilização de indivíduos, estava começando a ganhar corpo, um dos casos que ficaram famosos foi a indignação, via internet, pela morte do menino João Hélio Fernandes, de seis anos. Ele ficou preso no cinto de segurança do carro depois que a mãe fora assaltada e tivera seu carro levado pelos assaltantes e foi arrastado, por sete quilômetros, preso à porta traseira. O caso aconteceu em fevereiro de 2007, no Rio de Janeiro.

A grande mídia noticiou o caso com estardalhaço, mas o que fez o caso ficar na memória das pessoas foi a ação de ativistas digitais, que criaram no *Orkut* o grupo “Senhor, ilumine o João”, já que, nos veículos de comunicação, o caso foi destaque apenas enquanto não apareceu um novo que desse a audiência que eles procuravam ao noticiar o caso João Hélio. Em quatro dias, cerca de 50 mil pessoas estavam participando da comunidade, discutindo não apenas o caso, mas o que se

fazer. O caso foi destaque, também, em outra rede de relacionamento extinta e reativada recentemente, desta vez agregada ao *Facebook*, o MSN.

A época, duas crianças de 12 anos, Caio e Mariana Mangieri conversavam, via MSN e Caio perguntou porque ela usava uma rosa antes do nome dela. Ela disse que era em homenagem a João Hélio e sugeriu ao amigo que fizesse o mesmo. Ele o fez e, em menos de duas horas depois, 23 amigos de Caio também estavam usando a flor à frente do *nick* (apelido).

2.4 A internet como meio de veiculação de lutas em favor da educação

A sociedade civil e, em especial, o cidadão, individualmente, se apropriou das mídias sociais para fazer frente aos tradicionais meios de comunicação (jornal, revista, rádio e TV), que nunca deixaram de ser propriedade de um pequeno grupo ligado à classe dominante, o que tornara a luta pela hegemonia ainda mais desigual. Assim, nos últimos anos vem se multiplicando ações isoladas ou desencadeadas por grupos que defendem causas e acabam servindo de fonte para os tradicionais meios de comunicação, especialmente a televisão, a qual exerce uma grande influência na formação da opinião pública e, conseqüentemente, na construção da cultura que, como já afirmara Gramsci, está na raiz da construção das relações hegemônicas.

Em 2012, os professores de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (universidades e institutos federais de ensino) fizeram a maior greve de sua história, parando por 127 dias. Alguns professores, que fizeram parte do Comando Local de Greve, em Mato Grosso, chegaram a afirmar que gostariam de participar mais desta movimentação, mas quase não entendiam de internet e muito menos de como operar essas mídias. E esse é um outro problema detectado em pesquisas, quando se relaciona educação com internet. Em 2011, o Comitê Gestor de Internet no Brasil fez uma pesquisa com mil e quinhentos professores e cerca de 5 mil alunos de 497 escolas públicas de todo o país. O resultado foi que 64% dos professores afirmaram que seus alunos entendiam mais que eles sobre internet. Era o confronto da chamada Geração Analógica com a Geração Digital.

Apesar disso e, também, porque um ano depois o quadro era um pouco diferente, durante todo o período da greve, o *Facebook* e o *Twitter* foram os principais meios de divulgação das ações do grupo. Era por meio destas duas mídias sociais que os professores debatiam entre si estratégias (*on* ou *off-line*) e

com outros internautas, inclusive, alguns contrários à greve. Não houve nenhum levantamento oficial sobre quantas mensagens foram trocadas sobre o tema, no período em que durou o movimento, apenas em Mato Grosso foram criados cerca de dez perfis no *Facebook* para esse debate.

Hoje, com o surgimento do *Whatsapp*, um aplicativo ligado ao número do celular e que automaticamente permite a conexão via mensagem de textos, imagens e postagens de *links*, o domínio do conhecimento das novas tecnologias se ampliou, mesmo entre os professores.

Um dos casos mais conhecidos do uso das mídias sociais, como *arma* da educação e de educadores, foi uma audiência pública realizada em Natal (RN), na qual os professores estavam em greve por melhores salários e condições de trabalho. O poder hegemônico, representado ali pela Secretaria de Educação e pelo Presidente da Assembleia Legislativa, foi “desmascarado” por uma professora, Amanda Gurgel, até então desconhecida do grande público, embora fosse ativista, inclusive ligada a um partido de esquerda, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Num depoimento de pouco mais de 8 minutos, ela desmontou os argumentos de deputados e da Secretária, mostrando seu contracheque e apontando erros na aplicação de recursos da Educação. O vídeo postado na mídia social *Youtube* e reproduzido por centenas de internautas, no próprio site do *Youtube*¹⁰, teve cerca de 10 milhões de acessos entre todas postagens.

A repercussão foi tão grande que Amanda Gurgel foi convidada a participar do principal programa dominical da Rede Globo, “Domingão do Faustão¹¹”, onde teve um espaço de vinte e três minutos e quarenta e um segundos. Bem maior, por exemplo, do que o de programas como Bom Dia Brasil, Bom Dia Praça e Telejornais regionais. No **Domingão**, parte do vídeo foi mostrado e ela foi entrevistada. Ao final, ao vivo, a professora pediu à plateia que aplaudisse os professores que, no momento, estavam em greve em Natal. E foi aplaudida em pé por alguns longos minutos. Pela primeira vez na história da Rede Globo, o principal meio hegemônico de comunicação do país (apenas porque é a que dá mais audiência) aplaudiu grevistas que lutavam exatamente contra o poder hegemônico que ela representava.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4P2QXsvxa6Y>>.

¹¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8tZVi23zjnA>>.

CAPÍTULO III

A PRIMAVERA ÁRABE E O OUTONO-INVERNO BRASILEIRO

Como demonstrado no capítulo anterior, desde o início deste século, a internet tem se transformado em um importante instrumento de apoio aos movimentos sociais. E, a partir de 2010, ganhou importância maior tanto no exterior quanto no Brasil. De simples meio de comunicação, a internet se transformou em importante meio de troca de conteúdo, debates e mobilização.

Neste terceiro capítulo, tomo como exemplo os dois principais movimentos surgidos no início desta década. Inicialmente, a intenção era focar apenas a Primavera Árabe, o movimento que nasceu em 2011 na Tunísia depois da autoimolação de um vendedor ambulante, que desde os nove anos era achacado pela polícia para poder vender suas frutas e sustentar sua mãe e duas irmãs. Este movimento se estendeu, posteriormente, por mais 16 países do Oriente Médio e do Norte da África. Dois anos e meio depois, quando o levantamento bibliográfico desta pesquisa estava em andamento, o Brasil foi tomado por manifestações que reuniram milhares (ou milhões, de acordo com meios de comunicação) de pessoas, inicialmente, protestando contra o aumento da tarifa do transporte coletivo em São Paulo, mas que se espalhou por todas as capitais do país, além de cidades de médio porte, com reivindicações que iam de saúde e educação de qualidade a críticas à política econômica, à violência policial e à inflação, que aos poucos parecia estar voltando ao país. Estas manifestações foram nominadas por alguns estudiosos, como Mauro Iasi, Helena Singer, Marlene Novaes, Aristóteles Berino, Carlos Lessa e Ivana Bentes, como “Jornadas de Junho” e as quais denomino “Outono-Inverno Brasileiro”.

A manifestação realizada em Cuiabá, sobre a qual entro em detalhes ainda neste capítulo, foi, para os veículos de comunicação da cidade e para muitos participantes com quem conversei durante o protesto, a maior da história, superando até mesmo a das Diretas Já, realizada na década de 1980. Há de se levar em consideração aí que a população de Cuiabá hoje é bastante superior à de 20 anos atrás. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, as duas principais capitais brasileiras em termos populacionais, os meios de comunicação falaram em um e até dois milhões de pessoas nas ruas. Mas torna-se difícil mensurar este número. Um exemplo foi o comício das Diretas Já, realizado na Candelária, que passou para a história como o

“Comício de um milhão de pessoas”. Mas uma semana depois, o Jornal do Brasil, a partir de uma foto aérea, demarcando a “mancha” de pessoas e levando em conta o critério da Polícia Militar (quatro pessoas por metro quadrado), chegou à conclusão que havia pouco menos de 300 mil pessoas na Candelária.

Aqui dedico, também, atenção às manifestações acontecidas em Cuiabá, das quais participei, como observador e pesquisador, utilizando a metodologia já descrita na “Apresentação” deste estudo. Ao final do capítulo, apresento o “olhar” de sete profissionais, a quem livremente chamo de ‘especialistas’, porque se debruçaram sobre as manifestações do Oriente Médio, Norte da África e do Brasil. São eles a pesquisadora brasileira Maria da Glória Gohn, a jornalista e pesquisadora Raquel Recuero, o jornalista britânico Malcon Gladwell, o sociólogo espanhol Manuel Castells, o filósofo francês Pièrre Levy e o historiador marxista brasileiro Valerio Arcary

O critério para a escolha de cada um deles foi o fato de terem se debruçado sobre estes movimentos, estando autorizados, portanto, a descrever um painel geral do que foram estas manifestações. A minha expectativa era de que o seu conhecimento sobre tais manifestações me ajudasse a confirmar a tese que defendo: que pela sua capacidade de mobilização e sua característica de ser um novo espaço público (CASTELLS, 2013b s/p.), a mídia social pode ser igualmente uma ferramenta importante na formação do internauta, como sujeito político, formação que seria um dos passos para a elevação cultural da massa.

3.1 Primavera Árabe

Tunis, Tunísia, 17 de dezembro de 2010. Tarek al-Tayyib Muhammad ibn Bouazizi, ou simplesmente Sidi Bouazizi, iria entrar para a história e nunca ficaria sabendo que fora a faísca que os tunisianos precisavam para se livrar de 24 anos de um regime corrupto e autoritário comandado por Zine El-Abidine Ben Ali. Órfão desde os 10 anos, Sidi se viu obrigado a se transformar num trabalhador e assumiu para si a responsabilidade de sustentar a mãe e duas irmãs. Sem a possibilidade de arrumar um emprego formal pela idade, transformou-se num vendedor ambulante de frutas. Sempre fora achacado por policiais que exigiam que ele lhes pagasse propina para continuar a vender suas frutas. Vinte e seis anos depois, nada mudara. Cansado de pagar a propina foi até o governo regional para denunciar os policiais e

exigir uma autorização formal para continuar seu comércio. Lá, teria sido destrutado e até agredido por uma mulher. Revoltado, saiu à rua, comprou um litro de gasolina e autoimolou-se, ateando fogo ao próprio corpo, que ficou 80% tomado por queimaduras de primeiro, segundo e terceiro graus.

As imagens postadas no *Youtube*, por um primo que o acompanhara, chocaram todo o mundo. E, na Tunísia, gerou uma onda de solidariedade com os cidadãos saindo às ruas exigindo a renúncia de Ben Ali e mudanças no governo. Houve confronto, o qual resultou em milhares de mortos e feridos. Dezenove dias depois, Bouazizi morreu em consequência das queimaduras. Nas manifestações, quase sempre convocadas pelas mídias sociais, vários cartazes diziam: “Somos todos Bouazizi¹²”.



Figura 5. Bouazizi vivo e se auto imolando.

Fonte: <<http://www.imurenge.com/readnews.php?id=128>>.

Com a morte do ambulante, as manifestações aumentaram e, uma semana depois, o Primeiro Ministro da Tunísia anunciou que Ben Ali não se encontrava mais em condições de comandar o país. Ele se exilou na Arábia Saudita e alguns meses depois, juntamente com a mulher, foi condenado a 35 anos de prisão por desvio de dinheiro público. No ano seguinte, a condenação foi a prisão perpétua pelas mortes durante as manifestações.

Quatro anos depois, a Tunísia ainda vive uma tensão. Um ano depois das primeiras manifestações, convocadas por meio das mídias sociais, já surgiam questionamentos. As ações, que culminaram com a queda do presidente ditador, foram comandadas, principalmente, por jovens mais identificados com os chamados

¹² No original: “We are all Bouazizi”.

partidos progressistas. Mas na eleição, que escolheu o governo temporário, quem ficou com a maior parte das cadeiras foi o ultraconservador partido islâmico Ennahda, apenas um figurante em todo o processo inicial.

Depois de mais um ano, novos protestos, novos debates, via mídias sociais, levaram Ennahda a perder as eleições legislativas, realizadas em outubro de 2014, e a sequer lançar candidato a presidente nas eleições em 23 de novembro. O professor tunisiano, Hatem M'Rad, acredita que tanto a derrota nas eleições quanto o não lançamento de candidatura presidencial foram consequências das pressões contra o péssimo governo, marcado por assassinatos, violência, insegurança econômica e terrorismo. De acordo com M'Rad, entretanto,

o diálogo civilizou o jogo político na Tunísia [...] e resolveu questões espinhosas. Uma Carta foi promulgada e eleições marcadas com o objetivo de formar um governo de união nacional. [...] Os líderes do Ennahda, enquanto governaram, se revelaram tão oportunistas quanto os empresários do regime de Ben Ali, contra os quais lutaram. Deixaram o país em estado desastroso. Os eleitores não se enganaram ao afastá-los do poder. Foi uma fase histórica do Ennahda no poder. Será lembrada como um contra modelo, ou aquilo que não se deve fazer quando a maioria assume o poder (M'RAD, 2014, s/p.).

Sidi Gaber, Alexandria, Egito, 06 de junho de 2010. Khaled Mohamed Saeed, um jovem apaixonado por computadores e que estudara Programação de Dados nos Estados Unidos, estava num Ciber Café quando dois policiais entraram e começaram a agredi-lo. A brutalidade continuou do lado de fora, onde Saeed foi espancado diante de uma multidão. Ele era acusado, sem provas, de envolvimento com o tráfico de drogas, punido com a morte na região (na verdade, divulgara um vídeo com provas da corrupção policial).



Figura 6. Khaled Saeed vivo e morto.

Fonte: <<http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http%3A%2F%2F2.bp.blogspot.com%2F>>.

A consequência foi que, inspiradas pelo sucesso dos tunisianos, as manifestações tomaram conta do Egito, começando numa região que tradicionalmente se opusera a ditadura de Hosni Mubarak que estava no poder havia 30 anos e que era um dos mais poderosos Chefes de Estado do Oriente Médio. Também, no Egito, as mídias sociais foram fundamentais na mobilização para as manifestações que acabaram se concentrando na Praça Tahir, onde foram feitas barricadas e, em apenas 18 dias, levaram Mubarak a renunciar. Antes, porém, o governo de Mubarak tentou de todas as formas evitar que o sentimento de revolta se espalhasse por todo o país, já que a conexão entre os internautas crescia a cada dia. Quatro egípcios atearam fogo ao próprio corpo.

O governo de Mubarak, que já censurara a mídia, bloqueou a internet e as transmissões dos sites de mídias sociais que ajudavam na convocação de manifestantes. Depois foi a vez de bloquear as mensagens de texto do *Blackberry*. Em poucas horas estava quase que totalmente bloqueado o acesso à internet no país. Neste momento, a rede de TV Al Jazeera foi fundamental, porque mantinha os manifestantes e a população informada por meio de relatos que recebia via telefone de quem estava na praça sitiada. Quando o governo fechou sua conexão com o satélite, ela passou a usar a conexão de outras redes de TV Árabes contrárias a Mubarak. Ao mesmo tempo, um grupo de *hackers* conseguira desfazer todas as ações de bloqueio do governo. Foi o fim de três décadas de desmandos.

No Egito, menos de um ano depois da derrubada de Mubarak, uma multidão voltou às ruas, atendendo ao chamamento das mídias sociais. O Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA), que apoiara a derrubada do ex-ditador, tentou capitalizar a vitória para si (CASTELLS, 2013a) e chegou a apresentar um documento com as regras que deveriam ser seguidas pelo Parlamento, que sequer tinha sido eleito para elaboração da nova Constituição do país, uma das exigências dos manifestantes.

O documento dava plenos poderes aos militares. Foi o novo estopim para manifestações. Em novembro, voltaram a ocupar a praça Tahir. No início, era um pequeno grupo, inclusive, com mulheres. Os militares atacaram os manifestantes, mas estes tinham a seu favor a “arma” das mídias sociais, das quais se valeram para denunciar os ataques. No dia seguinte, a praça estava tomada por milhares de manifestantes “para defender o espaço público libertado” (CASTELLS, 2013a).

O resultado foi o pedido de demissão do Primeiro Ministro, que, no entanto, foi substituído por um antigo ministro de Mubarak, o que levou os manifestantes a criarem o slogan “A revolução vai continuar”, divulgado para o país e o mundo, mostrando qual era a intenção de todos ali. Em 20 de janeiro, de acordo com Castells (2013a), Joda Elsadda, do Centro Feminino de Mídia escreveu:

[...] o trabalho não foi concluído. Podemos ter derrubado Mubarak, mas o regime liderado pelo CSFA continua intacto. Nos primeiros dias da revolução, os militares apareceram ao lado do povo; hoje o povo está contra o CSFA e o regime militar. Por quê? Porque o CSFA está tentando restaurar o antigo regime e as pessoas perderam a fé em sua capacidade de conduzir o Egito a um futuro democrático (CASTELLS, 2013a, p. 67).

O resultado foi que as Forças Armadas se renderam à pressão das manifestações, o Presidente eleito foi derrubado por um golpe militar e fala-se, desde 2014, na formação de um governo de coalizão para se colocar fim aos confrontos e que poderia atender a voz das ruas que explodira três anos antes.

Além da Tunísia e do Egito, foram atingidos pela Primavera Árabe países como o Iêmen, Kuwait, Jordânia, Iraque, Argélia, Síria e Líbia, onde o ditador Muammar Abu Minyar al-Gaddafi, que estava no poder há 42 anos, foi morto, de acordo com informações oficiais, pelos rebeldes.

Quase quatro anos depois do movimento que ficou conhecido como Primavera Árabe, pesquisadores, como M´Rad (2014), afirmam que foi uma Primavera que ainda não acabou, porque os desdobramentos estão na ordem do dia ou inspirando novos movimentos não só na região onde ele começou, mas em todo o mundo. Para o mais importante acadêmico e pensador de esquerda do Oriente Médio, o economista Samir Amin, hoje com 82 anos, a Primavera Árabe é um movimento que vai durar muitos meses e muitos anos.

Numa entrevista ao jornal francês L’Humanité, em agosto de 2011, ele expôs os motivos de sua afirmação. Para ele não se tratava apenas de movimentos para a derrubada de ditadores. “Esta foi apenas uma fagulha para um desejo maior e contido da população. O que se pede nas ruas e praças – é justiça social, o que não se consegue da noite para o dia” (AMIM, 2011a).

De acordo com Amin (2011a), depois do movimento que atingiu 18 países do Oriente Médio e Norte da África, o que se queria era uma mudança que levasse pelo

menos à diminuição da diferença na distribuição de renda. O que estava em xeque era a submissão de alguns países aos Estados Unidos e ao sistema que ele professa. Para Amin (2011a), a democratização da sociedade com a queda dos ditadores também está em pauta, mas o peso maior estava no desejo de implementação de uma

[...] justiça social e de outras políticas econômicas e sociais que atendessem mais o cidadão, eu diria, anti-imperialista, o que levará, portanto, anos com, claro, altos e baixos, avanços e recuos, porque não vai encontrar a sua solução nas próximas semanas e meses (AMIN, 2011a, s/p.).

Cinco meses antes da entrevista ao **L'Humanité**, num evento em Londres, Samir Amin dera uma entrevista, à revista brasileira **Carta Capital**, na qual afirmou que “os jovens politizados à esquerda, mas fora dos partidos tradicionais, trouxeram a reboque os demais movimentos sociais que provocaram a queda de Mubarak” (AMIN, 2011b, s/p.).

Na mesma entrevista, Amin argumentou que a “vanguarda de jovens que derrubou Mubarak é altamente politizada. Não são necessariamente críticos do capitalismo, mas não aceitam esse capitalismo que aí está e sua consequente pauperização” (AMIM, 2011b).

Amin fez, igualmente, uma análise da Primavera Árabe como um todo e da importância das novas mídias em sua mobilização. Para ele, era fundamental evitar generalizações, porque cada país atingido pela onda de protestos tinha peculiaridades próprias e outras comuns: em todas havia jovens politizados à esquerda, “no caso do Egito de partidos de tradição comunista”. Em nenhum dos países eles eram poucos. Quando chamaram as manifestações, em poucas horas, havia milhões de pessoas nas ruas.

No caso do Egito, juntaram-se a eles os partidos comunistas radicais e os da classe média democrata, honesta em seus princípios contra a violência policial, “mas não fundamentalmente crítica nem do capitalismo, nem dos aliados norte-americanos e da tolerância do sionismo de Israel. Mas com elementos democráticos” (AMIM, 2011b).

A Irmandade Muçulmana, que viria a assumir o poder nas primeiras eleições, boicotou o movimento nos três primeiros dias, mas, quando viu que Mubarak estava sem saída, juntou-se aos manifestantes na Praça Tahir e participou da

resistência contra a violência do regime, a qual viria a reproduzir posteriormente, quando assumiu o poder.

Outros estudiosos do movimento, que vivem na região, como Andrey Korotayev e Julia Zinkina (2011), afirmam que a péssima qualidade de vida da população era reflexo das altas taxas de desemprego, da falta de liberdades, da injustiça social e da falta de infraestrutura em locais em que os benefícios de economias em crescimento, como a do Egito, ficava nas mãos de uma minoria corrupta.

Embates, como os que aconteceram na Tunísia, em relação à troca de partidos no poder parecem confirmar a tese de Castells (1999), segundo a qual os partidos políticos são essenciais no processo de reivindicações pontuais da sociedade. Mas, ele considera que na Era da Informação, os sujeitos efetivamente capazes de prover as transformações necessárias à sociedade são os movimentos sociais, que rompem com os códigos do poder dominante e criam redes alternativas, que têm por base uma identidade coletiva de resistência. Em outras palavras, independentemente de qual partido vença uma eleição, a mudança somente virá com a ação dos movimentos populares. Para Antoun e Malini,

[...] as narrativas compartilhadas na internet fazem parte de um movimento social que recusa a hierarquização de representantes e representados. Recusa a naturalização do funcionamento do poder. Recusa deixar para a mídia tradicional o poder de dizer o que pertence ou não ao acontecimento. A centralidade do poder funciona nessa separação. Não se trata de desqualificar os saberes dos especialistas e eruditos, e sim de questionar a sua clausura e isolamento. A multidão questiona esta divisão diante de um conhecimento instável, não mais recluso a uma sala de redação, a uma solitária máquina de escrever ou a um laboratório de pesquisa. E quanto mais os sujeitos estão juntos e imersos em um acontecimento de rua, mais intenso e emocional fica o compartilhamento das informações na internet. A narrativa se multiplica e se alarga nas redes sociais. A conversação se torna mais duradoura povoando uma cartografia de controvérsias. Os novos modos de pensamento e luta (seja qual for sua dimensão) passarão cada vez mais pelo agenciamento entre a internet e a rua, pois ambas têm uma qualidade comum: exprimem o barulho da multidão (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 249).

A interpretação destes autores me permite uma leitura da ação educativa dos movimentos sociais nos dias de hoje, sua interlocução com a teoria de Gramsci sobre emancipação das massas e, sobretudo, sua ideia a respeito da necessidade

da apropriação das modernas tecnologias. Como lembra Semeraro (2006, p. 145), “[...] o intelectual orgânico popular, para Gramsci, deve alcançar as fronteiras mais avançadas do conhecimento e da tecnologia, sem nunca perder a referência às lutas hegemônicas de sua classe”.

Logo após os primeiros meses da Primavera Árabe teve início um longo debate sobre a eficiência ou não das mídias sociais nas manifestações, que derrubaram ditadores ou mexeram no sistema político de 18 países. Tanto na mídia quanto na academia, os debates assumiram uma temperatura crescente, com defensores e incrédulos.

Castells (2013, p. 82) cita pesquisa realizada na área das Ciências Sociais, por Phillip Howard, Muhammad Hussaein e seus colaboradores, cuja principal conclusão foi que “[...] a tecnologia não determina nem movimentos sociais, nem comportamentos, mas as mídias sociais e a telefonia digital são formas organizacionais, expressões culturais e plataformas específicas para a autonomia política”.

Howard já descobrira, num levantamento realizado em 75 países da região, que o uso da internet e, particularmente, das mídias sociais favoreciam a democratização nos países pesquisados e aumentavam tanto a participação cívica do cidadão quanto a autonomia da sociedade civil, o que seria uma forma de se abrir caminho para a democratização do Estado. No livro “*Digital technologies in the arab revolution*”, Howard (p. 200) conclui que “países em que a sociedade civil e o jornalismo fizeram uso ativo das novas tecnologias de informação viveram em seguida uma transição democrática radical ou uma significativa solidificação de suas instituições democráticas”.

Estas duas conclusões são argumentos fortes para os que defendem o uso da internet não apenas como agente mobilizador, mas igualmente como detentora de uma dimensão educativa que pode reforçar no cidadão a capacidade de construção de um pensamento crítico.

3.2 O Outono-Inverno brasileiro

O poder hegemônico criou uma imagem de que o brasileiro é um povo pacífico. Essa imagem vem sendo repetida pela mídia há décadas e quando surge um movimento específico, nos telejornais o texto, feito raras exceções, diz que a

“manifestação foi pacífica”. Por isso mesmo, tanto jornalistas quanto veículos de comunicação ficaram tão atônitos quanto o poder hegemônico que eles representam, quando milhões de brasileiros foram às ruas. Deveriam estar preparados porque o mito de sujeito pacífico, criado há décadas, foi, na verdade, um mito de interesse, termo utilizado na crítica literária e no Direito, mas que pode ser adotado em várias outras áreas e situações. Para Northrop Frye,

o mito de interesse existe para manter a sociedade unida, tanto quanto a eficácia das palavras possa concorrer para isso. [...] verdade por interesse é aquilo que a sociedade faz e acredita em resposta à autoridade (FRYE, 1973, p. 35).

A citação de Frye lembra o posicionamento de Gramsci em relação à opinião pública. Para o pensador sardo, há uma caracterização da

[...] combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito, mas ao contrário, faz com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações, os quais, por isso são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2012, p. 96).

Este pensamento de Gramsci foi assim interpretado por Coutinho (1981, p. 199): “o Estado quando quer iniciar uma ação pouco popular cria preventivamente a opinião pública adequada, isto é, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil”, interpretação com a qual concordo completamente.

O brasileiro, ao longo das décadas, realizou manifestações que ficaram marcadas na história do país e, quase sempre, os estudantes tiveram participação central no início destas manifestações. E esta afirmação já foi demonstrada aqui quando, exemplificando, tratamos do poder de mobilização da internet e nos referimos aos protestos dos estudantes que conseguiram parar Vitória, no Espírito Santo, em 2006. Sendo que, antes, tivéramos a luta contra a ditadura, as campanhas pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, as Diretas Já, o Impeachment de Collor, somente para citar algumas delas.

Aqui, é importante citar o pensamento da filósofa Marilena Chauí, externado durante as manifestações brasileiras, numa entrevista a uma emissora de rádio, no dia 19/06/2013. Para ela,

[...] não é um momento histórico, é um instante politicamente importantíssimo no qual a sociedade vem às ruas e manifesta sua vontade e sua opinião. Mas a ação política é efêmera, não tem força organizativa do ponto de vista social e política, não tem uma força de permanência, caráter de movimentos sociais organizados, de presença organizada em todos os setores da vida democrática (CHAUI, 2013, s/p.).

Bentes não se refere ao “momento histórico”, mas é incisiva ao afirmar que

[...] as manifestações e protestos no Brasil que explodiram em junho/julho são um acontecimento no sentido mais radical dessa palavra, expressam uma crise profunda que é quando não suportamos mais aquilo que suportávamos antes e faz ver o que tem de intolerável num determinado contexto ou momento. Ao mesmo tempo é a condição para emergir novas possibilidades de vida, de pensamento político, de formas de convivência. É uma redistribuição dos desejos (BENTES, 2013a, s/p).

Embora possa parecer haver contradições entre o que afirmam Chauí e Bentes, me parece que uma complementa o que a outra pensa, em que pese o fato de Chauí não considerar as manifestações “um momento histórico”, definição que com certeza varia de sujeito para sujeito de acordo com sua posição política, análise socióloga de um fato etc. A coincidência entre os dois pensamentos está, acredito, especialmente no fato de a “redistribuição de desejos” de Bentes ter o mesmo significado que a “manifestação de vontade e opinião” de Chauí, que se aproxima do que Gramsci afirmava ao se referir a “pequena política” e a “grande política”. Ambas viram emergir nas manifestações novas possibilidades de vida, de pensamento político, de formas de convivência.

Quando as manifestações começaram, ainda de forma tímida, grande parte dos poderes públicos e de parte da população foram pegos de surpresa, mas o sociólogo espanhol Manuel Castells afirmou em entrevista à revista **Isto É** de 28 de junho de 2013 que, pelo que vinha estudando há anos, a crise de representatividade política e a interatividade via modernos meios de comunicação móveis como os *smartphones* vinha aumentando gradativamente e a consequência disto poderia,

sim, ser o surgimento de protestos e manifestações. Castells acredita em resultados positivos de manifestações, como as que ocorreram no Oriente Médio e Norte da África, na Espanha, nos Estados Unidos e no Brasil. Mas apresenta condições para o alcance destes resultados positivos. Para ele, é preciso que

[...] as demandas ressoem para um grande número de pessoas, que não haja políticos envolvidos e que não haja líderes manipulando. Pessoas que se sentem fortes apoiam umas às outras como redes de indivíduos, não como massas que seguem qualquer bandeira. Cada um é seu próprio movimento (CASTELLS, 2013b, s/p.).

O que percebi à época, e também em manifestações mais recentes realizadas no início de 2015, foi que Castells estava com razão ao afirmar isso. No Outono-Inverno brasileiro não se permitiu o envolvimento de políticos que, pelo menos oficialmente, não estavam insuflando as manifestações e, nas manifestações de abril e maio passados, pelo menos em dois momentos, no Rio de Janeiro, com Jair Bolsonaro, o deputado federal mais votado no estado, e em São Paulo com Paulinho da Força, outro deputado federal, que foram impedidos por manifestantes de ocuparem o carro de som que seguia à frente dos manifestantes. Representantes de outras centrais sindicais igualmente foram impedidos de participar como tais, mas foram liberados a fazê-los como cidadãos comuns.

São Paulo, 06 de junho de 2013. Cerca de 150 estudantes participantes do coletivo MPL e mais alguns ligados a partidos de esquerda protestaram, na calçada, em frente à Prefeitura paulistana, contra o aumento da tarifa dos transportes e pelo passe livre. A polícia reagiu ao protesto com força excessiva: bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, balas de borracha e ataque aos manifestantes com cassetetes. Com seus celulares, os estudantes, enquanto corriam da fúria policial, gravavam tudo e postavam nas mídias sociais. No meio da fumaça, era possível ver que, mesmo quando algum manifestante corria, o policial o perseguia, batendo nele com suas armas de ataque.

A partir daí os estudantes se organizaram e passaram a usar uma tática um pouco diferente: fechar as principais avenidas da capital no horário de *rush* o que tinha, como consequência, além dos comentários entre as pessoas, um crescimento de debates sobre o tema nas mídias sociais.

No dia seguinte, no Largo do Batata, que passou a ser uma espécie de QG dos manifestantes, como a Praça Tahir fora no Egito, cerca de 5 mil manifestantes

se concentraram para “trancar” uma das principais avenidas de São Paulo. Mais uma vez, a polícia reagiu com violência, usando spray de pimenta, balas de borracha, bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo. As TVs a cabo cobriam a manifestação em tempo real e, nas mídias sociais, a cada segundo era postada uma nova foto ou um novo vídeo.

No dia 10 de junho, as manifestações se estenderam ao Rio de Janeiro com cerca de 300 manifestantes se concentrando nas escadarias da Câmara Municipal, na Cinelândia, conhecido ponto de resistência à opressão na capital fluminense. Os perfis nas mídias sociais, especialmente *Facebook*, *Youtube*, *Twitter*, *Instagram*, *Whatsapp*, de milhares de internautas eram invadidos a todo momento com imagens e fotos. E, para muitos, possivelmente, o que estava acontecendo era uma surpresa.

O poeta carioca Carlito Azevedo, ao ver a multidão nas ruas do Rio de Janeiro, um dos principais focos dos protestos disse com propriedade: ‘quem não estiver confuso neste momento, não está bem informado’. De fato, muita gente foi pega de surpresa. As elites ficaram perdidas, batendo a cabeça. Alguns dizendo bobagens do tipo: ‘seria um movimento de direita’. Aqueles que se achavam donos dos movimentos sociais, inconformados com a perda de controle. Nas redes sociais os jovens construíram suas assembleias alheias às estruturas tradicionais [...] redemocratizando a democracia (JORDY, 2013, p. 24).

O consultor de vendas e ativista digital, Lucio Amorim, que tem um escritório no 18º andar de um edifício na Avenida Rio Branco, o mais tradicional ponto de manifestações do Rio, no dia 17 de junho, ao perceber que a Avenida estava tomada por milhares de pessoas, decidiu esperar um pouco mais e fez um vídeo de apenas seis minutos sobre a manifestação na Cinelândia e o postou na internet. O vídeo virou mania e foi, inclusive, transmitido pela versão digital do **Wall Street Journal**, que o entrevistou, e por televisões, como a BBC britânica. Além disso, o vídeo foi reproduzido por outros internautas, o que torna impossível saber por quantas pessoas ele foi assistido apenas no Brasil.

Outros vídeos e textos foram produzidos e divulgados pelas mídias sociais, mostrando não apenas cenas da violência da polícia, mas o comportamento pacífico dos manifestantes. Bentes (2013), usando seu perfil no *Facebook*, definiu:

mas nada é abstrato, e as multidões brasileiras tem cara, corpo, vem da universidade, da cidade, da favela, da classe média, dos novos

movimentos urbanos. [...] As ruas não são ilustrações de teorias prontas. As ruas vão reinventar as teorias e a dobra Brasil pede conceitos novos para nossa singular multidão (BENTES, 2013b, s/p).

Raquel Recuero, uma das principais estudiosas na área de Comunicação sobre as mídias sociais, fez um levantamento no *Twitter* sobre os *Trending Topics* (TTs), i.e., palavras mais citadas na mídia social, nos dias 16 e 17 de junho. O resultado¹³ deixa claro que houve uma mudança no humor dos manifestantes de um dia para outro. No quadro abaixo, as palavras, normalmente precedidas por *hashtags* (palavras antecedidas pelo jogo da velha), que levam todas as comunicações para uma mesma página, estão arroladas em ordem crescente de manifestações por parte dos internautas. Como se pode notar, no dia 17 o chamado que virou uma espécie de palavra de ordem para todas as manifestações pulou para primeiro lugar depois de não estar nem entre os dez no dia anterior. Da mesma forma, os *hashtags* sobre o protesto aumentaram consideravelmente no segundo dia.

Mapa 1. Trending-topics.

Trending topics em 16/06/2013	Trending topics em 17/06/2013
#1DNoSexo #ChupaDilma #TodaRevoluçãoComeçaComUmaFaísca #UmAnjoChamadoMCTIKAO Brazil #SkolSensation Eita México Santa Maria	#vempraruapvh #HACKEIAG1 #TodaRevoluçãoComeçaComUmaFaísca #AbaixoRedeGloboPovoNaoébobo Brazil #rpsp PAU Boom Norte Lana

Fonte: Recuero, 2013.

Recuero (2013) apresentou também quatro mapas mostrando como evoluíram os tuites (mensagens enviadas via *Twitter*) no dia de uma das manifestações dos estudantes em São Paulo, coordenada pelo MPL. Ela explica a formação de uma rede social a partir da existência de ‘**nós**’, que são os emissores das mensagens. Quanto mais conexões o “nó” fizer, mais centralizado ele estará na rede, no caso o *Twitter*. Mede-se, também, o número de vezes que um “nó” serve de ponte entre os demais “nós” da rede. E, por último, é medido o grau de proximidade,

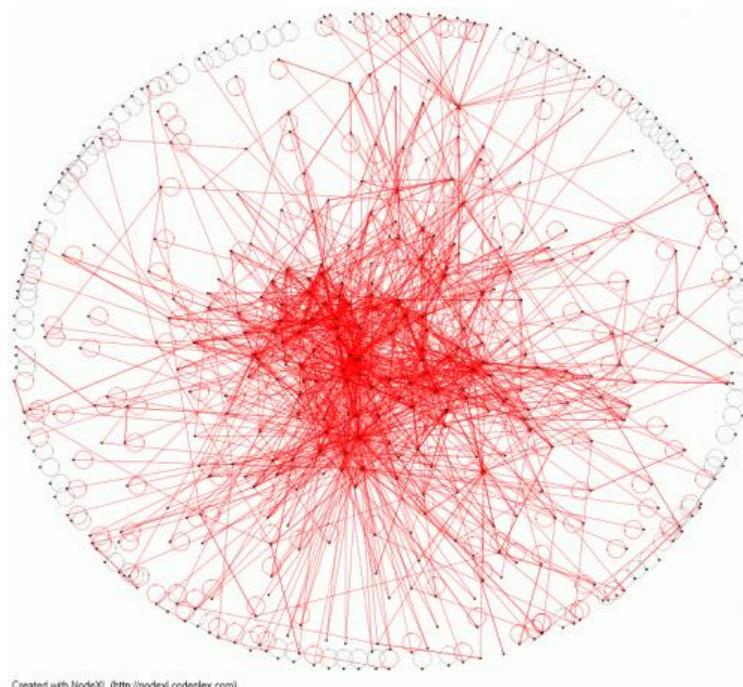
¹³ Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/arquivos/2013/06/ars-a-escalada-dos-protestos-no-brasil.html>>.

o que se revela pelo número de conexões pontes, ou seja, de “nós” que conectam vários grupos que não estavam interconectados.

Com isso, ela pretendeu mostrar como os inúmeros vídeos, mensagens, fotografias e conversações em rede funcionaram para transformar uma manifestação, a princípio por uma única causa, numa manifestação de grandes proporções e que, além da primeira reivindicação, fez aflorarem outras. A um protesto contra o aumento da tarifa do transporte coletivo, agregaram-se reivindicações por saúde, educação, contra a corrupção, segurança etc.

No Mapa 1, gerado por um programa específico o *NodeXL*, muito utilizado em Análise de Redes Sociais (ARS), Recuero (2013) mostra como estavam as manifestações em torno da *hashtag* “#passelivre” antes do início das manifestações em São Paulo:

Mapa 2. Protesto em São Paulo 14/06/2013.



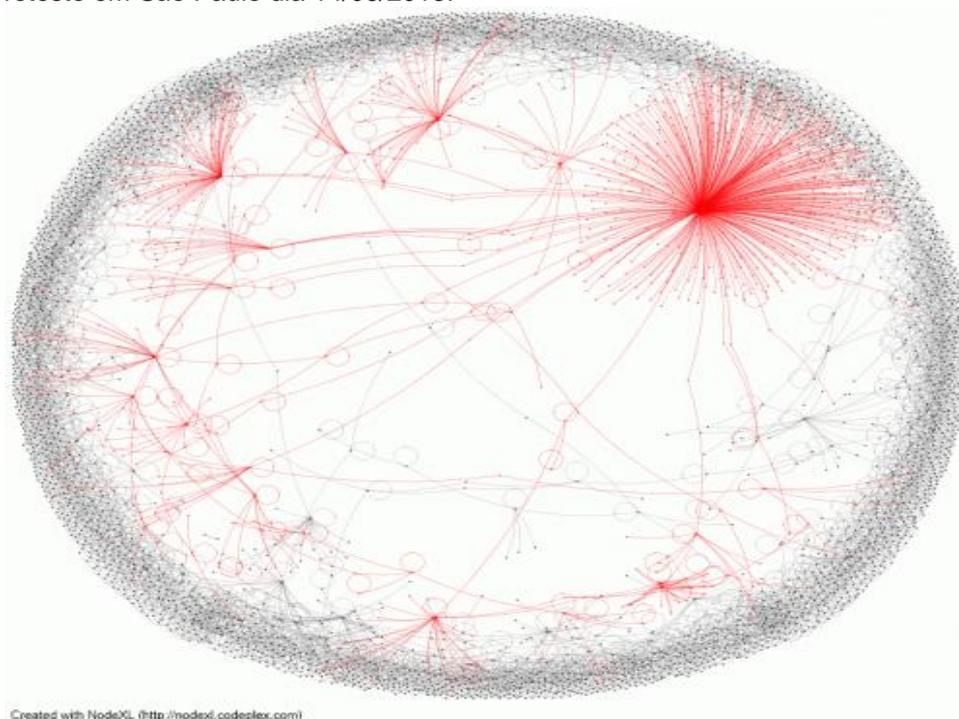
Fonte: Recuero, 2013.

Como se pode perceber, aqui há uma centralização dos participantes. Para se usar um termo técnico, há uma clusterização. O termo vem de “*cluster*”, usado quando vários computadores trabalham em conjunto, centralizados, para conseguirem um melhor resultado na tarefa que estão realizando. Há, no centro, um

grupo de indivíduos conversando e tomando parte da manifestação. No caso, é uma rede com 457 atores e 2196 tuites.

Em seguida, ela mostra como estava o mesmo *hashtag*, que foi para os *Trending Topics*, ou seja, tornou-se um dos mais comentados assuntos do dia, representados por uma *hashtag*. Neste momento, não há mais uma centralização sobre o assunto, um único grupo, mas sim “um monte de atores participando do assunto. Uma escalada nas conversações”. A rede passa a ter 3.899 atores e 4.219 tuites. É o interessante é que entre uma primeira captação dos “nós” e a segunda não se passaram mais do que alguns minutos, o que confirma a instantaneidade da comunicação via internet que hoje pode ser acessada não apenas por meio dos computadores, mas principalmente com o uso de *smartphones*.

Mapa 3. Protesto em São Paulo dia 14/06/2013.



Fonte: Recuero, 2013.

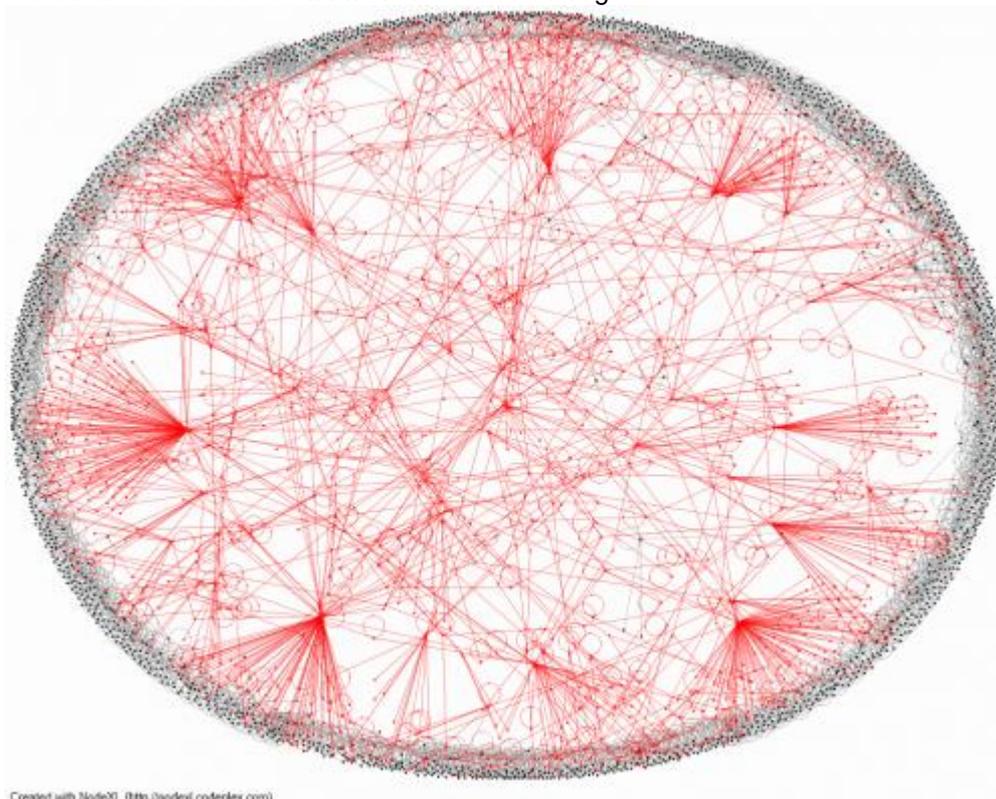
Usando a mesma técnica e o mesmo programa, Recuero apresentou como evoluíram os contatos durante manifestação, no Rio de Janeiro, no dia 16/06/2013, dia de Itália x México no Maracanã, jogo de estreia da Copa das Confederações. De acordo com Recuero, foi tomado por base a #ProtestoRio.

Ela começou a aparecer pouco antes do jogo, ou seja, por volta de 3 horas da tarde, horário de Brasília, conforme as notícias da repressão policial iam se

espalhando. Recuero começou a montar o primeiro mapa por volta de cinco da tarde, ou seja, no intervalo do jogo: eram 3006 “nós” (atores) que haviam disparado 3.721 tuites.

No mapa abaixo estão na periferia apenas os sujeitos que usaram a *hashtag* e no centro os atores que retuitaram mensagens recebidas ou que mencionaram outros indivíduos conectados na mídia social, *Twitter*, naquele momento em que estavam trocando mensagens.

Mapa 4. Protestos no Maracanã 16/06/2013 – Antes do Jogo.

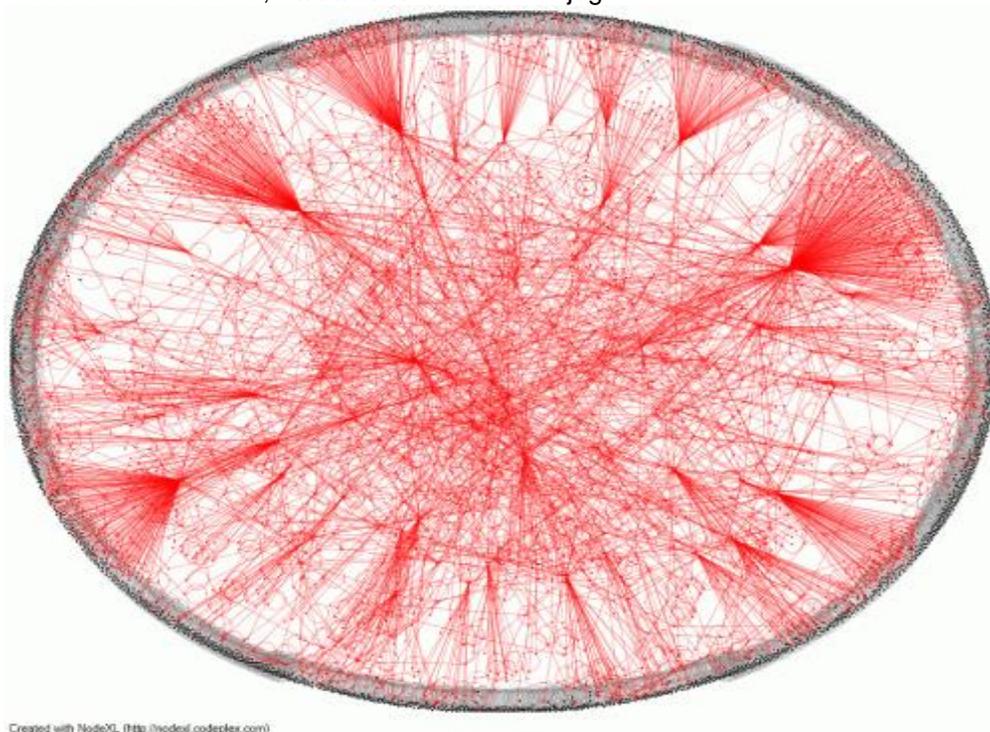


Fonte: Recuero, 2013.

Pouco tempo depois, começam a chegar as notícias da violência policial e dos confrontos entre manifestantes e policiais. Neste momento são 4.870 “nós” e 6.664 tuites. No mapa abaixo, as cores representam os *clusters*, ou seja, os atores centralizados. Pelo registro, as conversações evoluem e os temas abordados também se diversificam, há um repasse mais rápido de notícias, a indignação aumenta e há, inclusive, notícias de que a televisão estaria censurando as imagens do que estava acontecendo fora do estádio. O mapa mostra uma maior densidade nas narrativas e começam a surgir outras demandas.

Mais uma vez, os gastos com a Copa deixam de ser o assunto principal e outras demandas trafegam pela rede, como a violência policial, a saúde, a educação, os transportes coletivos etc. Neste momento, o jogo México x Itália estava no intervalo (e, portanto, seria um bom momento para a televisão mostrar o que estava acontecendo fora do estádio. Sem dúvida prevaleceu o interesse financeiro, uma vez que a detentora dos direitos de transmissão, que os repassou a outras emissoras, queria preservar o produto que estava vendendo.

Mapa 5. Protesto no Maracanã, 16/06/2013 – Durante o jogo.



Created with NodeXL (<http://nodexl.codeplex.com/>)

Fonte: Recuero, 2013.

A conclusão de Recuero nesta análise é que

[...] essa descentralização e a popularização das hashtags parecem sugerir que há uma participação cada vez maior das pessoas na mobilização (comparem com a primeira hashtag descritiva, do #passelivre) e **uma tendência a que essa conversação atinja também outras redes, e que se torne menos homogênea** (como no primeiro mapa). Ou seja, a movimentação parece perder uma homogeneidade de centro do protesto (contra as tarifas de ônibus) e parece pluralizar várias reivindicações e indignações (Copa, falta de hospitais e saúde pública, tarifa, rede globo e a manipulação da informação e etc.). O movimento assemelha-se ao que vimos dos Indignados na Espanha, atingindo grupos sociais diferentes daquele inicial. E ao que parece, quanto piores os relatos que chegam dos protestos, mais material sobre eles se encontra na Rede (RECUERO, 17/06/2013, s/p.).

De acordo com a empresa de monitoramento Scup, citada em reportagem do jornal **O Estado de São Paulo**, de 23 de junho de 2013, notícias sobre as manifestações em todo o país chegaram a 136 milhões de pessoas via mídias sociais. Para se ter uma ideia do que isso significa, no mesmo período em que se monitorou as mensagens das manifestações, se fez o monitoramento da Copa das Confederações, que estava sendo realizada no Brasil: apenas 214 mil referências ao principal evento esportivo do país antes da Copa.

Nos dias seguintes, diversas capitais e cidades de grande e médio porte por todo o país também viram os protestos aumentarem. Havia pessoas de todas as idades nestes protestos. O Ibope calculou que nesta época cerca de 100 milhões de brasileiros tinham acesso à internet no país, de alguma forma, seja pela escola, trabalho, *smartphones* ou em casa. E que cerca de 82 milhões de internautas receberam, pelo menos uma vez, convocação ou mensagem sobre protestos que iriam acontecer nós mais diversos locais. E os jovens, que antes apenas debatiam nas mídias sociais, mandavam um recado claro nas ruas, conforme a Figura 7.



Figura 7. Manifestação em São Paulo 20/06/2013.

Fonte: <<http://www.sermelhor.com.br/espaco/nao-e-so-por-20-centavos-sera-por-um-brasil-melhor.html>>.

O economista e ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Lessa (2013, s/p.) é um dos que se confessa maravilhado com o que viu no Brasil. O modo tradicional das antigas mobilizações foi totalmente reformulado pela rapidez das mídias sociais. Ao presenciar algumas das manifestações realizadas no Rio de Janeiro, Lessa disse estar certo de que as manifestações eram uma primeira voz que a médio prazo apontará para um projeto nacional porque os jovens, maioria nos protestos, possuem uma sólida educação política e, por isso mesmo, “acredito na acelerada dimensão pedagógica destas manifestações”.

No texto, ele se define como alguém de uma geração que “abriu os olhos para a política com o suicídio de Vargas e a campanha ‘O petróleo é nosso!’” (LESSA, 2013, s/p.), militou pelo novo estado de direito até o exílio e depois pela Constituição de 88, que viu ser mutilada por mais de 50 emendas contrárias aos interesses populares e que não aderiu ao Consenso de Washington nem à Globalização, em que vendiam um corvo como se ele fosse um rouxinol.

Para Marco Aurélio Nogueira (2013), professor de Ciência Política da UNESP, pós doutor pela Universidade de Roma e, ao lado de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques, responsável pela segunda tradução dos Cadernos do Cárcere, de Gramsci, o que está havendo é uma recomposição dos meios de comunicação. Não se trata, de acordo com ele, apenas de mídias alternativas (ele se referiu à Mídia Ninja, um coletivo que misturava jornalismo com ação política), mas de todas as novas tecnologias, incluindo aí a internet e suas mídias sociais, que ganharam mais corpo com a disseminação maciça dos *smartphones*. Hoje, de acordo com números da Anatel, cerca de 70 por cento dos telefones existentes no mercado são desta série que permite a transmissão de imagens, mensagens e comunicação via sites de relacionamento.

Com isso, somando-se à ampliação do acesso à internet, está sendo promovida “uma revolução na comunicação e, por extensão, nos processos de formação de opinião e na dinâmica democrática. Estamos em um claro momento de antes-e-depois” (NOGUEIRA, 2013, p. 199).

Nogueira (2013) alerta que os tradicionais veículos de comunicação continuam fortes e importantes na formação de opinião que interessa ou não à classe dominante, ou seja, “para o bem e para o mal”, como ele afirma. O que mudou é que antes, além de deter o controle da informação, eles pautavam o debate de uma forma quase que exclusiva e

[...] agora eles são obrigados a dividir essa função com as redes digitais. Não se trata, obviamente de uma divisão “justa” e “equilibrada” mas não é possível se julgar mais que exista uma única opinião ou uma única informação –nem sequer uma única verdade – a respeito dos fatos da vida. Nunca houve isso e hoje faz pouco sentido que as coisas possam ser despejadas de cima para baixo sobre as pessoas (NOGUEIRA, 2013, p. 200).

Nos novos tempos, as mídias sociais, especialmente o *Facebook*, o *Twitter* e o *Whatsapp*, produzem e distribuem informações sem o controle dos meios tradicionais de comunicação, como o Rádio, o Jornal e a Televisão, criados, mantidos e consumidos pelos grupos que detém o poder, principalmente financeiro, o que força os veículos mais antigos a se adaptarem. Hoje, por exemplo, todos os telejornais das grandes redes, no Brasil, que tem contra si o tempo limitado dentro da programação da Rede, mantem na internet um canal exclusivo para “mais informações” sobre determinado tema.

Nogueira (2013) acredita que está em curso uma mudança fundamental: trata-se de uma mudança cultural, já que em rede as pessoas distribuem informações sem a presença de velhos oráculos dos antigos meios, o que significa que não há donos e nem proprietários no processo. O problema, para ele, é a qualidade da informação, inclusive, porque este conceito (o de “qualidade”) depende da opinião.

Aqui vale citar, mais uma vez, o artigo escrito por Gramsci, que consta neste trabalho, criticando os jornais burgueses em que ele afirma que se perguntar a algum proletário, que está com jornal burguês aberto, por que ele o está lendo, a resposta será certamente “porque preciso saber o que há de novo”. Isso significa que essa mudança acontecerá, como todas as outras, não da noite para o dia, mas como uma construção permanente do espírito crítico do receptor das mensagens e aí, ainda uma vez, escola, família, movimentos sociais, enfim, todos os “pontos” que possam proporcionar educação ganham mais importância ainda.

Entre os dias 13 e 17 de junho, houve um significativo aumento das postagens nas mídias sociais em São Paulo. Levantamento, encomendado pela Editora Abril à agência *Today* e publicado em 23/06/2013, concluiu que os protestos num único dia haviam gerado quase 600 mil postagens nas mídias sociais, o que significava um aumento de quase nove vezes se comparado à semana anterior.

Nas manifestações de junho de 2013, no Brasil, a mídia hegemônica bem que tentou desviar o foco. Primeiro passar a ideia que os protestos eram contra o grande vilão, a corrupção. Mas, nas mídias sociais, ficou bem claro que era mais que isso. Para muitos analistas de veículos de comunicação e para defensores do Partido que estava no poder, e eu concordo com eles, não havia um foco nas manifestações. Cada um protestava por alguma coisa, educação e saúde de qualidade, contra a violência policial e por mais segurança etc. Estes protestos, pelo que observei, eram

espontâneos, até porque, embora interessassem à oposição ao governo federal, não havia, oficialmente, ninguém os patrocinando. Não se via faixas de partidos nas manifestações e, nas entrevistas, nenhum opositor conclamava o povo a ir às ruas para protestar.

Para outros analistas, as mídias sociais fizeram o papel que os tradicionais meios de comunicação (impressos, rádio e TV) deixaram de fazer. Se estes davam características de sensacionalismo às manifestações, aquelas mostravam os protestos como eles realmente estavam sendo realizados. Nas manchetes, as emissoras de TV usavam, invariavelmente, o termo “vândalos” para tentar passar a ideia que a polícia estava apenas defendendo o patrimônio público e privado do ataque de um grupo de arruaceiros. Era comum ouvir de repórteres e narradores que “a manifestação começou pacífica, mas logo um grupo de vândalos [...]”. Em momento algum a mídia hegemônica aventou a possibilidade de infiltrações entre os manifestantes para justificar a ação da polícia, o que para alguns manifestantes pode ter acontecido. Bentes (2014) adverte para o perigo do que ela chama de “ódio jornalístico” e que tem contaminado as mídias sociais, ao afirmar que

[...] os discursos de ódio que assolam o país (uma construção em curso desde 2002 e alimentada midiaticamente no caso do antipetismo) contaminaram também parte da militância governista e de forma difusa contaminaram as redes e as ruas em embates reais e simbólicos. Sem dúvida, trata-se do resultado de um processo em curso que passa pela judicialização da política, mas que inclui muitas outras indignações, inclusive as das **Jornadas de Junho de 2013** contra os partidos e os processos verticais de governos e Estados. Um discurso represado contra a corrupção, que foi explorado à exaustão pela mídia e que desde as **Jornadas de Junho** surge no que tem de libertador, mas também de hipócrita e moralista, um discurso de viés conservador (BENTES, 2014, s/p.).

No Brasil, aconteceu o mesmo que em diversos países nos quais houve manifestações, a maioria delas já descritas aqui. Quando a população saiu às ruas, a classe dominante representada pelos detentores dos poderes econômico e político também saiu para, usar a mídia comercial, que sempre está a seu favor, e Gramsci já chamava a atenção para isso, há mais de 90 anos, para confundir mentes e espalhar desconfianças entre as pessoas. Mas aqui se enganaram de acordo com alguns teóricos, como Atilio Boron.

Boron (2013) afirmou que as manifestações no Brasil demoliram uma ideia assumida pela direita e, também, por alguns representantes da esquerda: se forem garantidos pão e circo para a população, ela vai se calar e se contentar com o que lhe é destinado. Para Boron,

La continuidad y eficacia del programa “Bolsa Familia” aseguraba el pan, y la Copa del Mundo y su preludio, la Copa Confederación, y luego los Juegos Olímpicos, aportarían el circo necesario para consolidar la pasividad política de los brasileños¹⁴ (BORON, 2013, s/p.).

O pesquisador argentino julgou um erro do governo federal ao tentar adjetivar as manifestações como caóticas, sem lideranças. Ele seguiu a mesma linha de outros estudiosos, como Elaine Tavares, muito criticada, como ele também o foi, pelo posicionamento externado. De acordo com Boron, no mesmo artigo,

[...] opinólogos y analistas adscriptos al gobierno insisten ahora en colocar bajo la lupa estas manifestaciones, señalando su carácter caótico, su falta de liderazgo, la ausencia de un proyecto político de recambio. Sería mejor que en lugar de exaltar las virtudes de un fantasioso “posneoliberalismo” de Brasilia y de pensar que lo ocurrido tiene que ver con la falta de políticas gubernamentales hacia un nuevo actor social, la juventud, dirigieran su mirada hacia los déficits de la gestión gubernativa del PT y sus aliados en un amplio abanico de temas cruciales para el bienestar de la ciudadanía¹⁵ (BORON, 2013, s/p.).

O cientista político André Singer, que foi porta voz de Lula em seu primeiro mandato, em entrevista à revista *Época*, veículo das Organizações Globo, tem uma visão diferente. Para ele, as manifestações estavam “meio que anunciadas”. Elas seriam consequência do descontentamento de um novo proletariado que, a partir do primeiro governo Lula, ganhou emprego e renda e agora quer mais qualidade de

¹⁴ Tradução minha: “A continuidade e eficácia do programa “Bolsa Família” assegurava o pão, e a Copa do Mundo e sua preliminar, a Copa das Confederações, e pouco tempo depois os Jogos Olímpicos trariam o circo necessário para consolidar a passividade política dos brasileiros”.

¹⁵ Tradução minha: “Especialistas e analistas ligados ao governo insistem agora em colocar sob uma lupa estas manifestações [as do Outono-Inverno Brasileiro], assinalando seu caráter caótico, sua falta de liderança, a ausência de um projeto político de mudança. Seria melhor que em vez de exaltar as virtudes de um fantasioso pós neoliberalismo de Brasília e de pensar que o ocorrido tem algo a ver com a falta de políticas governamentais, [nelas] havia um novo ator social, a juventude, e dirigissem seus olhares para os déficits da gestão do governo do PT e de seus aliados em uma ampla gama de temas cruciais para o bem estar da cidadania”.

vida, pensamento contrário ao do capitalismo que insiste na tese do corte nos gastos públicos. Mas Singer concorda com Boron, usando outras palavras ao afirmar que

[...] o lulismo é um processo de reformismo fraco, de mudança estrutural do Brasil, mas muito lento e concentrado no subproletariado, os mais pobres. [...] O lulismo é um modelo que favoreceu essa camada e, indiretamente, também os trabalhadores urbanos, porque aumentou emprego e renda. Mas os problemas urbanos das grandes metrópoles são muito caros. Para você conseguir resolvê-los, precisa fazer investimentos gigantescos, que teriam de sair dos cofres públicos. Para isso, teria de haver um rearranjo, em matéria tributária ou de serviços da dívida, ou na forma de taxaço das grandes fortunas, ou tudo isso junto. Isso não foi feito. Os problemas urbanos se acumulam e se somam à precariedade da situação do novo proletariado (SINGER, 2013, s/p.).

Rio, 20 de junho de 2013. Cerca de quatro milhões de pessoas, de acordo com a mídia, se reuniram numa passeata, que começou na Praça da Bandeira, e atravessaram toda a Avenida Getúlio Vargas, com suas oito pistas e o canteiro central tomados, se aglomeraram na Candelária e seguiram pela Avenida Rio Branco.



Figura 8. Manifestação na Av. Getúlio Vargas – Rio de Janeiro 20/06/2013.
Fonte: Acervo pessoal do autor.

A caminhada, que reunia pessoas de várias gerações, começou pacificamente e teve momentos de intensa pancadaria, com a Polícia avançando sobre os manifestantes a cavalo, com escudos e disparando balas de borracha, bombas de efeito moral, de gás lacrimogêneo e, de acordo com algumas denúncias, de verdade também.

Houve também ação do que, principalmente os telejornais das grandes redes, chamaram de “vândalos” e de “*black blocs*”, grupos que agiram usando máscaras para depredar o patrimônio público e privado. Jornalistas, como Elaine Tavares e Jalusa Barcelos, usaram a tese da infiltração em casos como estes, como relatarei mais adiante. Mas de qualquer forma eles foram mostrados ao vivo por estas redes de TV.

Em alguns momentos em que a polícia tentou justificar prisões e agressões, houve o desmentimento via mídias sociais, especialmente, pelo Coletivo Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação (Mídia Ninja), que recebia imagens feitas por manifestantes anônimos usando *smartphones* e as colocava no ar em tempo real. Num dos casos, veiculou imagens de um policial colocando pedras na mochila de um manifestante, que fora preso poucos minutos antes acusado de vandalismo. Mas, acredito, mesmo com casos como este, é possível que tenha havido invasões intencionais a bancos e lojas, algumas das quais foram saqueadas por pessoas que teriam se aproveitado das manifestações para agirem e tirar proveito próprio.

Para alguns acadêmicos, que viveram a ação dos movimentos sociais nos últimos 30 anos, como o professor Darlan Montenegro, da Universidade Rural do Rio de Janeiro, não foram as mídias sociais que provocaram as manifestações.

Foi a incapacidade dos dirigentes tradicionais de cumprir um papel dirigente nos movimentos sociais. Os governistas porque desistiram de fazê-lo e porque em muitos lugares, como São Paulo, eram os sujeitos das políticas que o movimento combatia. [Aqui ele se refere ao prefeito Fernando Haddad, a quem coube anunciar o aumento da tarifa no transporte municipal] (MONTENEGRO, 2013, s/p.).

Ele viu, igualmente, pontos positivos na mobilização via mídias sociais para as manifestações, que cresceram em proporção geométrica, desde que haviam iniciado três semanas antes: foi a primeira vez que se viu um movimento se espalhar de forma tão rápida a partir de uma ação violenta da polícia.

A tese da “infiltração” de agentes, para dar início ao quebra-quebra, abrindo caminho para a polícia, encontrou defensores entre analistas e estudiosos do meio jornalístico. A jornalista Elaine Tavares (TAVARES, 2013, s/p.), que cobriu a Primavera Árabe, a crise na Grécia, os protestos na Espanha, em Portugal e em Wall Street, escreveu num artigo para o Blog “A Voz das Ruas”: “Quando a força

bruta perde eficácia, a classe dominante usa a confusão, usa a alienação mental potencializada pela mídia comercial a seu serviço, infiltra gente para fazer ações de desestabilização ou incita a que as façam. A batalha é feroz”.

A jornalista e atriz Jalusa Barcellos, que participou da maior passeata realizada no Rio, em 20/06/2013, também defende a tese da infiltração, que ela presenciou e, na qual, com amigos, conseguiu abortar uma tentativa.

Eu estava subindo a Avenida com meu filho e um grupo de amigos, quando um rapaz de cabelo cortado rente abriu uma mochila e tirou de dentro um coquetel molotov, que eu conhecia bem dos meus tempos de luta contra a ditadura. Quando percebemos o que ele iria fazer, voamos para cima dele tomamos a mochila e a garrafa e a quebramos no chão. Mas não demorou muito e a polícia veio com tudo. Até hora para os infiltrados agirem eles [os infiltrados] tinham marcado (BARCELLOS, Depoimento pessoal).

Para a grande mídia, eram os vândalos que estavam em ação, estragando uma manifestação pacífica do brasileiro. E, logo, surgiram, na grande mídia e nas mídias sociais, referências aos *black blocs*, organização que, apesar das semelhanças com os supostos manifestantes brasileiros, nunca atuou aqui.

Eles, os *black blocs*, que nunca tiveram interlocutores, ficaram famosos quando, em 1999, atacaram e destruíram fachadas de lojas, do escritório do McDonalds, da Starbucks e de outras grandes empresas para protestar contra uma reunião de ministros de países associados à Organização Mundial do Comércio. Eles haviam surgido, pelo menos oito anos antes, para protestar contra a Guerra do Golfo e se inspiraram nos movimentos autonomistas alemães da década de 80, que pretendiam, além de um confronto claro com o Estado policial, mostrar uma forma radical de ação aos demais movimentos de protesto.

Os *black blocs* são anticapitalistas, daí o fato de concentrarem seus ataques em bancos e outros símbolos do capitalismo. Há pesquisadores, entretanto, que os classificam como antissistema. Eles não concordam com o sistema como ele está funcionando hoje. E, aí, temos uma semelhança com os protestos de maio/junho no Brasil. Mas as semelhanças param por aí. E isso para pessoas, como Tavares e Barcellos (2014), reforça a tese da infiltração. Barcellos, inclusive, afirma que durante a passeata se comunicava via internet com outros amigos, alertando sobre os infiltrados.

Da mesma forma que na Primavera Árabe, depois do fato que serviu como estopim (lá a autoimolação de Bouazizi, aqui a agressividade da polícia aos

integrantes do Coletivo MPL), trocaram informações pelas mídias sociais e foram às ruas, comprovando que no século XXI foram criadas ferramentas nunca antes imaginadas e que facilitaram a mobilização.

Ao final das manifestações, um relatório produzido pela ONG 49 e divulgado pelo jornal **O Globo** concluiu que 2.608 pessoas foram detidas durante os protestos, houve 8 mortes de alguma forma ligada aos protestos, como pessoas atropeladas por motoristas que tentaram desviar das manifestações, 117 agressões a jornalistas que ficaram feridos e 10 detenções. De acordo com o relatório, baseado em notícias de jornais, houve 696 protestos no país, o que é contestável, uma vez que houve também protestos em pequenas cidades, que pelo próprio tamanho não são consideradas notícia para os grandes veículos de comunicação. No caso específico de Mato Grosso, além de Cuiabá, houve manifestações em pelo menos outras 10 cidades de pequeno e médio porte. E nenhuma delas foi notícia, a não ser na mídia regional, 'Da mesma forma'. Os primeiros números do Relatório da ONG 49 não devem ser aceitos, uma vez que em cidades menores, não houve, por exemplo, confronto entre manifestantes e policiais, logo, não houve feridos e detidos.

3.2.1 As Manifestações em Cuiabá



Figura 9. O protesto em Cuiabá, 20/06/2013.
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Cuiabá, 20 de junho de 2013. 50 mil pessoas, de acordo com a Polícia Militar. 80 mil, de acordo com quem estava à frente da manifestação (mas não se identificava como organizador, apesar de estar no caminhão de som que comandou a manifestação), saíram pelas principais avenidas de Cuiabá, numa passeata de

cerca de 8 quilômetros até a Assembleia Legislativa. A prova que não havia um comando único pôde ser constatado logo no início. A concentração se deu na Praça Alencastro, na região central da capital, em frente a sede da Prefeitura Municipal. Quando os manifestantes começaram a caminhar, o carro de som que ia à frente, na primeira esquina, virou à direita, mas os manifestantes começaram a gritar “Volta!”, “Volta!”, enquanto viravam à esquerda e dirigiam-se à Avenida do CPA, a principal da capital, seguindo para a Assembleia Legislativa.

Seja lá qual for o número real de pessoas que estavam na rua, o certo é que foi a maior manifestação já ocorrida em Mato Grosso, superando mesmo as realizadas quando do movimento pelas Diretas Já, emenda criada por Dante de Oliveira, então Deputado Federal do estado. Professores que haviam se reunido, no dia anterior, com alunos para montar cartazes e faixas se encontravam em lugar previamente marcado via *Facebook* e, no meio da multidão, “se achavam” usando o *Whatsapp*. O mesmo acontecia com outros grupos.

Estudos coordenados por psicólogos e sociólogos concluíram que há três tipos de geração: a Geração X (termo criado por Robert Kapa para definir os nascidos após a década de 40 até meados da década de 70), a Geração Y (os nascidos de meados da década de 70 até o final da década de 90) e a Geração Z (os nascidos do final da década de 90 até os dias atuais).

Mas lá estavam também personagens que nasceram bem antes disso e que não estão classificados em nenhum dos três tipos de geração. Indivíduos que nasceram antes da década de 40, que haviam participado de campanhas, como “O Petróleo é Nosso” e da luta contra a ditadura de 64. Eles eram minoria, é verdade, mas estavam lá, acompanhados da Geração X, com certo ar de felicidade porque sabiam que seus filhos, pertencentes às gerações “Y” e “Z”, estavam em algum lugar daquela multidão que extravasava seus sentimentos e estavam escrevendo à sua maneira a própria história.

Qualquer pesquisador que se propusesse a descobrir quem eram aquelas pessoas, com certeza, não chegaria a um resultado confiável, a não ser que usasse uma margem de erro muito maior do que qualquer sondagem possa permitir. Em São Paulo, a pesquisa Ibope, realizada no dia 20 de junho e contratada pela Editora Abril, chegou a conclusão de que 46% dos manifestantes estavam na faixa dos 15 aos 39 anos. Em Cuiabá, não houve pesquisa, mas embora houvesse cidadãos de todas as idades, a predominância era de jovens. Não se via políticos, bandeiras de

partidos políticos, nem de centrais sindicais (os que surgiram no início logo foram “convencidos” a desaparecer). Havia crianças, jovens, adultos e idosos, uma amostra do Brasil, assim dizendo.

Não se pode dizer que era uma manifestação contra o sistema capitalista. Mas, com certeza, era uma manifestação contra este capitalismo que aí está. Como comentou o professor doutor Giovanni Semeraro, no Seminário Temático “Filosofia da dialética: Marx, Hegel e Gramsci”, promovido pelo GPMSE em Cuiabá, em setembro de 2011, coordenado pela professora doutora Artemis Mota Torres, dos vários países que conheceu em nenhum havia percebido uma devastação tão ampla e feroz promovida pelo capitalismo e sua face mais maligna, o neoliberalismo, como percebera no Brasil.

Como em outras capitais, nas manifestações em Cuiabá também houve violência, mas em muito menor intensidade. Ônibus foram depredados e, por medida de segurança, os empresários retiraram os veículos de circulação. Cerca de 30 pessoas foram detidas e, posteriormente, liberadas. Durante toda a passeata, a PM apenas acompanhou o protesto e não reagiu nem mesmo quando grupos brincavam, cantando sem rima alguma: “Ô “seo” PM! Libera a droga. Larga essa farda e vem puxar um baseado!”. Mas, quando um grupo tentou entrar no terreno da Assembleia Legislativa, a reação foi violenta, com cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. A ideia do grupo era acampar em frente à Assembleia para marcar posição contra uma série de desmandos que estariam ocorrendo lá.

Para alguns jovens manifestantes, a polícia estava “mansinha” devido ao escândalo que ocorrera três meses antes, quando estudantes protestavam pacificamente contra a diminuição da moradia estudantil na UFMT, a PM os atacou violentamente, inclusive, com uma das balas de borracha atiradas atingindo a virilha de uma das manifestantes. Estudantes foram presos e os dois advogados enviados para lá, a pedidos da Associação dos Docentes da UFMT, foram ilegalmente detidos. O resultado é que o Comandante da operação e outros três soldados identificados, pelas imagens feitas pelos próprios estudantes, foram afastados de suas funções. O processo penal ainda não terminou.

Manuel Castells, ao se referir às manifestações brasileiras, lembrou que elas começaram pela luta pelo Passe Livre em São Paulo (outras capitais e cidades do interior já o tem), ou seja, por uma questão de mobilidade, porque é um direito

universal “e a imobilidade estrutural das metrópoles brasileiras é resultado de um modelo caótico de crescimento urbano produzido pela especulação imobiliária e pela corrupção municipal” (CASTELLS, 2013a, p. 178).

Mas ele lembra que os estudantes gritaram também “não são os centavos. São os nossos direitos” e esta voz que explodiu nas ruas de todo o país, como consequência deste estopim (da mesma forma que a morte de Bouazizi fora para a Primavera Árabe), reproduziu o que aconteceu em todos os outros movimentos sociais ao longo da história: para além das questões concretas, logo surgiram outras que, em última análise, significam qualidade digna de vida, como saúde, educação, segurança, combate à corrupção e definição de prioridades para que todas estas reivindicações fossem atendidas.

O que se viu nas ruas foi que palavras que estavam esquecidas e que voltaram à discussão e foram pronunciadas nas ruas por milhões de vozes espalhadas por todo o país: “burguês”, “proletário”, “repressão”, “capital”, “mobilização”, “privatização”, “cartaz”, “greve”, entre outras que agora fazem parte do vocabulário de pessoas que sequer conheciam o significado de algumas delas. Como demonstrou sondagem apresentada adiante, os participantes foram se informar quanto ao significado dessas palavras, reforçando o caráter pedagógico dos movimentos sociais. Aliás, muitas destas eram usadas apenas em Assembleias Sindicais, muitas com menos de 10% dos filiados.

Entre os exemplos destas Assembleias, estão as da Associação dos Docentes da UFMT, que tem mais de 600 filiados e uma média de 40 a 50 participantes apenas. Na década de 90, participei de Assembleias que decidiram greves na antiga TV Educativa (hoje TV Brasil), na qual era Chefe de Redação, com a presença de 30 dos cerca de 500 funcionários. A exceção parece ter sido as Assembleias dos metalúrgicos dirigidas pelo ex-presidente Lula, que chegou a reunir 50% dos profissionais do ABC. Mas, nos dias atuais, já não conseguem mais esta mobilização, por exemplo, contra a perda de direito dos trabalhadores em nome do ajuste fiscal do governo.

Sobre a participação de estudantes em todos os movimentos ocorridos a partir de 2010, Fernández Buey derruba outro mito, o de que grande parte dos estudantes dos dias de hoje são alienados e não se envolvem com a política. Em artigo escrito para o jornal *El País*, da Espanha, ele lembra que há muitos anos os

estudantes universitários são definidos como seres que depreciam a política e dela não participam. No artigo, ele escreve que

[...] los estudios sociológicos que se han hecho en España y en otros países parecen confirmar esa impresión. Y lo que se escucha al respecto en las universidades parece ir en la misma dirección. La mayoría de los profesores universitarios que tienen contacto directo con los estudiantes fuera de las aulas estaría de acuerdo en que es así¹⁶ (FERNÁNDEZ BUEY, 2009, p. 4).

Fernández Buey considerava trivial deixar-se levar por esta primeira impressão, pois as manifestações dos estudantes são igualmente expressões de atitudes políticas. Eles, simplesmente, “no hacen nuestra política, o sea, la política que al patriarca que se queja le gustaría que hicieran” (FERNÁNDEZ BUEY, 2009). No artigo, O autor conclui que a maioria dos estudantes não quer nem mesmo ouvir falar de política ou de como ela é entendida e praticada pela maioria dos políticos profissionais de hoje,

Pero, en cambio, muchos suelen escuchar con atención lo que se les dice sobre la acepción noble que la palabra política ha tenido en la historia desde los griegos, o sea, sobre la participación de los ciudadanos en los asuntos de la polis o sobre la política como extensión de la ética a la vida colectiva¹⁷ (FERNÁNDEZ BUEY, 2009, p. 4).

Esta visão de Fernández Buey pode ser adequada ao Brasil ao se navegar pelas mídias sociais, especialmente o *Facebook*, que se transformou num centro de troca de informações e debates e de programação de ações sobre os mais diversos temas em debate na sociedade, como, por exemplo, a tarifa de transportes. Um deles é a “Frente de luta pela revogação da tarifa de transporte público em CBA-VG-MT¹⁸”. Outro, também criado em Mato Grosso, foi o “Comitê em defesa da saúde pública de Mato Grosso¹⁹”.

¹⁶ Tradução minha: “[...] os estudos sociológicos que se tem feito na Espanha e em outros países parecem confirma esta impressão. E o que se escuta a respeito nas universidades parece ir na mesma direção. A maioria dos professores universitários que têm contato direto com os estudantes fora das salas de aula estaria de acordo que é assim”.

¹⁷ Tradução minha: “Mas, em vez disso, muitos tendem a ouvir atentamente o que está sendo dito sobre o sentimento nobre que a palavra política tem tido na história desde os gregos, ou seja, sobre a participação dos cidadãos nos assuntos da polis ou na política como uma extensão da ética para a vida coletiva”.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/293845810718446/>>.

¹⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/268558833184842/>>.

3.2.2 *Afinal, o que queriam aqueles manifestantes?*

Essa pergunta deve ter estado presente na mente de muitos que ali participaram e já haviam passado da casa dos 60 anos. No final dos anos 60/início dos 70, quando nos reuníamos em repúblicas estudantis às escondidas para discutir o Brasil que queríamos (muitas vezes tomando vinho chileno, que estava na moda por causa da vitória socialista de Allende), quando saíamos de madrugada para pichar muros com os tradicionais “Abaixo a Ditadura!”, “Liberdade!”, “Assassinos!” e outras frases e palavras de ordem. Lutávamos contra a tirania, a tortura, por liberdade, contra os assassinatos perpetrados nos porões da ditadura. Outros, que fizeram parte de grupos armados e participaram da guerrilha, lutavam pela mesma coisa, o fim do regime autoritário e o poder nas mãos da população.

Nas manifestações de Cuiabá (e da maioria das cidades brasileiras onde houve protesto), havia aqui e ali palavras de ordem anunciadas antes nas mídias sociais, particularmente *Facebook* e *Twitter*. As principais eram: “Vem pra rua, vem!”, “O gigante acordou”, “Educação, sim. Copa Não!”, “Quero Educação padrão Fifa”, “Nem esquerda nem direita, quero ir pra frente”, “Troco a Copa por Saúde e Educação de qualidade”.

Nas passeatas dos anos 60-70 do século passado, não havia fotos. Ninguém queria aparecer. Agora os “*selfies*” e as fotos estavam presentes, o que levou alguns críticos a afirmarem que eram filhos da elite que ali estavam. Todavia, não eram. Percebia-se, claramente, que havia uma mistura, cada um com seu descontentamento em relação àquilo que, para ele, não estava funcionando no sistema. Uns pediam saúde pública decente, outros educação de qualidade, transporte público decente, ampliação do passe livre (Cuiabá é uma das poucas cidades do país em que o estudante não paga para ir de casa à escola e voltar, mas os estudantes há anos reivindicam o passe livre também fora do horário escolar). Outros reclamavam dos políticos, protestavam contra a Copa e seus gastos milionários (o Brasil estava sediando, à época, junho de 2013, a Copa das Confederações e, no ano seguinte, 2014, sediaria a Copa do Mundo).

Afinal, porque ou por quem eles estavam protestando? Todos os estudiosos, a quem tive acesso que abordaram o assunto, afirmaram que não era apenas pelos 20 centavos do reajuste no transporte público em São Paulo (grande número de prefeitos, inclusive, o de Cuiabá decidiu reduzir o preço da tarifa antes mesmo da

explosão dos protestos). Ai mais uma coincidência entre o que afirmaram estudiosos como Gerbaudo (2013) e Castells (2013): sempre há um estopim e no caso do Brasil foi o reajuste da tarifa no transporte público. Durante a passeata, não havia tensão. Nem corre-corre, à exceção do momento final, descrito na seção anterior. Foi então que a geração de 68 se encontrou com a de 2013, filhas, filhos e seus amigos da mesma idade, todos na faixa de 20 anos enfrentando suas primeiras bombas de gás lacrimogêneo.



Figura 10. Manifestação em Cuiabá 20/06/2013.
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Nada era feito às escondidas e tudo tinha um sentido. Até mesmo quando um grupo passou gritando “Dilma, olha a inflação! Do jeito que tá a Skol vai descer que nem carvão!”, eles demonstravam uma de suas preocupações. O humor era diferente das passeatas de antigamente. Naquelas, havia tensão. Nestas, alegria. O que se explica pela diferença de momentos em que vivemos. Nos anos 60-70, era um período em que, parodiando Zizek, sonhávamos perigosamente. Os anos eram de chumbo e, para o governo militar, a vida e a integridade física dos manifestantes não eram mais que um pequeno detalhe. Nas manifestações de 2013, vivíamos uma ainda tenra, mas forte democracia e, apesar dos ataques desproporcionais da PM em algumas cidades, não havia mais ambiente para golpes e desrespeito à vida e à integridade física dos manifestantes, fossem eles de direita, de esquerda ou de centro.

Muitos se adiantaram a dizer que era molecagem pura, outros que tudo era orquestrado pela direita, num país que pelo que foi mostrado na campanha eleitoral

aparentava não ter direita, já que todos prometiam o que a geração dos protestos dos anos 1960/1970 sonhava e todas as propostas, igualmente, eram para melhorar a qualidade de vida do cidadão. E os meios de comunicação, que desde tempos de Gramsci agiam para que tudo ficasse como estava, confirmavam isso.

Conversando com alguns jovens, percebi que eles se cansaram do que aí está e estavam procurando um meio para fugir disso tudo. O encontro nas mídias sociais fez com que elas deixassem de ser um simples meio de troca de piadas e agendas. Quando saíram às ruas, já debatiam a situação há tempos no *Facebook* e no *Twitter*. No *Facebook*, perfis haviam sido criados para funcionar como uma espécie de fóruns, de assembleias, nas quais questões debatidas na sociedade ganhavam destaque. Os jovens se agarraram à projetos que os colocassem na história e passaram a defender quilombolas, a participar das lutas de gênero e outras mais. E, a maioria deles, ao serem perguntados sobre o que faziam ali, respondiam simplesmente: “Estamos reescrevendo a história do Brasil”.

Um grupo de estudantes, estagiários de uma escritório de advocacia, pediu licença a seus patrões para, durante o expediente na parte da tarde, preparar cartazes que iriam utilizar em sua primeira grande manifestação, seu primeiro grito de “Basta!”, um grito que tinha de tudo, que manifestava sua insatisfação com todos os poderes.



Figura 11. Estudantes do curso de Direito da UFMT se preparando para a passeata.
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Eram estudantes que, há meses, vinham trocando ideias pelas mídias sociais sobre o que não estava bom para eles e o que eles enxergavam de ruim para os outros. A falta de professores no curso, o desleixo de outros professores, a falta de condições de trabalho, a queda livre da qualidade do ensino.

E essa “iniciação”, de estudantes cuiabanos, se repetiu em outros pontos do país. Caio, de 17 anos, que na época morava em São José dos Campos, foi à São Paulo com um grupo de amigos para participar de uma das manifestações. Quando o pai, morador de Cuiabá demonstrou preocupação, ele foi objetivo: “Você começou a escrever sua história lá atrás. Eu quero começar a escrever a minha agora”.

Depois, para começar a “escrever sua própria história”, participou de outras manifestações.



Figura 12. Fechamento da Via Dutra no dia 20/06/2013.
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Cuiabá, 22 de junho de 2013. Três mil e quinhentos manifestantes, de acordo com os organizadores (dois mil, de acordo com a Polícia Militar), protestam no centro da capital de Mato Grosso contra a Proposta de Emenda Constitucional 37 (PEC 37), proposta legislativa de emenda constitucional que ficara conhecida como “A PEC da impunidade”, porque propunha a retirada do poder de investigação do Ministério Público Federal e Estadual, além de tornar esse poder exclusividade da Polícia Civil. No mesmo dia, houve protestos em pelo menos outras 12 capitais brasileiras e em cerca de 50 cidades de grande, médio e pequeno porte.

Na época, 191 deputados e senadores, de um Congresso formado por 594 parlamentares, eram investigados pelo Ministério Público Federal. E mais de 300 deputados estaduais pelos Ministérios Públicos Estaduais (o Brasil tem, até a presente data, 1059 Deputados Estaduais). Na prática, de acordo com o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Alexandre Camanho, caso a PEC 37 fosse aprovada, também ficariam inviabilizadas as investigações contra o crime organizado, desvio de verbas, corrupção e abusos cometidos por autoridades públicas, assim como violações aos direitos humanos. Os defensores da PEC 37, como o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia (ANDEPOL), Paulo Roberto D’Almeida, argumentavam que ela apenas disciplinaria um artigo da Constituição Federal, o qual prevê que a investigação é exclusividade da Polícia Judiciária Civil e da Polícia Federal, deixando o Ministério

Público fora dos inquéritos criminais, mas mantendo-o como organismo complementar à polícia e de controle sobre ela.

Em Cuiabá, os manifestantes se concentraram na Praça Alencastro, em frente à Prefeitura, e seguiram em passeata pelas avenidas Getúlio Vargas até a Praça 8 de Abril – ponto de manifestações e, também, de comemorações da capital de Mato Grosso – voltando pela Avenida Isaac Póvoas, outra das principais do centro da capital, e pela rua Barão de Melgaço até a Câmara dos Vereadores, local onde foram depositados cartazes e faixas contra a aprovação da PEC 37. De acordo com os organizadores do protesto, a Câmara Municipal foi uma escolha simbólica por representar o poder Legislativo da capital.

Durante o percurso de, aproximadamente, quatro quilômetros, usando como instrumento metodológico a sondagem, como definida por Chizzotti (2006), com amostragem por conveniência, como definida por Bortolossi (2012), ouvi 50 participantes sobre o nível de conhecimento em relação ao significado da PEC e, mais especificamente, da PEC 37.

As respostas indicaram possibilidades de aprendizagem nos movimentos, como os que nasceram em junho no Brasil, os quais estão sempre à disposição de pesquisadores, já que inexistem a possibilidade de se censurar ou retirar o que fica documentado, a não ser por ordem judicial.

Aqui é interessante lembrar Caldart (2001) para quem é na luta que os sujeitos se transformam em seres políticos, portanto, manifestações como as de junho e as que ocorreram dois anos antes no Oriente Médio e Norte da África traziam em si um componente de formação de opinião por meio das mídias sociais, intensivamente utilizadas nos dois casos aqui apresentados, Primavera Árabe e Outono-Inverno Brasileiro.

Optei por não escolher, entre os manifestantes, indivíduos conhecidos ou que me conhecessem. Procurei, igualmente, não fazer as perguntas a manifestantes que estivessem juntos ou em grupos. Assim, a sondagem foi feita em momentos distintos da manifestação. A todos foram apresentadas quatro perguntas:

1.Você sabe o que é PEC?

2.Você sabia o que era PEC antes das manifestações?

3.Você sabe o que é PEC 37?

4.Você sabia o que era a PEC 37 antes das manifestações?

No caso específico da manifestação contra a PEC 37, foram criados perfis no *Facebook* e no *Twitter* para convocar os manifestantes. Muitas pessoas que estavam em bares e apartamentos, durante o trajeto dos manifestantes, da mesma forma que acontecera na maior manifestação dois dias antes, saíram para a rua, atendendo ao pedido de grupos que usavam o mote de todas as manifestações no país “Vem! Vem pra rua, vem!”. Algumas delas participaram da sondagem realizada. Apenas um sujeito respondeu **não** à primeira pergunta, “Você sabe o que é PEC?”. A ele foi acrescentada uma outra: “Se não sabe, o que está fazendo aqui?”. A manifestante respondeu que estava acompanhando amigos e, também, porque gosta de participar de “manifestações de estudantes”.

Com este nível de conhecimento sobre o objeto questionado, apenas um sujeito afirmando que não sabia o que significava PEC, supostamente, as respostas à primeira pergunta poderiam levar à conclusão de que estavam participando da manifestação contra a PEC apenas pessoas que tinham um certo grau de conhecimento político. Mas não foi isso que aconteceu ao considerar as respostas à segunda pergunta.

“Você sabia o que é PEC antes das manifestações?”. 32 sujeitos informaram que sabiam o significado de PEC mesmo antes das manifestações. Enquanto 17 não sabiam, mas foram se informar quando começaram as manifestações. Eles não falaram onde se informaram, mas como a maioria dos manifestantes era composta por jovens é de se supor que a internet foi a principal fonte de informação deles, não apenas pela facilidade de acesso, mas pelo tanto de informações que dispõe, muito superior a qualquer outro meio de comunicação. Apenas para se ter uma ideia, numa busca rápida no site de buscas Google com a palavra “PEC 37” em 0,19 segundos foram oferecidas 32 milhões e 700 mil páginas sobre o assunto.

Aparece aí a primeira interpretação de uma dimensão educativa da manifestação, uma vez que 34% foram se informar antes da manifestação, ou seja, pode-se concluir que sabiam o que faziam e porque estavam lá. Os 49 manifestantes que responderam **sim** à primeira pergunta igualmente responderam **sim** à terceira, “Você sabe o que é PEC 37?”.

Entretanto, ao responderem à quarta pergunta, “Você sabia o que era PEC 37 antes das manifestações?”, a maioria dos manifestantes, 27, não sabia com detalhes, antes das manifestações, do que se tratava a proposta que estava tramitando no Congresso. Alguns reponderam que antes “sabiam por alto”. Um deles

comentou que antes sabia que não era boa coisa, porque era defendida “por delegados e por um bando de políticos corruptos”.

Desta forma, pode-se inferir que as manifestações trouxeram à pauta assuntos de interesse nacional e, mais que isso, levaram cidadãos comuns a se informarem acerca de detalhes destes temas, que foram bastante debatidos nas mídias sociais, especialmente, na página específica criada para a manifestação contra a PEC 37. De certa forma, essa sondagem confirma as afirmações já citadas aqui, feitas por Caldart num estudo específico sobre o MST a respeito da formação dos Sem Terra e do princípio educativo existente no movimento. Neste estudo, ela conclui que

[...] participar do movimento da luta vai educando um jeito específico de *ser humano*, que potencializa o principal traço da humanidade: a possibilidade de fazer-se e refazer-se a si próprio, enquanto contesta a ordem estabelecida, problematiza e propõe valores, transforma a realidade e se produz como sujeito da história. As lutas sociais produzem as transformações históricas, e o fazem à medida que conseguem conformar os sujeitos sociais capazes de operá-las e, ainda mais, de consolidar os novos parâmetros de vida em sociedade que vão criando neste movimento (CALDART, 2001, s/p.).

Na maioria das manifestações ocorridas desde o início da década, estava implícita uma contestação à ordem estabelecida. Em algumas (Egito, Espanha, Islândia e Tunísia, por exemplo), me parece ter havido um desejo maior de contestar esta ordem estabelecida do que em outras (*Ocuppy Wall Street*, Vitória, no Brasil e o Outono-Inverno Brasileiro). No caso do Brasil, como já relatado aqui e afirmado por estudiosos como Castells (2013a), não se tratava de mudar a ordem econômica ou política. E o motivo também não era o transporte. Foi, sim, um momento de luta por dignidade, por ter reconhecido direitos de cidadania, os quais os manifestantes julgavam estarem sendo desrespeitados.

A sondagem, acima relatada, realizada durante uma das manifestações em Cuiabá está sendo comprovada por pesquisa ainda inédita, realizada pela agência de Publicidade F/Nazca, que produz levantamentos sobre a internet desde 2007, chegou à conclusão de que o ativismo digital cresceu no Brasil de 16%, em 2011, para 26%, em 2014. Com margem de erro de 2% e nível de confiança de 95%, a pesquisa foi realizada com 2.600 entrevistas em 144 cidades, com apoio operacional do Datafolha.

Alguns dos números foram publicados em duas notas na Coluna Radar da Revista “Veja”, de 17 de dezembro de 2014, pelo jornalista Lauro Jardim. Na primeira, “Das Redes às Ruas”, ele se refere, especificamente, à capacidade de mobilização da sociedade explicitada na pesquisa.

A F/Nazca acaba de concluir uma pesquisa, ainda inédita, que retrata a influência da Internet no engajamento e na informação do brasileiro sobre movimentos sociais e políticos. [...] os números mostram que sete em cada dez internautas foram primeiramente informados sobre o assunto nas redes sociais. Além disso, a pesquisa indica que a maioria dos que aderem a esses movimentos na internet também o faz na ‘vida real’. Em 2014 26% dos internautas apoiaram alguma causa na internet e 21% deles fizeram o mesmo na rua (JARDIM, 2014, p. 56-57).

Na segunda nota, Jardim escreve sobre a participação das mídias sociais na vida dos brasileiros. Ele informa que, de acordo com a pesquisa,

[...] 94% dos internautas usam ao menos uma rede social. A líder, claro, é o Facebook, acessado por 88% dos internautas. Já o Instagram, utilizado por 9% dos internautas em 2013, chegou a 17% em 2014 e se tornou tão relevante quanto o Twitter, que caiu de 22% para 17%. O Google foi a rede que mais emagreceu: de 43% em 2013 para 33% em 2014. A maior ascensão detectada pela pesquisa é a do Whatsapp. Era usado por apenas 7% dos internautas brasileiros no ano passado e chegou a 37% em 2014 (JARDIM, 2014, p. 57).

Uma das revelações do levantamento da F/Nazca (2014) aponta as mídias sociais não apenas como fontes de informação recorrente, mas altamente confiável, “de acordo com metade dos entrevistados, sites como Facebook, Google+, Instagram e Twitter contribuem para a mudança de opinião a respeito de algum problema coletivo”. Para o diretor nacional de planejamento da F/Nazca, José Porto,

[...] os números comprovam um fato tecnológico: as redes sociais vêm potencializando a capacidade de articulação da sociedade civil. Mais do que ter partido, as pessoas estão cada vez mais tomando partido pela internet, o que gera enormes impactos na forma de atuação de empresas e governos (PORTO, 2014, s/p.).

Estes números, acredito, comprovam algumas teses, a principal delas é que as mídias sociais se constituíram, também no Brasil, num *lócus* de debates e de

divulgação de temas e problemas que atingiam grupos cada vez maiores de internautas.

3.3 Pesquisas sobre a Mobilização Via Internet

Durante a série de manifestações, que ficou conhecida como Primavera Árabe e as manifestações no Brasil, foram realizadas uma série de pesquisas, monitoramentos e sondagens para se definir, por exemplo, o perfil dos manifestantes, seus objetivos etc., mas, especialmente, a capacidade de mobilização na internet. Alguns desses números serão apresentados a partir de agora.

No caso da Primavera Árabe, uma das mais importantes foi a realizada pela *Washington University*, que analisou cerca de três milhões de mensagens ligadas às manifestações da Tunísia e do Egito, os dois primeiros países onde houve rebeliões. A conclusão foi que, embora não tenham provocado a Primavera Árabe em si, **Twitter, Facebook, Youtube e blogs**, nessa ordem, deram aos protestos a velocidade suficiente para culminar na queda dos ditadores Zine Ben Ali, na Tunísia, em janeiro, e Hosni Mubarak, no Egito, em fevereiro. Da mesma forma, nos dois países, as mídias sociais foram fundamentais para meses depois se retomar a luta porque suas reivindicações não haviam sido atendidas ou estavam sendo descaracterizadas. O que pode parecer uma fragilidade, já que houve necessidade da retomada dos protestos, é na verdade uma demonstração de que quem utiliza as mídias sociais está atento a possíveis desvios e usará esta *arma* tantas vezes quantas forem necessárias para atingir seu objetivo.

O estudo mostra que os grandes protestos foram precedidos por picos de tuítes e diálogos online. Na Tunísia, onde **20%** dos 10 milhões de habitantes usam mídias sociais, um em cada cinco *blogs* analisava o governo no dia da renúncia, o quádruplo de um mês antes. Em um intervalo de dois meses foram mais de 1,3 milhões de tuítes com a principal *hashtag* da revolta: #sidibouzi. Resumindo, então, temos no caso da Tunísia:

- ▶ População = 10 milhões de habitantes
- ▶ 20% da população, ou seja, 2.000.000 de habitantes usam mídias sociais
- ▶ No intervalo de 2 meses, foram postados 1.300.000 tuítes #sidibouzi

Já no Egito, com 82 milhões de habitantes e 10% da população se interligando via mídias sociais, foram mais de 2,3 milhões de tuítes com a #egypt entre 14 de janeiro e 24 de março. O estudo mostra, ainda, que o debate se espalhou na região e no mundo rapidamente, numa proporção geométrica nunca antes vista nos meios de comunicação. Resumindo, no caso do Egito tivemos, portanto:

- ▶ População = 82 milhões de habitantes
- ▶ 10% da população, ou seja, 8.200.000 habitantes usavam *mídias* sociais
- ▶ No intervalo de 2 meses, foram postados 2.300.000 tuítes com a #egypt

Na época das manifestações, uma pergunta que se fazia com frequência era quem eram aquelas pessoas que estavam se manifestando via mídias sociais, convocando outros internautas para essas manifestações. De acordo com Guattari e Deleuze (2007), eram “nômades”, pois é o território nômade que movimenta as redes digitais.

Para Roseno e Fernandes (2013, p. 34), o ativista digital é “um nômade potencial da comunicação global, que utiliza os meios digitais para além de seu mundo particular”. Desta forma, ele navega trocando mensagens com milhares de outros internautas que ele seleciona na mídia social para fazer parte de sua rede social.

Há ainda os “sedentários”, aquele que tem moradia fixa (identifica onde mora) e cria raízes profundas. Foi a junção destas duas características que fizeram com que o poder estabelecido ficasse perdido quando as manifestações eclodiram. E elas foram, realmente, provocadas pela ação destes ativistas.

No Brasil, em pesquisa já aqui mencionada, de 20 de junho de 2013 realizada pelo IBOPE²⁰, a conclusão foi de que 78% das pessoas, que estavam participando de manifestações, atendiam a chamados feitos pelas mídias sociais. Definitivamente, os antigos meios de mobilização, o que iam de telefonemas a cartazes colados nos postes, muros, paredes de sindicatos, igrejas e associações de classe se mostraram superados.

²⁰ Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-m%C3%se-sentem-epresentados-por-partidos.aspx>>.

As mídias sociais recebiam nesta época de 2013, um volume de atualizações com fotos, mensagens e vídeos jamais registrado sobre um mesmo assunto. No Twitter, 65%, no Facebook, 27%, nos Blogs, 5%, no Youtube, 2%, e, no Instagram, 1%.

Esta mesma pesquisa realizada pelo Ibope revela que as manifestações trouxeram em si um aumento da curiosidade dos indivíduos pesquisados em se informar mais sobre política. Disso, acredito, se pode inferir que traziam em si a dimensão educativa, percebida na sondagem realizada em Cuiabá quando da manifestação contra a PEC 37, momento em que se constatou também que os entrevistados procuraram se informar sobre o significado de PEC, PEC 37 etc.

Na pesquisa, constatou-se que 61% dos pesquisados passaram a ter mais interesse em saber sobre política, 28% a ter interesse médio em aumentar seus conhecimentos sobre política, enquanto 6% tinham pouco interesse e 5% não tinham interesse algum. Revela-se aí, ainda mais uma vez, a dimensão educativa das manifestações, como acontecera na sondagem sobre a PEC 37, houve um aumento na vontade de se construir um conhecimento sobre os assuntos pertinentes aos acontecimentos.

Pode-se inferir que só o fato de as pessoas, nos dois casos, terem buscado estas informações (sobre o significado de PEC, de PEC 37 e sobre política) tenha um significado positivo. Embora não haja dados que confirmem, pelos perfis divulgados em pesquisas feitas durante as manifestações e até mesmo pelas palavras de ordem usadas (“O Gigante Acordou!”, “Quero Saúde Padrão Fifa!” etc.), pode-se confirmar o que pesquisadores afirmaram: a partir de agora, o Brasil se divide no antes e depois das manifestações.

Neste cenário, voltou à tona a discussão sobre o processo eleitoral, sendo debatido em todos os poderes uma forma de tornar as eleições mais competitivas (atualmente o Congresso tem votado uma série de medidas que mudam parte do processo eleitoral brasileiro, com a extinção da reeleição, mandato de cinco anos, manutenção do voto obrigatório etc.). Exige-se um novo modelo de gestão mais participativo e o engajamento de um número maior de pessoas dispostas a fiscalizar os três poderes. Na época a presidente Dilma Rousseff anunciou cinco pactos como resposta às reivindicações dos manifestantes: por saúde, educação, transporte, responsabilidade fiscal e reforma política. Nada disso estava no dia a dia da maioria da população brasileira até maio/junho de 2013 e passaram a existir, proporcionadas

pelas novas redes de tecnologia, especialmente, no que diz respeito a rapidez na mobilização de agentes e no aumento de informações, tanto positivas quanto negativas

Martins (2014, s/p.) argumenta que, diante destas alterações no dia a dia dos poderes, um ano depois das manifestações é possível se concluir que a mobilização pode dar resultado, que a capacidade de articulação e engajamento das pessoas via mídias sociais é algo concreto, que a partir dos protestos de 2013 os questionamentos sobre políticas públicas passaram a ter mais visibilidade e que as táticas *black blocs* têm sido utilizadas com frequência em outras manifestações.

Apesar de todos estes levantamentos e números, há controvérsias sobre a importância da internet quando se trata dos conflitos do oriente Médio e Norte da África. O historiador Marco Antônio Villa, professor da Universidade Federal de São Carlos, credita uma importância fundamental à nova mídia na consolidação da revolta. Para ele, os governos questionados não tiveram como controlar a difusão das imagens e mesmo a convocação da população, pois mesmo que exerçam um poder de censura sobre os meios tradicionais, não têm controle sobre as novas tecnologias. De acordo com ele,

[...] mesmo que tente controlar as repressões nas ruas, as manifestações, o povo filma com celular e coloca no *Youtube*, as redes sociais multiplicam essas imagens e têm um papel fundamental de, tanto quanto possível romper a censura que essas ditaduras impõem sobre seus povos (TV CULTURA ESPECIAL, 09/08/2011).

O sociólogo Demétrio Magnoli acredita que houve um exagero no papel que se atribui a esse novo meio de comunicação na consolidação da Primavera Árabe. Em outras palavras, essa importância não teria sido fundamental, como afirmou Villa. Para Magnoli, se por um lado a internet ajudou a tornar mais rápida a mobilização, por outro, no Egito, o momento chave da revolta foi quando as centrais sindicais e as organizações de advogados e de estudantes convocaram uma greve geral no país. Não é verdade que são revoluções espontâneas. São revoluções que estão ligadas a organizações da sociedade civil que existem nesses países. Não é uma revolução do *Facebook* (Idem).

A professora de Direito Internacional da USP, Maristella Basso, reforçando o pensamento de Villa, bate na tecla do poder de mobilização da internet. Para ela,

sem a instantaneidade do novo meio, “eles não teriam conseguido levar tanta gente para o mesmo lugar e ao mesmo tempo, nem teriam conseguido divulgar a necessidade que eles tinham de se unir e de lutar contra esses governos corruptos que eles não queriam mais” (TV CULTURA ESPECIAL, 09/08/2011)

O pensamento de Basso nos permite uma leitura da ação dos movimentos sociais como processo educativo nos dias de hoje, sua interlocução com a teoria de Gramsci sobre emancipação das massas e, sobretudo, sua ideia a respeito da necessidade da apropriação das modernas tecnologias, aliás, como lembrara Semeraro (2006).

Fica claro, igualmente, que as mídias sociais produziram um novo tipo de ativista digital. Ele é formado, em sua maioria, por jovens que descobriram na internet uma poderosa ferramenta para lançar e organizar protestos, sobretudo, contra tudo o que eles julgam estar abaixo de suas expectativas em relação ao país. E este ativista esteve presente em todos os movimentos recentes, tanto no Brasil quanto no exterior. No caso do Brasil, como afirmou o filósofo Renato Janine Ribeiro, a revista *Época* que dedicou um número especial a este novo ativista, “não foi o país que piorou e sim as exigências que aumentaram”. E aumentaram porque nos últimos anos houve um significativo acréscimo tanto do número de universitários quanto do número de pessoas com acesso à rede mundial, como já demonstrado neste relatório de pesquisa.

3.4 O Olhar de Especialistas

Durante a Primavera Árabe e o Outono-Inverno Brasileiro, centenas de estudiosos escreveram e opinaram sobre estes movimentos. A seguir, como apresentado no parágrafo inicial deste capítulo, apresento o olhar de sete pesquisadores, jornalistas e ativistas que se debruçaram sobre as manifestações tanto no Oriente Médio quanto no Brasil, motivo pelo qual os chamo, livremente, de “Especialistas”.

Parte do posicionamento de alguns deles já se encontra no corpo da tese. O critério que adotei para a escolha, como explicitarei no parágrafo inicial, foi subjetivo, com a intenção de apresentar ao final um painel de ideias sobre o que foram estas manifestações, reforçando igualmente a tese que me propus a defender: que as mídias sociais pela sua capacidade de mobilização e sua característica de ser um

novo espaço público (CASTELLS, 2013), podem ser igualmente uma ferramenta importante na formação do cidadão, como sujeito político, a qual esta que seria um dos passos para a elevação cultural da massa.

MARIA DA GLÓRIA GOHN. Pesquisadora brasileira, doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1983) e Pós Doutora pela New School University, New York (1997). Bolsista I do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Professora titular da Fac. Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua, principalmente, nos seguintes temas: movimentos sociais, participação social, educação não-formal, associativismo e cidadania. Publicou 18 livros de autoria individual, além de capítulos em coletâneas. Dentre seus livros destacam-se "Teorias dos Movimentos sociais (LOYOLA, 2012, 10a ed.); "História dos Movimentos e Lutas Sociais" (LOYOLA, 2013, 8a ed.), "Novas Teorias dos Movimentos sociais" (LOYOLA, 2014, 5a ed.) "Movimentos Sociais e Educação" (CORTEZ, 2012, 8a ed.); Sociologia dos Movimentos Sociais (CORTEZ, 2014, 2a ed.), a primeira edição deste foi publicada em 2012, mas diante das manifestações, no Brasil, a editora e ela decidiram acrescentar um capítulo especial na segunda edição.

Quando as manifestações no Brasil ganharam corpo, Maria da Glória Marcondes Gohn estava retornando para o Brasil de uma viagem, na qual acompanhou as manifestações na Grécia, na Espanha e na Turquia, onde milhares de pessoas tomaram uma praça que o governo pretendia demolir para em seu lugar construir uma igreja nos moldes otomanos. Em 2012, ela estivera nos países envolvidos na Primavera Árabe e, em Nova Iorque, onde observou o *Occupy Wall Street*.

Os primeiros protestos, portanto, foram acompanhados de longe e, por isso, mesmo ela os chamou de "Movimento dos Indignados das Praças, das Ruas e das Avenidas". E foi de longe que ela fez uma primeira leitura sobre estes movimentos que, como ela ressaltou, atuavam em coletivos sem lideranças hierárquicas, como dispunham os movimentos anteriores, tendo como grande arma a autonomia.

Ao chegar ao Brasil, um dos detalhes que ela apontou foi que a população que atendeu ao chamado das mídias sociais para aos protestos que vinham acontecendo desde o início do mês, porém não atenderam ao protesto programado pelas centrais de trabalhadores. Para ela, isso aconteceu porque as novas gerações de jovens não se identificam com as formas de organização existentes e reagem ao

modelo de sociedade em que vive, "de muito consumo, mas de qualidade de vida sofrível" (GOHN, 2013, s/p.).

De acordo com ela, ao se mobilizarem via mídias sociais, estes jovens estão produzindo um laboratório de experimentações e de novas formas de se operar a política. Ao contrário de analistas como Gerbaudo (2013), Gohn acredita que há uma semelhança básica entre o movimento de 68 e do Outono-Inverno Brasileiro:

[...] o protagonismo de jovens, especialmente estudantes; a falta de espaço em canais para vocalizar demandas; a influência de ideias do socialismo libertário, o uso de meios de comunicação da época para articularem as ações - muros e a TV em 68, redes da mídia e celulares/IPAD etc. em 2013 [...]. Com as manifestações, apenas iniciou-se um novo ciclo, que vai e vem. As providências tomadas pelos poderes constituídos, ainda que insatisfatórias, foram uma clara demonstração de que o movimento não foi apenas uma série de manifestações nas ruas e avenidas do país (GOHN, 2013, s/p.).

Gohn (2013) acredita que com a internet vem crescendo, como uma espécie de centralizadora das ações coletivas, tornou-se necessário uma revisão do que sejam os movimentos sociais de hoje, pensamento muito parecido com o de Scherer-Warren (2012) para quem nos dias de hoje torna-se necessária uma reconceitualização dos movimentos sociais. Gohn acredita que

[...] com a alteração do formato das mobilizações neste milênio e a ampliação dos sujeitos coletivos, os movimentos sociais estão agora dispostos em redes associativas, graças à profusão de novas tecnologias de comunicação. Isso decorre também do alargamento das fronteiras dos conflitos, como a questão migratória e imigratória e de acesso a recursos estratégicos, como água, energia, terra, etc. Esses conflitos, por sua vez, deixam de ter somente como eixo os *Movimentos sociais x Estado*, e referenciam-se em novos eixos, incluindo corporações e outros agentes econômicos interessados em tais recursos (GOHN, 2013, p. 17).

Mas, Gohn alerta que esta mudança de foco poderá trazer problemas no futuro, já que todos buscam o bem-estar social e a qualidade de vida, associados ao desempenho dos indivíduos. Com isso, o Estado e a sociedade podem vir ficar à margem do compromisso de busca pelo bem estar social e qualidade de vida e a evolução somente seria conseguida a partir do momento em que os cidadãos tivessem controle sobre suas próprias vidas. A única possibilidade, acredito, de o cidadão ter controle sobre a própria vida é uma participação mais direta sobre as

decisões dos três poderes, o que significa, inclusive, uma reforma política que altere radicalmente a relação cidadão/poderes para que em vez de Estado e sociedade se afastarem do compromisso com a mudança, se unam por ela.

RAQUEL RECUERO. Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora e pesquisadora dos cursos de Comunicação Social - Habilitações em Jornalismo e Publicidade e Propaganda e do Programa de Pós-Graduação em Letras, com concentração em Linguística Aplicada na Universidade Católica de Pelotas. Colaboradora da *Digital Midia and Research Hub*. Considerada uma das maiores especialistas em redes e mídias sociais, conversação mediada pelo computador e difusão de informações pela internet. Autora de “Redes Sociais na Internet” (2009); “Métodos de pesquisa para Internet” (2011); e “A conversação em rede” (2012). Consultora de mídias sociais já trabalhou em empresas como Google e My Space.

Recuero afirma que, no caso do Brasil, houve uma “guerra discursiva” nas manifestações de junho de 2013 no Brasil. Para ela, a mídia dirigiu o foco de suas reportagens para a violência, apenas nos últimos dias das manifestações, para caracterizar o vandalismo. Mas, nas mídias sociais, os atores, que na linguagem do programa de informática utilizado por ela são chamados de “nodes” ou “nós”, já se manifestavam sobre ela, violência, desde os primeiros protestos. As análises que Recuero fez durante as manifestações, tiveram quase sempre a participação dos professores Fabio Malini e Marco Toledo. Usando programas de computadores, eles quantificavam os termos que circulavam pelas mídias sociais para aí sim dar uma interpretação.

A principal conclusão nos estudos apresentados, em seus Blogs e em artigos acadêmicos, é que conforme algum evento ia se desenrolando (com destaque para a violência da polícia que foi registrada, especialmente, no Rio de Janeiro, em São Paulo e Belo Horizonte), surgiam novos *hashtags*, tendo usualmente o Executivo e o Legislativo como vilões porque, em última instância, era eles quem deveriam dotar o cidadão do que se reivindicava: saúde, transporte e educação de qualidade, por exemplo.

Outra conclusão é que, nas manifestações, o engajamento dos perfis (páginas em mídias sociais) tinha por base a emoção. O próprio conteúdo da cobertura da mídia tradicional deu combustível para se desqualificar o que eles

chamaram de “reacionários dos sofás”, indivíduos que ficavam em casa acompanhando a mídia tradicional e, a partir da visão dela, combatiam o ativismo dos “presentes nas ruas”.

Aqui, penso eu, temos aquilo a que Gramsci (1916) se referia no artigo “o jornal e os operários”, quando falava de subalternos que se deixavam manipular pela mídia que estava a serviço da classe dominante. Um interessante mapeamento, feito por Recuero, foi sobre o discurso da Presidente Dilma Rousseff. Como se sabe, ela somente se manifestou publicamente no dia 21 de junho, portanto, 15 dias depois de iniciadas as manifestações, as quais a esta altura estavam acontecendo em quase todas as capitais brasileiras e nas principais cidades de grande e médio porte, ultrapassando o eixo Rio-São Paulo-Brasília, tradicional em manifestações.

No estudo, publicado pela revista *online* Fronteiras, em julho de 2013, mas disponibilizado no seu Blog desde junho do mesmo ano, Recuero chega à algumas conclusões. Primeiro, ela analisou o #tamojuntodilma, dos apoiadores da Presidente. Foram registrados 4.368 tuites de 3.182 autores (contas individuais), ou seja, mais de um tuite está relacionado ao mesmo autor. Ao reproduzir o gráfico gerado pelo programa NodeXL, percebe-se que há uma centralização, ou cluster, das citações. Na análise via NodeXL, ela estudou o #CalabocaDilma, foram detectados 5.997 tuites postados por 4.804 tuiteiros, novamente indicando que mais de um tuíte foi publicado mais de uma vez pelo mesmo autor. O que o software mostrou, entretanto, é que os “nodes” ou “nós”, termos explicados anteriormente, eram menos clusterizados, ou centralizados, o que significa, basicamente, que havia mais gente participando, ou seja, mais oposição ao discurso da Presidente.

Analistas, como Raquel Recuero e seus parceiros Fábio Malini e Marcos Toledo, trabalham com dados e informações quantitativas, diferentemente, de cientistas sociais da área de humanas. Mas as conclusões, como as colocadas aqui por Recuero, levam ao mesmo caminho. Mesmo levando-se em conta que 2013 foi um ano pré-eleitoral, não se pode afirmar que as manifestações tinham única e exclusivamente o objetivo de enfraquecer o governo da presidente Dilma, já que, lembrando mais uma vez, os protestos começaram como reação à violência da PM paulista, comandada por um partido de oposição a ela, à manifestação pacífica de um coletivo de estudantes que lutavam contra o aumento da tarifa de transporte coletivo.

MALCOM GLADWELL. Jornalista, britânico, atualmente vivendo em Nova Iorque. Articulista do *The New Yorker*, foi considerado pela revista *Time* americana como uma das 100 pessoas mais influentes dos EUA. Autor de “O ponto da virada: como pequenas coisas podem fazer uma grande diferença” (Sextante, 2006); *Fora de Série: Outliers* (Sextante, 2008) e “O que se passa na cabeça dos cachorros e outras aventuras” (Sextante, 2010) entre outros. Seus livros têm sempre como base o trabalho acadêmico, especialmente das áreas de ciências sociais. Em 2007 recebeu o título de Doutor Honoris Causa em Letras da Universidade de Waterloo.

Gladwell é uma das vozes (quase isoladas) contrárias ao que ele chama de “evangelismo das mídias sociais”. Num artigo que escreveu em setembro de 2010 na revista norte americana **The New Yorker**, traduzido e publicado pela Folha de S. Paulo em dezembro do mesmo ano, com o título “A revolução não será tuitada”, muito debatido antes mesmo da publicação de sua tradução no Brasil, Gladwell aponta um limite para o que ele chama de “ativismo político nas redes sociais”.

Um dos argumentos que usa é que houve, ao longo dos tempos, diversas ações que se multiplicaram numa época em que não havia a tecnologia dos dias de hoje. Cita um caso que estudou e que entrou para a história dos Estados Unidos. Muitos anos depois, já como jornalista, ele conversou com alguns dos personagens do caso: 4 universitários negros americanos que, em 1960, sentaram-se para beber numa lanchonete que somente servia brancos. Depois de muita pressão, que incluiu uma porta fechada, saíram por uma porta lateral, ameaçando voltar lá com todo o Colégio, onde somente estudavam negros. Na manhã seguinte, o protesto se expandira e o grupo tinha 27 pessoas. Em alguns dias, os manifestantes eram 70, depois 80 e depois 300. Nesse número, incluía-se somente três pessoas brancas. A repercussão saíra dos limites de Greensboro e atingira boa parte do estado da Carolina do Norte. Ao final o protesto, tinha cerca de 70 mil simpatizantes. Milhares foram presos e outros radicalizaram enfrentando a polícia. “Esses acontecimentos – escreveu ele – se tornaram uma guerra de direitos civis que engolfaram o Sul dos Estados Unidos até o final da década – e tudo aconteceu sem e-mail, mensagens de texto, Twitter ou Facebook” (GLADWELL, 2010).

Gladwell é cético em relação ao poder das mídias sociais no ativismo, porque, de acordo com ele, as plataformas que possibilitam esse tipo de ativismo “são construídas a partir de vínculos fracos. [...] Há força nos vínculos fracos como

observou o sociólogo Mark Granovetter [...] Mas raramente vínculos fracos conduzem a ativismo de alto risco” (GLADWELL, 2010).

No entanto, ele reconhece que as novas ferramentas reinventaram o ativismo social, pois com o *Facebook* e o *Twitter* tornou-se mais simples aos ativistas colaborar, coordenar e dar voz às suas preocupações. Mas faz uma ressalva, invertendo a relação entre as causas político-sociais que os movem: “Onde os ativistas eram definidos pelas suas causas, agora eles são definidos pelas suas ferramentas”.

Aqui, acredito, cabe lembrar que um dos temas frequentes na obra de Gramsci diz respeito à reforma intelectual e moral, que somente seria possível se envolvesse as camadas populares da sociedade. Reformas sem esta característica estavam, de acordo com o pensador sardo, fadadas ao fracasso exatamente por não trazerem em si o modo de sentir e de pensar das grandes massas. Gramsci questionou e, logo, respondeu:

Pode haver uma reforma cultural, ou seja, uma elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente o programa da reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI, 2012, p. 19).

Em outras palavras e trazendo este pensamento para nossos dias, as manifestações, mantidas por este novo ativismo digital, não levariam à uma reforma profunda porque, como defende Gladwell, os vínculos são fracos, com o que não concorda Castells, como veremos a seguir.

MANUEL CASTELLS. Sociólogo espanhol, considerado um dos pensadores mais influentes do mundo, ele é um dos mais respeitados analistas da era da informação e das sociedades conectadas em redes, investigando os efeitos da informação sobre a economia, cultura, política e os movimentos sociais, que dela nascem, e a relação entre a política e novas mídias. No final dos anos 70 foi professor da Universidade de Paris e nos anos 80, já nos Estados Unidos, assumiu uma cátedra na Universidade de Berkeley, na Califórnia. Em 2001 tornou-se pesquisador da Universidade Aberta da Catalunha, em Barcelona. Publicou centenas de artigos e mais de vinte livros.

Entre eles: “A sociedade em rede”, que foi o primeiro volume da trilogia “Economia, sociedade e cultura”, na qual faz um mapeamento do cenário mediado pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (Tics).

Castells ao participar, em São Paulo, do programa “Fronteiras do Pensamento”, já citado anteriormente, quando questionado sobre o que estava acontecendo na cidade respondeu:

Todos estes movimentos [ele se referia às manifestações que se seguiram ao protesto do MPL], como os movimentos sociais na história, são sobretudo, emocionais. Não são pontualmente reivindicativos. Não é o transporte. Em algum momento há um fato que provoca a indignação. E então, ao sentir a possibilidade de estar juntos, sentir a possibilidade de que há muitas pessoas que pensam a mesma coisa, fora do marco institucional, aí surge a esperança de que pode se fazer algo diferente. O que? Não se sabe, mas com certeza não é o que existe. Com certeza é outra coisa. O fundamental é que a maioria dos cidadãos do mundo não se sentem representados pelas instituições democráticas. Não estão contra a democracia. Não se trata dos conceitos de democracia real e democracia possível, apenas não se sentem representados pelas instituições democráticas como elas estão hoje (CASTELLS, 2013, s/p.).

Em maio de 2013, quando as manifestações de ruas começaram a ganhar corpo no Brasil, Manuel Castells veio ao Brasil para preparar o lançamento de seu novo livro *Network of Outrage and Hope*, que traduzido para o português seria lançado na Bienal do Livro no Rio de Janeiro, no final de agosto, início de setembro pela Zahar Editores, com o título “Redes de Indignação e Esperança – Os Movimentos sociais na era da internet”. No livro, ele fazia uma análise de movimentos sociais recentes, como a Primavera Árabe, a revolta dos Indignados na Espanha e o *Occupy* nos Estados Unidos.

Nos vinte dias que passou aqui, entre debates e entrevistas, as manifestações tiveram início. Em consequência, ele e os editores brasileiros decidiram acrescentar um Posfácio com uma análise dos protestos no Brasil e antecipar o lançamento do livro para julho, para que ele chegasse às livrarias ainda no calor do grito nas ruas.

Neste Posfácio Castells (2013a, p. 178) começa escrevendo “aconteceu também no Brasil e sem que ninguém esperasse” e termina afirmando que “o que é irreversível no Brasil como no mundo é o empoderamento dos cidadãos, sua

autonomia comunicativa e a consciência dos jovens que tudo o que sabemos do futuro é que eles o farão. Mobilizados” (2013a, p. 182).

Castells bate na tecla de que a alegria de o Brasil sediar mais uma vez uma Copa do Mundo transformou-se “num negócio mafioso de corrupção em grande escala da qual participam empresas de construção, federações nacionais e internacionais e administrações públicas de diversos níveis” (CASTELLS, 2013a, p. 179). Para o sociólogo espanhol, que é professor em duas universidades americanas, o grito que ganhou as ruas,

[...] saiu das entranhas de um país perturbado por um modelo de crescimento que ignora as dimensões humanas e ecológicas do desenvolvimento. Um modelo centrado no crescimento a qualquer custo, ainda que, no caso do Brasil, acompanhado de uma redução da pobreza e de políticas sociais redistributivas. Mas sem assumir a nova cultura da dignidade e do florescimento da vida para além do consumo. Um modelo desenvolvimentista, como o chinês e tantos outros, que enveredam por uma senda autodestrutiva com o objetivo de sair da pobreza (CASTELLS, 2013a, p. 179).

Ele não passa ao largo da educação, também, ao afirmar que esse modelo não entende que a “escolarização sem uma verdadeira melhoria do ensino não é educação, mas armazenamento de crianças [...]” (Idem), um pensamento que coincide com uma das lutas dos professores de Instituições de Ensino Superior (IFES), em 2012, ao realizarem a maior greve da história que parou as universidades públicas por 127 dias.

Para Castells, as manifestações que começaram na Tunísia e se estenderam por diversos países, derrubando governos ou fazendo com que eles se mexessem, é um mundo que a “gerontocracia dominante não entende, não conhece e que não lhe interessa”, mas que a apavora – quando vê seus filhos se comunicando via internet, tomando posições e deixando claro que o poder está saindo do controle deles e migrando para a juventude.

Quando escreveu o Posfácio, Castells identificou como um dos aspectos mais significativos nas manifestações brasileiras: a reação de representantes de distintos partidos, governistas e opositoristas que, em sua grande maioria, tal como ocorre no mundo todo, classificaram os protestos como demagógicos e irresponsáveis uma vez que defendem um modelo de desenvolvimento que não coloca o ser humano

como centro das ações, a não ser quando se torna necessário usá-los para se atingir algum objetivo político eleitoral.

Ele reconheceu, igualmente, que se as manifestações levariam a uma interação real entre a política das ruas e a política das instituições, esta ainda era uma questão em aberto, porque tradicionalmente o político brasileiro, “como em todo o mundo”, não presta contas a ninguém,

[...] vê os votos como se fossem seus, seus cargos públicos como direito próprio e suas decisões como indiscutíveis. [...] A democracia foi reduzida a um mercado de votos em eleições realizadas de tempos em tempos, mercado dominado pelo dinheiro, pelo clientelismo e pela manipulação midiática (CASTELLS, 2013a, p. 178).

Castells (2013a, p. 7) lembra que embora pouco ou nada existisse entre os diversos movimentos que eclodiram, a partir de dezembro de 2010, em todos eles, a movimentação “começou na internet, já que são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas – que ao longo da história haviam monopolizado canais de comunicação como alicerces de poder”.

O estudioso espanhol lembra que “os movimentos espalharam-se como que por contágio num mundo ligado pela internet sem fio [smartphones, notebooks, *tablets*, etc.] e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias” (CASTELLS, 2013a, p. 8). Como num passe de mágica, de um momento para outro, detentores de grandes fortunas passaram de objeto de inveja a de desprezo, a mídia se tornou mais suspeita do que sempre fora, os políticos foram transformados em corruptos e mentirosos. O olhar de Castells é bem claro:

[...] os seres humanos criam significado para as coisas, interagindo pelo ato da comunicação [...] A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é, simultaneamente global e local (CASTELLS, 2013a, p.12).

Para Castells,

[...] os Movimentos sociais de hoje, e provavelmente aqueles que ocorreram ao longo da história são constituídos de indivíduos. Digo isto no plural porque, na maior parte do que li das análises sobre esses movimentos em todas as épocas, havia, as vezes apenas um único herói, acompanhado por uma multidão indiferenciada,

chamada classe social, etnia, gênero, nação ou fiéis (CASTELLS, 2014, p. 17).

Ele conclui que, como aconteceu com todos os movimentos da história, os movimentos sociais em rede também continuarão a lutar, debater, evoluir, construir um conhecimento crítico (mais até que os outros, por se tratar de uma comunicação instantânea à disposição sem nenhum tipo de censura ou interferência externa) e desaparecer nas condições que hoje existem, já que não é possível se prever o que acontecerá no próximo século, por exemplo. Esta visão é parecida com a de Gerbaudo (2013), como veremos a seguir, no que se refere à sua definição do que seja movimento social.

Mesmo no caso improvável de se transformarem num ator político, num partido ou numa nova agência [denominação dada de modo geral pelos teóricos sociais, à pessoa ou grupo de pessoas que dão início a um movimento, e que Castells chama de “indivíduos”] deixarão por isso mesmo de existir. Porque a única questão relevante para se avaliar o significado de um movimento social é a produtividade histórica e social e seu efeito sobre os participantes como pessoas e sobre a sociedade que ele tentou transformar (CASTELLS, 2013a, p. 175).

PAOLO GERBAUDO. Sociólogo italiano, professor de Cultura Digital do King’s College de Londres, esteve como observador em três dos principais locais de manifestações da Primavera Árabe, a Praça Tahir, no Egito, na Espanha e Wall Street, nos Estados Unidos. A partir desta observação escreveu o livro “Tweets and the streets” que numa tradução livre significa “Tuites e as ruas” sobre a mobilização digital que desencadeou as manifestações de 2011. Numa entrevista ao programa Sem Fronteiras da Globo News, ele expôs sua opinião também, sobre as manifestações no Brasil.

Para Gerbaudo, em primeiro lugar, não há como se comparar as manifestações dos anos 1970 e 1980 com as atuais.

Aquelas tinham uma clara identidade política, uma identidade de esquerda. Protestos como o Occupy, Primavera Árabe, manifestações do Brasil e mais recentemente na Turquia, tem uma identidade mais diluída e cívica. Muitos dos manifestantes do Brasil não querem ser vistos como de direita ou de esquerda. São apenas cidadãos contra o Sistema (GERBAUDO, 2013).

O que todos estes movimentos têm em comum, de acordo com ele, além da presença maciça das mídias sociais, é que neles não há uma liderança nem carismática, no estilo de Gandhi ou Martin Luther King, nem partidária, como normalmente ocorre na vida do cidadão/eleitor.

[...] o que esses movimentos têm é uma liderança coletiva, que administram perfis no Facebook, Twitter e outras mídias sociais. São elas que constroem o discurso do movimento e chamam para o protesto. Isso não é feito por uma pessoa, mas por muitas, centenas milhares, milhões. A questão da liderança nestes movimentos é mais complexa porque a mídia é muito mais complexa do que era em outros movimentos de 30, 40 anos atrás (GERBAUDO, 2013).

Para Gerbaudo em todos estes movimentos existe o que Ernesto Laclau chamou de “cadeia de equivalências”: começa com algo concreto. No caso da Tunísia, foi a autoimolação de Bouazizi, no Egito, o assassinato de Khaled Saeed, no caso do Brasil, foi o reajuste da tarifa dos ônibus. Mas estes casos representam mais que uma história. Tornaram-se exemplos do que tunisianos, egípcios e brasileiros sofriam em todos os níveis da sociedade, incluindo aí a brutalidade policial, a corrupção, a ineficiência do Estado. De acordo com Gerbaudo,

A palavra “movimento” significa exatamente coisas que se movem, se mexem, se espalham e depois desaparecem [...] Todos os movimentos são assim. O que varia é o tempo que eles demoram do nascimento à morte. É onde novas questões, valores e identidades aparecem para o público. Esses movimentos promovem uma grande mudança que é cultural. Divulgam o fato de que muitas pessoas acreditam que o capitalismo contemporâneo e neoliberal não está funcionando. Eles estão reiterando que, na Turquia por exemplo, é mais importante ter árvores que um tempo no estilo otomano, reforçando que a qualidade de vida é importante, que existe o direito à cidade a um espaço público onde as pessoas possam dividir suas vidas. Esses movimentos resultaram numa grande mudança cultural [...] A próxima batalha será sobre as organizações sociais e políticas [...] Se elas serão capazes de construir um trabalho a partir destes movimentos a ponto de ter um trabalho que afete a estrutura a médio ou longo prazo [...] Ou seja, mudanças políticas, econômicas. Jurídicas e assim por diante (GERBAUDO, 2013).

PIÈRRE LEVY. Filósofo nascido na Tunísia, naturalizado canadense e depois francês, que se diz um pouco brasileiro porque há 25 anos vem ao país fazer palestras e conferencias, especializado em cultura virtual contemporânea, Professor do Departamento de Hiperídia da Universidade de Paris. Especialista em interações entre internet e sociedade é autor

de 24 livros, sendo 13 traduzidos para o português, entre os quais se destacam “Cibercultura” (São Paulo, Editora 34, 2009); “Ciberdemocracia” (Lisboa, Instituto Piaget, 2003) e “O futuro da internet em direção a uma cibercultura interplanetária”.

Para o filósofo francês, as manifestações ocorridas no Brasil e em outras partes do mundo são, sim, resultado do fato de hoje muita gente estar se conectando via internet e se relacionando via mídias sociais. Não há como se comparar as manifestações de agora com as de 1968, iniciadas com a Primavera de Praga, quando o Alexander Dubcek, aliado a intelectuais tchecoslovacos decidiu conceder direitos adicionais aos cidadãos num ato de descentralização parcial da economia e de democratização do país.

De acordo com Levy, que deu uma entrevista ao jornal **O Globo** pelo Twitter, em 26 de junho de 2013, o que se viu no Brasil foi uma comunicação sem fronteiras, não controlada pela mídia tradicional, uma nova ideologia que inclui reivindicações por mais qualidade de vida, traduzidas na luta por mais saúde, educação, fim da corrupção etc.

Sobre o futuro, o filósofo francês acredita que não se deve esperar resultados a curto prazo, nem mudanças políticas importantes, mas, com certeza, a médio e longo prazo esses resultados virão, porque com as manifestações surgiu um novo tipo de consciência, uma elevação do espírito crítico, um choque cultural que terá efeitos no futuro da sociedade.

Para ele, há muitos anos a internet vinha sendo usada como uma forma de dar mais mobilidade aos movimentos sociais e, por se considerar um pouco brasileiro, ficou feliz com o que viu aqui, porque, em sua visão, há sinais de mudanças, como diria Castells “na cabeça das pessoas”.

Levy discorda que as reivindicações eram diluídas, com cada manifestante ou grupo reivindicando uma coisa. Para ele, o que se queria estava bem claro: “era mais qualidade de vida”. Ele defende, também, a ideia de que um grupo ou indivíduo qualquer, sejam quais forem suas origens geográficas e sociais, mesmo que não tenha quase nenhum poder econômico, contanto que lance mão de um mínimo de competências técnicas, pode investir no ciberespaço por conta própria e adquirir dados, entrar em contato com outros grupos ou pessoas, participar de comunidades

virtuais ou difundir para um público vasto informações de todos os tipos que ele julgar dignas de interesse.

Para o filósofo francês, na nova era dos movimentos sociais, as vozes que reivindicam se eternizarão, porque ao contrário de outros períodos, o que se diz fica à disposição de quem navega pela cibercultura, fazendo pressão e quase sempre conseguindo respostas dos poderes constituídos.

VALÉRIO ARCARY. Historiador marxista, autor de “As esquinas perigosas da história” (Xamã, 2004) e “O encontro da revolução com a história” (Sundermann e Xamã, 2006), entre outros. Doutor em História Social pela USP, foi fundador do Partido dos Trabalhadores com o qual rompeu em 1991 para se unir ao grupo que fundou o PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos.

Em depoimento postado no *Youtube*, Arcary afirma que não viu o Outono Inverno Brasileiro como uma onda conservadora ou um golpe, estrategicamente montado pelas forças mais reacionárias. Para ele, o Partido dos Trabalhadores inventou um mito, segundo o qual o Brasil é um país de maioria de classe média, ou seja, uma família que tem como renda de dois a 10 salários mínimos, pertenceria à classe média. Para ele, no entanto, o que define a classe, a qual o cidadão pertence, é o que ele é e o que ele faz.

A grande maioria dos brasileiros – diz ele – pertence à classe trabalhadora porque vive do trabalho assalariado e a juventude que foi às ruas é uma parcela muito importante da classe trabalhadora, é a juventude mais escolarizada e conectada que esse país já viu (ARCARY, 2013, s/p.).

Ele enxerga, ainda, uma frustração na sociedade diante dos fatos, a maioria deles traduzidos nas reivindicações levadas às ruas e acredita que isso é consequência de inversão das prioridades, citando, especificamente, o caso da educação: abandono da escola pública com investimento maciço no ensino privado, que nos últimos anos se multiplicou assustadoramente, porque financiado pelo dinheiro público e investimento absurdo em obras da Copa, que não eram prioridades para o Brasil.

Arcary afirma, ainda, que mudanças são possíveis a partir de manifestações, como as que ocorreram no Brasil, e que algumas reivindicações, em todos os níveis

da administração, foram conseguidas com poucos dias de manifestações, por exemplo: determinação de prisão de um Deputado acusado de corrupção pelo STF, redução ou cancelamento do reajuste na tarifa de ônibus em várias cidades, aprovação da lei que torna a corrupção crime hediondo, apresentação de propostas concretas por parte do governo federal atendendo a parte das reivindicações, entre outras.

Há um ponto em comum, explícita ou implicitamente, acredito, entre os sete “especialistas” aqui apresentados: os sujeitos que participaram das manifestações, não apenas no Brasil, mas em outros países, vivem o que Castells (2013) chama de “cultura da autonomia”, que seria a base da cultura contemporânea e que significa “estar muito além do controle de governos e empresas”.

Todos concordam, também que a evolução da tecnologia, que a partir dos tradicionais correios eletrônicos, a primeira mídia social, que proporcionavam uma interação quase individual, chegou-se às modernas redes interativas de comunicação distribuída. A voz discordante sobre a importância das mídias sociais e da comunicação em rede, como vimos acima, é a de Maxwell Gladwell. Mesmo assim, ele reconhece que as novas mídias sociais reinventaram o ativismo.

Os movimentos que observamos têm em comum o fato de seguir na direção de quem quer ser o sujeito de sua própria história. É como se estes sujeitos estivessem procurando um novo tipo de relação com as instituições.

Ao reinventar o ativismo, e conseqüentemente ao criar um novo tipo de ativismo, as novas mídias sociais mostraram que, da mesma forma que no passado, nas marchas, manifestações, protestos também temos construção de saberes. O debate nas mídias sociais, nesses casos se fez presente antes nas mídias sociais, como concordam os “especialistas” aqui selecionados.

Os movimentos virtuais realizam uma renovação nas lutas sociais, independentemente das estruturas partidárias. Aí está a dimensão educativa que age primeiro “na cabeça das pessoas”. Nesta dimensão educativa, como se referiu Gohn, destaca-se mais uma vez o “protagonismo dos jovens” ou do “empoderamento dos jovens” como se refere Castells. Afinal, lembrando o que afirmou Levy, na nova era dos movimentos sociais as reivindicações ficarão na cibercultura fazendo pressão e, não raro, conseguindo resposta das instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manifestações, como a Primavera Árabe, o Outono-Inverno Brasileiro, *Occupy Wall Street*, Indignados da Espanha, o M-15, As Revoluções das Panelas, na Islândia, tiveram em comum o grito de “Basta!”. Pode-se mesmo afirmar que todos estes movimentos, apesar de realizados em países com realidades política, econômica e geográfica diferentes, reuniam manifestantes indignados com a ordem vigente. Não foram, necessariamente, como afirmaram alguns dos estudiosos citados neste estudo, movimentos contra o capitalismo, mas, sim, contra este capitalismo que aí está representado pela sua forma mais perversa, o neoliberalismo, o qual mata esperanças e pessoas, que impede uma visão de futuro digno, que corrompe e dá abertura à corrupção mais facilmente que outro qualquer, deseduca, só faz aumentar a diferença entre dirigentes e dirigidos, que, usando uma licença poética, trata gente como gado e fazendo de conta não saber que com gente é diferente. Enfim, contra esse sistema que aí está e que impede a transformação do homem, agente da transformação da sociedade.

Foi este o motivo que nos fez recorrer a Gramsci e sua forma de antever a sociedade justa. O filósofo italiano preconizava a necessidade de uma reforma intelectual e moral, como ponto fundamental da transformação da sociedade. Ao tratar do tema, citou diversas reformas, mas considerou a filosofia da práxis como a verdadeira reforma intelectual e moral. Como militante comunista, o pensador sardo foi contra o poder hegemônico dos burgueses sobre os proletários. E, como um estudioso da filosofia da práxis, ele buscou uma alternativa para libertar as classes exploradas, que deveriam impor-se sobre os adversários, ou seja, deveriam realizar a transformação da sociedade. Daí sua insistência

Os movimentos aqui estudados não seriam capazes por si só capazes de realizar esta transformação. Certamente não e nem este foi o objetivo deles, porque desde o início não incorporaram em suas reivindicações pontos que levassem a uma grande transformação social, a uma reforma como proposta por Gramsci. No entanto, eles podem, por meio da pressão via mídias sociais, promover alterações no sistema tal qual se apresenta hoje. Este sim foi seu objetivo central.

Foi por isso que procuramos recorrer ao pensamento de Gramsci, segundo o qual não é possível uma transformação da sociedade se não houver antes uma transformação da mentalidade de seus membros, se não houver uma elevação cultural das massas que recebem e aceitam passivamente valores que não são os seus, que são levadas a ser, assim, manipuladas pelas *armas* que as classes hegemônicas têm ao seu dispor para mantê-las ignorantes e sem uma visão de sua própria realidade. Não se trata aqui de render-se ao fascínio das mídias sociais que levaram milhões de manifestantes às ruas em todo o mundo, atingindo nações com realidades históricas, políticas e econômicas tão distintas. Afinal se elas, as mídias sociais, têm uma característica aglutinadora e educadora, têm seu aspecto aglutinador e educador, elas possuem igualmente uma vertente não educadora ou “deseducadora”, utilizada pelas forças que compõem os grupos de indignados e que a usam para manipulação.

Os movimentos sociais, uns mais outros menos, têm se constituído em espaço não apenas de luta, mas de formação e transformação de seus participantes em cidadãos “críticos, autônomos, criativos e politicamente responsáveis”, no dizer de Torres, orientadora desta tese, constituindo-se num ponto relevante de educação.

Ao recorrer aos conceitos de movimentos sociais, que têm variado e no presente momento passam por uma nova redefinição, percebi que eles têm, como componente principal, como coração, cérebro e pulmão, uma dimensão educativa capaz de fazer o cidadão se tornar “sujeito político” para usar o termo de Caldart (2001, s/p.), no exercício da luta.

O que a história mostra é que o que fica dos movimentos sociais depois do auge de suas ações é a causa pelo qual eles foram desencadeados, que será sempre lembrada e trazida à tona quando necessário. Algumas destas lutas existiam antes mesmo do surgimento dos movimentos sociais que delas viriam a se ocupar. A luta por reforma agrária, por exemplo, é anterior ao surgimento do MST, como a luta por direitos da mulher é, também, anterior ao movimento feminista. É na assunção crítica de uma causa que está a possibilidade de elevação do indivíduo ao mais alto ponto do conhecimento crítico. É a causa, incorporada criticamente, que transforma “a criança em homem” e o homem em cidadão.

As novas tecnologias de informação vinham transformando a agenda dos movimentos sociais há algum tempo e passaram a ser objeto de estudo desde os anos 1970. Nas manifestações de 2011/2012, no Oriente Médio e Norte da África, a novidade foi a nova *arma* utilizada pelos manifestantes: as mídias sociais, que em minutos atingiam milhões de pessoas, que já haviam sido usadas com muito sucesso na eleição de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos, em 2008, e teve papel destacado também na eleição da presidente Dilma nos dois mandatos.

A violência da polícia e de manifestantes era mostrada ao vivo, capacidade que a TV adquirira nos anos 1970, mas não com os detalhes que os telefones móveis possuem hoje para, por exemplo, desmascarar um policial que com uma pedra quebrava o vidro de um carro durante um dos protestos no Rio de Janeiro e, imediatamente, multiplicar esta imagem por milhões usando celulares, *Ipads* e assim como os meios de comunicação, as mídias sociais, como o *Facebook*, o *Twitter*, o *Instagram* e mais recentemente o *Whatsapp*. Este acesso rápido às informações e a distribuição compartilhada destas informações aparentam demonstrar um poder de derrubar regimes, mudar governos, rever leis e alterar comportamentos.

Há uma controvérsia que ainda será debatida por algum tempo: a maioria dos autores a quem recorri são unânimes em afirmar que as novas tecnologias da informação e o surgimento das mídias sociais não são capazes, por si sós, de gerar um movimento social. Mas possuem uma característica nova em relação ao passado: quando os jovens foram às ruas, acompanhados de pessoas de todas as idades, como demonstram pesquisas igualmente apresentadas aqui, já estavam há muito tempo nas mídias sociais, debatendo os temas que se sobressaíram no grito das ruas. E aqui estou me referindo apenas aos fatos que geraram as manifestações e não a outros fatos, igualmente presentes em grande quantidade nas mídias sociais. E o fato concreto é que os atos públicos e marchas debatidos nestas mídias contribuíram para derrubar governos e para abalar outros.

A vantagem do uso da internet é que, ao contrário dos meios tradicionais de comunicação, ela, além de não ter um proprietário, pois todos podem criar seus próprios perfis, blogs, etc. e nele expor suas ideias, posições e pensamentos, normalmente não serve a interesses que não sejam os de seus usuários, além do

que não tem limitação de espaço nem de tempo. O jornal impresso, por exemplo, tem um número determinado de páginas que varia de veículo para veículo, nas quais são impressos os comerciais e as notícias (primeiro, é estabelecido o espaço que será ocupado pelos comerciais e o que sobrar fica para as notícias). Nele, as notícias duram enquanto durar o papel, enquanto na internet os conteúdos ficam arquivados à disposição, a qualquer tempo, de quem quiser acessá-los. A TV, mais moderna, pode arquivar em mídias alternativas o que veicula, mas, também, tem uma limitação de tempo. Já nas mídias sociais pode-se debater um assunto infinitamente por meio de compartilhamentos e *posts* de comentários.

Além disso, o que mais interessa é a capacidade, reconhecida por todos os estudiosos analisados, de mobilização da internet e a rapidez com que consegue isso, o que nenhum outro meio, pelas suas próprias características, é capaz. Foi assim em todas as manifestações apresentadas aqui. Em todos os movimentos selecionados para esta pesquisa houve um estopim. Mas com a velocidade da comunicação novas agendas foram sendo acrescentadas e, por mais que se tentasse utilizar da censura para evitar sua propagação, o contra-ataque era rápido e provocava uma avalanche ainda maior de mensagens, protestos e convocações para passeatas.

Se há autores que acreditam na “acelerada pedagogia” das manifestações ocorridas no Brasil, é possível se inferir que esse princípio educativo existe também nas outras. Assim, a grande questão é se os protestos movidos ou auxiliados pelas mídias sociais podem facilitar a elevação cultural das massas, um dos elementos fundamentais para a transformação do homem, que levaria à transformação da sociedade, como se referiu António Gramsci. Eles não me parecem capazes de realizar a reforma intelectual e moral, que o pensador italiano julgava ser ponto fundamental na transformação da sociedade. Ao tratar do assunto, há mais de 80 anos, ele reconhecia que na prática as reformas intelectual e moral não aconteceram nem mesmo em países onde as ações haviam sido mais radicais.

Mas, ao mesmo tempo, não vejo como não se aceitar que nestas manifestações houve algo que não pode ser desprezado e aqui me valho ainda uma vez de Castells (2013), para quem, no caso do Brasil, houve um empoderamento do

cidadão, que ganhou autonomia, ou seja, passou a ter condições de se manifestar sem a ingerência de governos e empresas. Grande parte dos autores pesquisados e citados aqui veem na participação nas manifestações públicas da primeira metade desta segunda década do século XXI, o aumento da criticidade em relação a temas abordados. Três sondagens realizadas, uma pelo Ibope, outra pelo autor deste estudo e a terceira pela F/Nazca, demonstram isso: aumentou o interesse das pessoas em política e outras foram se informar sobre o significado de PEC e, especificamente, da PEC 37, motivo central de manifestação realizada em diversas capitais, inclusive, em Cuiabá, no dia 22 de junho de 2013.

Não há, também, como se negar que o mundo passa por transformações provocadas por diversos fatores, inclusive, pelo uso das TIC. Algumas certezas foram derrubadas com a presença de tanta gente nas ruas. Só nos Estados Unidos o Movimento *Occupy* se fez presente em mais de mil cidades, o que era algo impensável até bem pouco tempo, dado o *American way of life*. Se, em outros países, como o Egito e a Tunísia, houve derrubadas de governo, no Brasil houve de conceitos (até porque o objetivo não era a derrubada de governo algum), como o de que o brasileiro é um povo que aceita tudo passivamente. Aqui, parece-me, ficou a certeza de que muitas das reivindicações das ruas acabarão, cedo ou tarde, assumidas por movimentos sociais organizados.

Ao mesmo tempo, na área de Comunicação Social, grupos, que analisam as mídias sociais utilizando-se de modernos softwares, demonstraram também que muitas das análises feitas por cientistas sociais e estudiosos de movimentos sociais estavam corretas, como igualmente derrubaram argumentos como o de que as manifestações do porte das que tivemos no Brasil em 2013 se tratavam de movimentos manipuladores simplesmente manipuladores.

Dois anos depois das manifestações no Brasil, não há, ainda, condições de se afirmar o que elas produziram como efeito. Mas parece ter ficado claro que pelo menos três pontos se destacaram e estão vivos. O primeiro é que a mobilização feita via mídias sociais significa uma pressão maior que nas manifestações realizadas antes do surgimento da internet, porque a mobilização é mais rápida e pode igualmente dar resultado mais rápido já que houve alguns ganhos imediatos

(redução ou cancelamento do reajuste das tarifas urbanas, prisão de um parlamentar, derrubada de uma proposta de emenda constitucional, maior presença de parlamentares no congresso etc.); o segundo ponto se refere à integração e mobilização e, sobretudo, ao fato de que o engajamento das pessoas via mídias sociais é real, o que reforça a dimensão educativa não apenas dos movimentos sociais, mas igualmente das **armas** utilizadas nas manifestações (mídias sociais), já que antes de irem para as ruas os temas já estavam sendo discutidos em fóruns variados na rede mundial especificamente para isso; o terceiro ponto em destaque é que, nos protestos, o grito contra as políticas públicas teve visibilidade nunca antes conhecida.

Durante as manifestações, as antigas formas de mobilização e protestos se transformaram apenas nisso: antigas ou velhas, embora não dispensáveis. Os muros foram substituídos pelo visor de *smartphones*, *ipads* e, até, *notebooks*. Os debates, que aconteciam em assembleias, passaram a ter como palco a comunicação digital com o detalhe que eles não podem ser conduzidos como numa assembleia, onde sempre é possível se direcionar o andamento da pauta, da mesma forma que não há censura nela.

Não se trata aqui de se participar do evangelismo das mídias sociais, mas de reconhecer nelas poderoso instrumento capaz de congregar as massas numa ordem mundial diferente à que temos hoje tanto política, quanto econômica e social, já que por meio dela constantemente podem se construir novos pactos ou renegociar antigos.

Também não se podem desprezar os conflitos de posições que existem em relação às mídias sociais e que estão presentes em todas as áreas, inclusive na da comunicação. Sobre este ponto somente a história dará a resposta, pois esta crítica esteve presente igualmente quando surgiram outros meios de comunicação, como a imprensa, o Rádio e a TV, aqui denominadas “tradicional”. Mais ainda: o conceito de qualidade da informação está igualmente submetido ao pluralismo das opiniões presente nas mídias sociais.

O que se pode afirmar com certeza hoje é que as mídias sociais, que possibilitam ao internauta criar a sua rede social, devem ser encaradas como

possibilidade de recomeço, pois elas podem levar os agentes conectados a agirem em conjunto. Mesmo levando-se em consideração a possibilidade da criação de perfis falsos para disseminar informações, eles quase nada representam diante dos milhões de perfis verdadeiros que agem nesta rede interativa de comunicação distribuída e que provoca a formação de opinião e de um espírito crítico em relação aos temas que incomodam. Exatamente nesta possibilidade ela pode concretizar uma dimensão educativa. Para isso torna-se necessário que tenha igualmente a capacidade de elevar a educação da massa, enraizada no senso comum, para algo além deste limite, pois se não o fizer estará conquistando a adesão desta massa, mas a manterá no mesmo nível em que se encontra, o de apatia e de acomodação em relação à realidade que vive.

A mídia digital quebra um paradigma e, agora, ao contrário das tradicionais, está ao alcance da maioria. Resta saber o que esperar do futuro. O que afirma o senso comum é que o futuro pertence aos jovens. Mas, se compararmos o que era a internet, ao chegar ao cidadão, no Brasil, em meados dos anos 1990, quando quase a totalidade dos acessos era para sites de sexo e, hoje, 20 anos depois, quando esses acessos se tornaram inexpressivos diante da troca de conteúdos e das inúmeras possibilidades de divulgação democrática destes conteúdos, pode se esperar muito.

REFERÊNCIAS

a) Bibliográficas

AHMED, Q. Um rosto para o inimigo. **Revista Veja**, São Paulo: editora Abril, ed. 2415, ano 48, n. 9, p. 15 -17, 2015.

ALMEIDA, M. S. **Dirigentes y Dirigidos**. Ed. 2. México, Callejon, 2014. 233 p.

ANDRADE, E. C. Jornalismo e Democracia. In: **Conferência de abertura do IV Seminário de Mídia e Jornalismo**. Salvador, 1997.

ANTOUM, H.; MALLINI, F. **@Internet e #RUA – Ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: editora Sulina, 2013. 278 p.

ARENDT, H. **A condição humana**. Ed. 10. São Paulo: editora Forense, 2001. 352 p.

BARATTA, G. Escola, filosofia e cidadania no pensamento de Gramsci: exercícios de leitura. **Revista Pró-Posições**, Campinas, v. 21, n. 1, 2010.

BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Ed. 2. São Paulo: Edusp, 1992.

CAMPOS REBOLLAR, L. Los IndignadosM15. In: **Mesa Redonda do Seminário de Educação**. Cuiabá: UFMT, 2011.

CARVALHO, C. E. Governo Lula: o triunfo do neoliberalismo. **Revista Margem Esquerda**, São Paulo: editora Boitempo, n. 3, p. 125-132, 2004.

CASTELLS, M. **Sociedade em rede**. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da identidade**. Ed. 3. São Paulo: editora Paz e Terra, 2002.

_____. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2013a.

_____. Dilma é a primeira líder mundial a ouvir as ruas. **Revista Isto É**, Rio de Janeiro: editora Três, ed. 2.276, 2013b.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Ed. 5. São Paulo: editora Cortez, 2001. 154 p.

COUTINHO, C. N. (*org.*). **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 375 p.

_____. **Gramsci**. Coleção Fontes do Pensamento político. Porto Alegre: editora L&PM, 1981. 232 p.

FERNÁNDEZ BUEY, F. Los movimientos sociales y La educación. In: **Conferência: Seminário de Educação**, Cuiabá: UFMT, p. 209-225, 2006.

_____. Lo movimiento de los movimientos. **Revista de estudios de juventud**, Espanha: Barcelona, n. 36, p. 21-36, 2007.

FERNÁNDEZ BUEY, F.; RIECHMANN, J. **Redes que dan libertad**. Ed. 1. Reimpressão. Barcelona: Paidós, 1995.

FERRARI, M. António Gramsci – Um apóstolo da emancipação das massas. **Revista Nova Escola**, São Paulo, p. 83-85, julho, 2008.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti. Ed. 20. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1976. 79 p.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Ed. 4. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1981.

FRYE, N. **O caminho crítico**. Vol. 3, São Paulo: editora Perspectiva, 1973. 170 p.

GERBAUDO, P. **Milhares tomam as ruas do Brasil em sete dias de protesto que entraram para a história**. Entrevista a Sílio Boccanera. Programa de TV “Sem Fronteiras”: Globo News, 2013.

GLADWELL, M. A Revolução não será tuitada. **Jornal Folha de São Paulo**, Caderno Ilustríssima, 2010.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: editora Cortez, 1992.

_____. **Teoria dos Movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** Ed. 2, São Paulo: Edições Loyola, 2000a.

_____. Educação popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma. **Revista de Educação Pública**, v. 2, n. 19, p. 96-128, 2000b.

_____. **Teoria dos Movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** Ed. 6, São Paulo: editora Loyola, 2007. 385 p.

_____. **Sociologia dos Movimentos sociais.** São Paulo: editora Cortez, 2013. 128 p.

GRAMSCI, A. **Socialismo e Cultura**, 1916b. In: MONASTA, A. **Antônio Gramsci.** Tradução e Organização Paollo Nosela. Recife: editora Mossanga, 2010.

_____. Democracia operária. **Revista L'Ordine Nuovo**, n. 7, p. 245-249, 1919.

_____. **Sobre democracia operária e outros textos.** Lisboa: editora Ulmeiro, 1976.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. Vol. 6, Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2002. 495 p.

_____. **Escritos políticos.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. Vol. 2, Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2004. 522 p.

_____. **Cartas do Cárcere.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. Ed. 2, vol. 1, Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Escritos políticos.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. Ed. 4, vol. 1. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2006a. 498 p.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. Vol. 1, Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2006b. 494 p.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. Ed. 6, vol. 2, Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2011a. 334 p.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Ed. 3, vol. 4, Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2011b. 393 p.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Ed. 2, Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2011c. 461 p.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Ed. 5, v. 3, Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2012. 431 p.

GARCIA, H. Lições e perspectivas da revolta. **Revista Política Democrática**, Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, n. 36, p. 51-62, 2013.

GLADWELL, M. A revolução não será tuitada. Tradução de Paulo Migliacci. **Jornal Folha de São Paulo**, Caderno Ilustríssima, de 12/12/2010.

DI BiAGGIO, A. Hegemonia leninista, hegemonia gramsciana. In: AGGIO, A.; HENRIQUES, L. S.; VACCA, G. (orgs.). **Gramsci no seu tempo – e no nosso**. Brasília: editora Contraponto, p. 87-114, 2010.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. Ed. 3. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1952. 74 p.

JARDIM, L. Das redes às ruas. **Revista Veja**, São Paulo: editora Abril, ed. 2404, p. 56-57, 2014.

_____. Conexão Total. **Revista Veja**, São Paulo: editora Abril, ed. 2404, p. 57, 2014.

JORDY, A. A juventude toma conta das ruas. Política e Democracia. **Revista de Política e Cultura**, n. 36, p. 24-25, 2013.

KOROTAYEV, A.; ZINKINA, J. Egyptian Revolution: a Demographic Structural Analysis. **Revista Interdisciplinar**, n. 13, p. 139-165, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. Ed. 5, São Paulo: editora Atlas, 2003. 311 p.

LÈPRE, A. **O Prisioneiro – A vida de António Gramsci**. Tradução Heliana Aguiar. Rio de Janeiro: editora Record, 2001.

LESSA, C. Tenho confiança na acelerada pedagogia das manifestações. In: O Brasil entre a fagulha e a fumaça. **Revista Carta Capital**, São Paulo, n. 755, 2013.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: editora 34, 1999. 260 p.

_____. **Ciberdemocracia**. São Paulo: editora Instituto Piaget, 2003, 260 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda. 1986, 99 p.

MENEZES, M. Nas entrelinhas de Buey, um olhar crítico sobre a comunicação. In: TORRES, A.; PASUCH, M. (orgs.). **Encontros com Paco Buey**. Cuiabá: EdUFMT/PRINT, p. 135-145, 2013.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Ed. 2, São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. 126 p.

OLIVEIRA, A. A. Observação e entrevista em pesquisa qualitativa. **Revista FACEVV**. Faculdade Cenecista: Vila Velha, n. 4, p. 22-27, 2004.

PAREDES, E. C. Entrevista: anotações para pesquisadores iniciantes. In: MENIN, M. S. S.; SHIMIZU, A. M. (orgs.). **Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

PICOLOTTO, E. L. Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ed. 2, p. 156-177, 2007.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. **A Conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet**. Porto Alegre: editora Sulina, 2012. 238 p.

SANTUCCI, A. A. Introducción. In: FERNÁNDEZ BUEY, F. (org.). **Para la reforma moral e intelectual**. Madrid: editora Los Libros de la Catarata, 1998. 153 p.

NOGUEIRA, M. A. **As Ruas e as Democracias** – Ensaio sobre o Brasil contemporâneo. Brasília: editora Contraponto, 2013. 227 p.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. Ed. 4, São Paulo: Cortez Editora, 2010. 208 p.

SEMERARO, G. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. São Paulo: editora Ideias e Letras, 2006. 199 p.

SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classes**. Tradução Maria Helena Tavares. Lisboa: Moraes Editora, 1977. 410 p.

TORRES, A. A utopia do movimento alterglobalizador. In: TORRES, A.; PASUCH, M. (orgs.). **Encontros com Paco Buey**. Cuiabá: EdUFMT/PRINT, p. 109-120, 2013.

TORRES, A.; PASSOS, L. A. Educação: tarefa da democracia. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 11, n. 19, p. 20-21, 2002.

TORRES, A. Educação em movimentos sociais: novos atores, novos desafios. **Revista de educação pública**, Cuiabá, v. 14, n. 26, p. 155-166, 2005.

VENTURA, Z. **Crônicas de um fim de século**. Rio de Janeiro: editora Objetiva, 1999. 225 p.

ZIZEK, A. **O ano que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. 142 p.

b) Webgráficas

AMIN, S. **C'est un mouvement que va durer des mois et des années**. Entrevista a "L'Humanité". 2011a. Disponível em: <http://www.humanite.fr/31_07_2011-samir-amin-%C2%ABc%E2%80%99est-un-mouvement-qui-va-durer-des-mois-et-des-ann%C3%A9es%C2%BB-477187>. Acesso em: 28/07/ 2012.

_____. **Vanguarda de jovens derrubou ditadura egípcia, diz Samir Amim**. Entrevista concedida a Revista Carta Maior. 2011b. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Vanguarda-de-jovens-derrubou-ditadura-egipcia-diz-Samir-Amim/6/16460>>. Acesso em: 02/04/2012.

ARCARY, V. **O Brasil vive uma onda conservadora?** Depoimento postado no Youtube. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7UNOTkRBIkE>>. Acesso em: 02/07/2013.

_____. Gramsci, eu o vi assim. **Gramsci e o Brasil**, 2009. Disponível em: <www.acessa.com./gramsci/?page+vizualizarSid=1194>. Acesso em: 12/11/2014.

BELLO, J. L. P. A educação no Brasil: a história das rupturas. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 23/11/2011.

BENTES, I. **Os escrachos e um novo fenômeno de participação social**. Entrevista concedida a Revista do Instituto Humanitas Unisinos OnLine. 2013a. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/522986-os-escrachos-e-um-novo-fenomeno-de-participacao-social-entrevista-especial-com-ivana-bentes>>. Acesso em: 16/11/2014.

_____. **As Ruas vão reinventar as teorias...** Perfil no Facebook. 2013b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/notes/ivana-bentes/a-pot%C3%A2ncia-e-o-medo-da-multid%C3%A3o-constituente-plebiscito-ou-o-que-for/667676993247157>>. Acesso em: 21/11/2014.

_____. **As polarizações não dão conta das mudanças de imaginário**. Entrevista concedida a Revista do Instituto Humanitas Unisinos OnLine. 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/537080>>. Acesso em: 15/11/2014.

BORON, A. **¿Brasil: Un nuevo ciclo de luchas populares?** Blog do autor. 2013. Disponível em: <<http://www.atlioboron.com.ar/2013/06/brasil-un-nuevo-ciclo-de-luchas.html>> Acesso em: 27/06/2013.

BORTOLOSSI, H. J. **Tratamento da informação / Análise de dados**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012. Disponível em: <<http://www.professores.uff.br/hjbortol/disciplinas/2012.2/esp00001/arquivos/analise-de-dados-aula-04.pdf>>. Acesso em: 03/07/2013.

BUSCATO, M.; MAURO, F. O novo ativista digital. **Revista Época**, ed. 785, 2013. Disponível em: <<http://www.asmetro.org.br/portal/21-clipping/1398-revista-epoca-ativista-digital-o-menino-timido-que-abalou-brasilia>>. Acesso em: 22/02/2014.

CALDART, R. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Revista de Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016. Acesso em: 22/05/2012.

_____. **Fronteiras do pensamento**. Entrevista concedida a Marcelo Tas. 2013b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YYAu2MA4yMI>. Acesso em: 23/08/2013.

CHAUÍ, M. **Haddad tem que quebrar o cartel**. Entrevista concedida a Marilu Cabañas. Rádio Brasil Atual, 2013. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/marilena-chaui-haddad-tem-que-quebrar-o-cartel.html>. Acesso em: 16/11/2014.

DIANA, M. A questão meridional, intelectuais e classe dirigente. **Revista eletrônica Gramsci e o Brasil**, 2011. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1355>. Acesso em: 13/08/2012.

FERNÁNDEZ BUEY, F. Los estudiantes em la scena publica. **Jornal El Pais**, 2009. Disponível em: http://elpais.com/diario/2009/11/12/opinion/1257980412_850215.html. Acesso em: 17/11/2014.

_____. **Utopias**. El Viejo Topo, Espanha, 2002. Disponível em: http://www.archivochile.com/Debate/doc_otros_debates/docotrosdebat0007.pdf. Acesso em: 22/03/2015.

F/NAZCA. **Ativismo digital cresce no Brasil**. Ed. 14, 2014. Disponível em: <http://www.fnazca.com.br/index.php/2014/12/16/fradar-14%c2%aa-edicao/>. Acesso em: 01/01/2015.

GOHN, M. G. Após atos, governo não tem interlocutores. **O Estado de São Paulo**. Entrevista concedida a Marcelo Beraba. 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,apos-atos-governo-nao-tem-interlocutores,1053152,0.htm>. Acesso em: 14/07/2013.

GRAMSCI, A. Os Jornais e os Operários, 1916. **Marxists Internet Archive**, 2005. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em: 17/08/2014

HORTA, J. S. B. **A educação na Itália fascista: a reforma Gentile (1922-1923)**. 2008. Disponível em: www.sbhe.org.br.../jose%Silverio%Baia%20Horta. Acesso em: 27/11/2011.

LEVY, P. Pi re Levy comenta os protestos no Brasil... **O Globo**, 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/pierre-levy-comenta-os-protestos-no-brasil-uma-consciencia-surgiu-seus-frutos-virao-longo-prazo-8809714>>. Acesso em: 04/07/2013.

MARRAMAO, G. **Literatura Clandestina Revolucionária**. Lisboa, 2007. Disponível em: <http://brigadasinternacionais.blogspot.com.br/2007_07_01_archive.html>. Acesso em: 03/10/2014.

MARTINS, A. Manifesta es de junho de 2013: qual o saldo dos protestos um ano depois? **UOL Vestibular**, Resumo das disciplinas, 2014. Disponível em <<http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/manifestacoes-de-junho-de-2013-qual-e-o-saldo-dos-protestos-um-ano-depois.htm>>. Acesso em: 14/06/2015.

MONTENEGRO, D. Sobre o velho e o novo. **Correio da Cidadania**, 2013. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8517:submanchete240613&catid=72:imagens-rolantes>. Acesso em: 28/06/2013.

M'RAD, H. Diálogo Civilizou o jogo político na Tunísia. **Revista Carta Capital online**. Entrevista a Gianni Carta. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/824/verao-tunisianico-3442.html>>. Acesso em: 17/11/2014.

PRIMAVERA  rabe. **Apresenta o Maria Cristina Poli**, 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=K0m-2Jhmbnl>>. Acesso em: 22/02/2012.

PORTO, J. **Ativismo digital cresce no Brasil**. Ed. 14, 2014. Disponível em: <<http://www.fnazca.com.br/index.php/2014/12/16/fradar-14%20aa-edicao/>>. Acesso em: 01/01/2015.

RECUERO, R. **Análise das redes sociais – A escalada dos protestos no Brasil**. Blog Raquel Recuero. 2013. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/arquivos/2013/06/ars-a-escalada-dos-protestos-no-brasil.html>>. Acesso em: 23/08/2013.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez Editores, 1986. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/aurelyano/escola-e-democracia-dermeval-saviani?related=1>>. Acesso em: 08/02/2015.

SINGER, A. A energia social não voltará atrás. **Revista Época**, Rio de Janeiro: editora Globo, 2013. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2013/06/andre-singer-energia-social-nao-voltara-atras.html>>. Acesso em: 25/10/2013.

VESCE, G. E. P. A internet na educação. **Revista Info Escola**, s/d. Disponível em: <http://www.infoescola.com/pedagogia/internet-na-educacao/>>. Acesso em: 22/08/2011.

WALLERSTEIN, I. As esquerdas depois de 2011. **Diário da Liberdade**, 2012. Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/opiniom/outras-vozes/23099-a-esquerda-mundial-apos-2011.html>>. Acesso em: 04/04/2015.